



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**ESPAÇO E COMUNIDADE EM FACE DE GRANDES PROJETOS  
PÚBLICOS: O DESLOCAMENTO INVOLUNTÁRIO DE  
MORADORES/AGRICULTORES DE VILA DAS TORRES,  
MADUREIRA (RIO DE JANEIRO)**

**RAPHAELLA SANTOS DE SOUZA**

*Sob orientação do Professor  
Renato Sergio Jamil Maluf*

Dissertação submetida como requisito  
parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Ciências Sociais** em  
Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade.

Seropédica, RJ.  
Maio, 2015.

307.76098153

S729e

T

Souza, Raphaella Santos de.

Espaço e comunidade em face de grandes projetos  
públicos: o deslocamento involuntário de  
moradores/agricultores de Vila das Torres, Madureira (Rio de  
Janeiro) / Raphaella Santos de Souza, 2015.

198 f.

Orientador: Renato Sergio Jamil Maluf.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do  
Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 159-167.

1. Vila das Torres (Madureira, RJ) - Teses.
  2. Urbanização – Teses.
  3. Remoção – Teses.
  4. Deslocamento involuntário – Teses.
  5. Agricultura urbana – Teses.
  6. Hortas – Teses.
  7. Estudo de caso – Teses.
- I. Maluf, Renato Sérgio Jamil. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 12 de Maio de 2015.

Dedico o presente trabalho aos Moradores e Agricultores da comunidade de Vila das  
Torres que fizeram possíveis a sua construção.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente aos mentores espirituais que me guiam e orientam nas vicissitudes da vida, principalmente para a realização e desenvolvimento do presente trabalho.

Meu esposo Fabio Marques por fazer parte e ser minha vida.

Minha Mãe que diante de todas as dificuldades da vida tentou me ajudar.

Tia Mara que sempre me orientou em diversas conversas, me deu força, acreditou e confiou nos meus objetivos.

Tia Terezinha que permitiu e me acompanhou nos encontros com os antigos moradores de Vila das Torres.

Tia Vandinha e Tio Edinho que me acolheram e “aturaram” em sua residência durante todo ano de curso como se filha fosse.

Minha Mãe e Amiga acadêmica e da vida toda, Juliana Arruda. Não tenho palavras para descrever o que você significa em minha vida. Sem você nada seria possível. Obrigada por existir.

Meu pai acadêmico Well Mary. Que me deu minha mãe acadêmica.

À minha irmã Karina Pinho que me ajudou com tarefas essenciais para finalização do trabalho.

Ao professor Humberto que se disponibilizou a ler meu texto com tanta dedicação e cuidado para uma melhora acadêmica.

Ao professor Mario Brum que me apoiou virtualmente em dar continuidade à pesquisa.

A professora Julieta que se dispôs imediatamente em me ajudar a melhorar no desenvolvimento da pesquisa e participar da minha banca.

Meu orientador, Renato Maluf, que me incentivou e me deu força para seguir adiante com essa pesquisa.

Ao Eraldo, um grande amigo que consegui durante esses anos de pesquisa.

Aos moradores e agricultores entrevistados que por diversas questões não posso citá-los no trabalho.

Ao Amauri, Adilson e a Maria Helena que permitiram que fosse possível a construção do presente trabalho.

As amigas de turma – Mestrado, 2013 – que ouviam e falavam em momentos importantes ao longo do curso através de um aplicativo de internet. Bia, Ferrareto, Luz, Luciana, Ledinha, Rê, Valvano, Taiana, Lu Muniz, Luiza e Caca Machado. Mas não poderia esquecer a Cris Valadares, Janile, Helena, Helen, Leandro, Gabriel, Fred, Tarsio, André e Alisson.

OBRIGADA A TODOS!

**SOUZA, R. S. ESPAÇO E COMUNIDADE EM FACE DE GRANDES PROJETOS PÚBLICOS: O DESLOCAMENTO INVOLUNTÁRIO DE MORADORES/AGRICULTORES DE VILA DAS TORRES, MADUREIRA (RIO DE JANEIRO). DISSERTAÇÃO – MESTRADO (INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS E SOCIAIS/ CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE) UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, SEROPÉDICA, RJ, 2015.**

## **RESUMO**

O presente trabalho versa sobre a remoção realizada pela Prefeitura Rio de Janeiro de moradores de uma comunidade vulnerável socioeconomicamente, chamada Vila das Torres, localizada no bairro de Madureira. Junto a essa ação governamental ocorreu também a não renovação dos contratos de comodato da *Light* com os agricultores que desenvolviam atividades sob as linhas de transmissão da companhia. Ambas as ações ocorreram para a implantação de um parque público, chamado Parque Madureira, no espaço que antes era ocupado pelos atores citados. Com isso, nota-se que o trabalho em questão envolveu dois processos em curso diretamente relacionados. O reassentamento/remoção dos moradores e a realocação da Agricultura Urbana (AU), tendo como agentes envolvidos a *Light*, a Prefeitura, os moradores e os agricultores de Vila das Torres. Nesse caso, refiro-me especificamente não à AU mantida em potes e/ou quintais, mas sim uma grande área de mais ou menos 93.553,79m<sup>2</sup>. É notável que as obras de melhoria de infraestrutura da cidade devam ser realizadas para poder se adequar as demandas da cidade, não havendo como evitar às vezes o deslocamento/reassentamento de alguns moradores em prol da coletividade. Entretanto, o processo deve ser aberto, claro e transparente. As alternativas devem ser debatidas e não deve haver pesos e medidas diferentes associadas aos que ‘colaboram’ e ‘não colaboram’. E a forma como está ocorrendo às intervenções urbanas, com remoções sem respeito à legislação, ignorando completamente o princípio da não remoção instituído na legislação é inaceitável e será demonstrada, ou seja, será relatada a forma atualizada e contemporânea de realizar as remoções que sempre houveram da população de baixa renda e de sua única fonte de renda, a partir da percepção dos próprios moradores/agricultores. Por conta do exposto, o objetivo é analisar as relações sociais que eram estabelecidas pela comunidade que tinha a AU na sua constituição. Apontar as repercussões do término dessa atividade na vida das famílias

envolvidas, além de identificar as violações que ocorreram no contexto de conflito. Após essa definição optou-se pela utilização da Pesquisa Científica Qualitativa, Estudo de Caso. Dividida em três partes. Fase exploratória, Coleta de dados (entrevistas semiestruturadas) e Análise dos dados. Chegando a conclusão que tanto o projeto urbanístico implantado em Madureira como o mapeamento de áreas de risco na comunidade eram tecnicamente questionáveis e poderiam ser modificados para se adequarem de modo que não houvesse quaisquer remoções/deslocamento dos moradores, já que os primeiros projetos tinham sido elaborados com este fim. Ou seja, as famílias foram removidas a troco de nada, na verdade o que estava em jogo era a possibilidade de dar forças à especulação imobiliária que os agentes públicos e privados buscavam no bairro, ao racismo e ao elitismo da classe média que queria ver longe seus vizinhos favelados, negros e pobres. E que o objetivo da remoção para a implantação do Parque era a disponibilização da área para usos “mais nobres” e não a manutenção da AU atrelada a uma comunidade carente. Mesmo que isso viesse causar danos irreparáveis a pequena população de mais de oitocentas famílias.

Palavras Chaves: Madureira, Urbanização, Remoção, deslocamento involuntário, Agricultura Urbana, Hortas, Estudo de Caso.

## ABSTRACT

This paper deals with the removal carried out by the Municipality of Rio de Janeiro residents of a community vulnerable socioeconomically, called Vila das Torres, located in Madureira neighborhood. Along with this government action also occurred the non-renewal of the lease agreements of Light with farmers who developed activities under the company's transmission lines. Both actions occurred for the implementation of a public park, called Parque Madureira, in the space formerly occupied by the actors mentioned before. Thus, it notes that the work in question involved two directly related ongoing processes. The relocation / removal of residents of urban agriculture (UA), whose involved the Light, City Hall of Rio de Janeiro, residents and farmers of Vila das Torres. In this case, specifically I'm not talking about the AU kept in pots and / or yards, but a large area of about 93.553,79m<sup>2</sup>. It is remarkable that infrastructure improvement works in the city should be made in order to suit the demands of the city, sometimes there is no way to avoid the displacement / resettlement of some residents in favor of the collective. However, the process should be open, clear and transparent. The alternatives must be addressed and should not be different weights and measures associated with those who ' collaborate ' and those who ' not cooperate '. And the way urban interventions happens, with removals that violate the law, is unacceptable and will be demonstrated, it will be updated and contemporary way of carrying out illegal removals that have always been the major problem of the poor population and their only income, reported by the perception of the residents / farmers. For the points exposed above, the objective is to analyze the social relations that were established by the community that had UA in its constitution. Point out the impact of the ending of this activity in the lives of families involved, and identify violations that occurred in the conflict context. After this definition, opted for the use of Scientific Research, Qualitative Case Study. Divided into three parts. Exploratory phase, data collection (semistructured interviews) and analysis of data. Reaching the conclusion that both the urban project implemented in Madureira, as risk areas mapping in the community were technically questionable and could be modified to suit so that there was any removal / displacement of residents, since the first projects had been drawn up to this end. The families were removed for no reason. In fact what was at stake was the possibility of giving strength to the speculation that private and public agents sought in the neighborhood, to the racism and elitism of the middle class who wanted as far as possible the slums, with the blacks and poor neighbors. And the purpose of removal for the implementation of the Park was the availability of the area for " noble " use and not maintaining the UA linked to a poor community. Even if it would cause irreparable damage to the small population of more than eight hundred families.

**Key Words :** Madureira, urbanization, removal, involuntary displacement, Urban Agriculture, Gardens, Case Study.

## Sumário

### **Visão panorâmica da região de intervenção em Madureira**

.....	13
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo I .....</b>	<b>11</b>
<b>Vila das Torres – articulações socioculturais .....</b>	<b>11</b>
1.1. Aspectos históricos do bairro Madureira .....	12
1.1.1. As transformações socioespaciais do bairro Madureira na primeira década do século XXI.....	17
1.2. A comunidade de Vila das Torres .....	25
1.2.1. Localização espacial de Vila das Torres.....	26
1.2.2. Situação fundiária da Vila .....	29
1.2.3. Autoconstrução na/da comunidade.....	33
1.2.4. Favela ou não? .....	36
1.2.5. Sentimento topográfico .....	39
1.2.6. A grande família .....	41
1.2.7. À nova moradia, após a realocação .....	42
1.2.8. O arrependimento .....	44
1.2.9. As perdas .....	46
1.2.10. Remanescentes de Vila das Torres .....	48
1.3. A Agricultura Urbana em Vila das Torres .....	51
1.3.1. Contrato de Empréstimo (Comodato) .....	57
1.3.2. Disponibilização do terreno.....	58
1.3.3. Realocação da atividade agrícola .....	59
1.3.4. Cadastramento na <i>Light</i> .....	60
1.3.5. Transferência da área para terceiros .....	61
1.3.6. Histórico agrícola dos comodatários .....	62
1.3.7. Escolaridade.....	64
1.3.8. Início das atividades na região (Madureira) .....	64
1.3.9. Relação dos agricultores <i>versus</i> os moradores externos à Vila das Torres .....	66
1.3.10. Produtos cultivados .....	67
1.3.11. Laços sociais.....	68
1.3.12. Sentimento com a saída .....	70
1.3.13. Prejuízos .....	72
Considerações ao primeiro capítulo .....	74
<b>Capítulo II .....</b>	<b>78</b>

<b>Processos de favelização do espaço – Ilegalidade e Informalidade.....</b>	<b>78</b>
2.1. Legislação versus Formação das favelas .....	79
2.1.1. Surgimento .....	79
2.1.2. Ilegalidade .....	82
2.1.3. Industrialização.....	84
2.1.4. Intervenções governamentais .....	85
2.1.5. Política habitacional .....	88
2.2. Legislação urbana e Segregação Espacial da pobreza .....	92
2.3. Valorização do solo a partir de grandes empreendimentos .....	107
<b>Capítulo III.....</b>	<b>111</b>
<b>Conflitos e Resistência em face da ação governamental</b>	<b>111</b>
3.1. Argumentos governamentais apresentados .....	112
3.1.1. Tempo anterior de interesse pela área .....	112
3.1.2. Integração à cidade .....	114
3.1.3. O convencimento.....	115
3.1.4. As ameaças .....	119
3.1.5. Alterações no projeto.....	120
3.2. Remoções e inconvenientes.....	129
3.2.1. Lembranças.....	129
3.2.2. Orientação Jurídica .....	133
3.2.3. Ajuda de custo aos comodatários .....	135
3.3. Agricultura Urbana e a Expansão Urbana .....	138
3.4. Valorização imobiliária em Madureira.....	142
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>146</b>
<b>4. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA .....</b>	<b>155</b>
<b>5. ANEXOS .....</b>	<b>164</b>
5.1. Descrição Metodológica .....	164
5.2. Bloco de questões atores sociais atingidos .....	178
5.3. Bloco de questões gestores do processo .....	181
5.4. Tabela de Classificação da SAE .....	185

# Meu Lugar

O meu lugar  
É caminho de Ogum e Iansã  
Lá tem samba até de manhã  
Uma ginga em cada andar

O meu lugar  
É cercado de luta e suor  
Esperança num mundo melhor  
E cerveja pra comemorar

O meu lugar  
Tem seus mitos e Seres de Luz  
É bem perto de Osvaldo Cruz,  
Cascadura, Vaz Lobo e Irajá

O meu lugar  
É sorriso é paz e prazer  
O seu nome é doce dizer  
Madureiraaa, lá laiá, Madureiraaa, lá laiá

Ahhh que lugar  
A saudade me faz relembrar  
Os amores que eu tive por lá  
É difícil esquecer

Doce lugar  
Que é eterno no meu coração  
E aos poetas traz inspiração  
Pra cantar e escrever

Ai meu lugar  
Quem não viu Tia Eulália dançar  
Vó Maria o terreiro benzer  
E ainda tem jongo à luz do luar

Ai que lugar  
Tem mil coisas pra gente dizer  
O difícil é saber terminar  
Madureiraaa, lá laiá, Madureiraaa, lá laiá, Madureiraaa

Em cada esquina um pagode num bar  
Em Madureiraaa  
Império e Portela também são de lá  
Em Madureiraaa  
E no Mercadão você pode comprar  
Por uma pechincha você vai levar  
Um dengo, um sonho pra quem quer sonhar  
Em Madureiraaa

E quem se habilita até pode chegar  
Tem jogo de lona, caipira e bilhar  
Buraco, sueca pro tempo passar  
Em Madureiraaa  
E uma fezinha até posso fazer  
No grupo dezena, centena e milhar  
Pelos sete lados eu vou te cercar  
Em Madureiraaa  
E lalalaiala laia la la ia...  
Em Madureiraaa

Compositor: Arlindo Cruz



Visão panorâmica da região de intervenção em Madureira<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Foto tirada de cima da passarela que dá passagem do mercadão de Madureira ao Madureira Shopping. Da esquerda para direita: Comunidade remanescente, Madureira Shopping, em frente ao mesmo o início do Parque Madureira, o estacionamento e as torres de alta tensão, os dois últimos localizados onde estavam as residências removidas e a linha férrea que margeava a Vila.

# INTRODUÇÃO

O presente trabalho versa sobre a remoção de moradores/agricultores de uma comunidade vulnerável socioeconomicamente, chamada Vila das Torres, localizada no bairro de Madureira, realizada pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Junto a essa ação governamental ocorreu também a não renovação dos contratos de comodato da *Light* com os moradores daquela comunidade que desenvolviam atividades agrícolas sob as linhas de transmissão dessa companhia. Ambas as ações ocorreram para a implantação de um parque público, chamado Parque Madureira, no espaço que antes era ocupado pelos atores citados.

Com isso, nota-se que o trabalho em questão envolve dois processos em curso diretamente relacionados. O reassentamento/remoção dos moradores e a realocação da Agricultura Urbana, trazendo danos financeiros e pessoais à população residente, tendo como agentes envolvidos a *Light*, a Prefeitura, os moradores e os agricultores de Vila das Torres.

A proposta inicial da pesquisa era estudar um grupo de pessoas que realizavam Agricultura Urbana no subúrbio carioca – Comunidade de Vila das Torres, Madureira-RJ, mas que teve sua atividade interrompida por conta da implantação de um megaprojeto por iniciativa da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. Mas se converteu, então, em tentar entender como manter e incentivar tal prática no contexto atual em que se insere o Município do Rio de Janeiro, com reformas urbanas, megaeventos e megaprojetos.

Isso porque a velocidade das mudanças no meio urbano transforma o comportamento da sociedade de maneira tão acelerada que não permite que as pessoas busquem a contextualização dos fatos, a história e o passado de uma região, a ponto de esquecer-se da natureza como base de uma vida saudável (CRUZ e ANJOS, 2007).

A autora se refere nesse caso específico não à Agricultura Urbana (AU) mantida em potes e/ou quintais, mas sim uma grande área de mais ou menos 93.553,79m<sup>2</sup>, com 47 agricultores exercendo a função, segundo o responsável da empresa *Light*, com elevado volume de produtos, os quais forneciam para a CEASA-RJ, o Mercadão de Madureira,

---

<sup>2</sup> Tal valor foi estipulado segundo o tamanho atual do Parque Madureira, pois os entrevistados não souberam quantificar a área exata de produção na região.

restaurantes, feiras e pontos particulares (barracas) distribuídos pelos bairros de Madureira, Marechal Hermes, Turiaçu, Bento Ribeiro entre outros.

Não existe apenas uma definição para o termo Agricultura Urbana (AU), isto porque as práticas agrícolas desenvolvidas no meio urbano são muito complexas abrangendo um amplo conjunto de atividades, como será mostrado nos próximos capítulos, além de cada ator envolvido com elas ter sua particularidade no momento do contato com a natureza. As funções mais apresentadas para tal são: o uso terapêutico<sup>3</sup>, medicinal<sup>4</sup>, econômico<sup>5</sup> e educacional<sup>6</sup>.

Essas questões levaram-me a abordar a temática da Agricultura Urbana (AU) tendo como atores principais os agricultores que se estabeleceram embaixo das faixas de transmissão da *Light* em Madureira. Além disso, entende-se ser esta uma prática que deve ser estimulada, principalmente em regiões com elevado índice de pessoas carentes, pois tal prática pode, além de outros benefícios, auxiliar na redução do estado de insegurança alimentar e nutricional das pessoas, favorecendo não só quem se alimenta dos produtos produzidos, como também os indivíduos que as praticam.

Já a opção pelo grupo a ser estudado, Vila das Torres, se deu por conta da relação de parentesco da autora com alguns moradores da comunidade, visto que possuía duas tias ali residentes, uma já não se encontrava mais na comunidade quando a mesma foi removida e a outra permaneceu até o fim das negociações. Além disso, por vontade própria de perpetuar, a partir do presente trabalho, as vivências e impressões daqueles indivíduos.

A construção dessa percepção sobre a Agricultura Urbana teve início durante a graduação quando a autora estudou e acompanhou grupos que realizavam tal atividade, o que estimulou mais ainda a sua participação *in loco*, para entender como, quando e em que circunstância a AU pode aparecer e ser desenvolvida como um projeto de interesse público.

---

<sup>3</sup> Utilizada como terapia ocupacional de pessoas idosas, deficientes físicos e/ou mentais, pessoas em tratamento químico ou com pré-disposição ao acometimento de depressão (ARRUDA, 2006).

<sup>4</sup> É o cultivo de ervas que possuem funções medicinais. Podendo ser desenvolvido por qualquer indivíduo .

<sup>5</sup> Produção de gêneros alimentícios para a venda.

<sup>6</sup> É a horta cultivada pelos alunos, seus pais e professores. Pode ser utilizada para o reforço da alimentação escolar e para auxiliar nos fundamentos práticos de biologia, ecologia, técnicas agrícolas e educação alimentar, entre outras coisas (ARRUDA, 2006).

Contudo, ao ir a campo, na fase exploratória, aumentou suas pretensões e percebeu que não bastava entender apenas como a AU se insere no contexto atual do município do Rio de Janeiro e, por conta disso, decidiu contar a história completa (antes, durante e depois do processo de desapropriação) da comunidade, pois é sabido que as reformas urbanas devem ocorrer para abranger toda a população que cresce espontaneamente nas cidades, entretanto a forma com que estão ocorrendo às intervenções urbanas, com remoções sem respeito à legislação, ignorando completamente o princípio da não remoção instituído no Plano Diretor e Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, além de não levarem em consideração o histórico cultural, social, econômico e agrícola (nesse caso específico) que os mesmos possuíam no local de origem devem ser investigados. E é isso que será profundamente averiguado na presente pesquisa, tendo como pano de fundo a visão dos moradores/agricultores<sup>7</sup> removidos.

Assim, a Agricultura Urbana passa a ser um qualificativo do grupo a ser estudado, ou seja, para um segundo plano de observação. Ela não pode deixar de ser analisada, uma vez que a ação do Governo, ao deslocar o grupo de moradores, desarticulou a atividade que estava integrada na vida das pessoas que viviam na e fora da comunidade. Isso por que existiam indivíduos que possuíam um espaço para horta embaixo das faixas de transmissão, mas não moravam na comunidade de Vila das Torres.

Por conta do exposto, o objetivo da presente Dissertação passa a ser: Analisar as relações sociais que eram estabelecidas pela comunidade de Vila das Torres, localizada no bairro de Madureira, na cidade do Rio de Janeiro, um grupo social urbano vulnerável socioeconomicamente que tinha a Agricultura Urbana na sua constituição e cuja dissolução ocorre em função do deslocamento dos moradores/agricultores para a implantação do Parque Madureira. Pretende-se apontar as repercussões do término dessa atividade na vida das famílias envolvidas, além de identificar as violações que ocorreram no contexto de um conflito em torno do espaço (entendido como produto das relações humanas) que resultou na exclusão dos indivíduos e famílias que moravam e cultivavam, durante longo tempo, para manterem suas famílias.

---

7 Ao longo do texto será percebido a apropriação dos termos chacreiros, comodatários e agricultores, logo cabe informar que os mesmos correspondem ao grupo de pessoas que cultivavam embaixo das torres de alta tensão da *Light*. O primeiro termo era utilizado, porque o espaço era conhecido como chácara de Madureira. O segundo termo porque o tipo de contrato estabelecido com a empresa *Light* era de comodato. E o ultimo devido à atividade estabelecida pelos mesmos.

O empreendimento (Parque Madureira) que substituiu a produção agrícola na região teve sua obra iniciada em 2011, e a comunidade, como um todo, já tinha sido removida e os contratos de comodatos estabelecidos com a empresa *Light* encerrados. Em 2012 (ano de eleição municipal) o local foi aberto ao público, ainda em fase de acabamento. O projeto de implementação foi realizado pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro em parceria com o Grupo *Light* e a empresa Delta. Uma parceria público-privada<sup>8</sup> que é considerada um meio eficaz, quando firmada de acordo e respeitando a legislação vigente sobre o assunto, para obtenção de recursos da iniciativa privada destinados a serviços públicos e setores de pouca viabilidade econômica quando prestados exclusivamente pelo Poder Público.

Tal parceria foi utilizada como estratégia de recuperação financeira, para o enfrentamento da crise econômica internacional de 2008 que estava em curso, do Programa de Aceleração do Crescimento<sup>9</sup>, com o Programa Minha Casa Minha Vida<sup>10</sup>. Segundo a Assitente Social<sup>11</sup> da Secretaria Municipal de Habitação em 2010 foram cadastradas, 843 domicílios, dos quais 57 eram comércio, destes 326 famílias foram reassentadas<sup>12</sup> no PMCMV, as demais 460 optaram por receber indenização. Em 2011 a Secretaria de Habitação retornou para cadastrar os moradores da chácara, 72 famílias<sup>13</sup>, e todos foram indenizados,

---

<sup>8</sup> A definição legal do instituto da Parceria Público-Privada que consta no art. 2º da Lei Federal nº. 11.079/2004 é: "o contrato administrativo de concessão na modalidade patrocinada ou administrativa". Ou seja, as parcerias público-privadas são contratos que estabelecem vínculo obrigacional entre a Administração Pública e a iniciativa privada visando à implementação ou gestão, total ou parcial, de obras, serviços ou atividades de interesse público, em que o parceiro privado assume a responsabilidade pelo financiamento, investimento e exploração do serviço, observando, além dos princípios administrativos gerais, os princípios específicos desse tipo de parceria. Entretanto, existem diversas modalidades para tal contrato. E a que se encaixa no caso estudado na presente pesquisa é a Concessão Administrativa, pois segundo a mesma Lei "Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens." Ou seja, quando não é possível ou conveniente cobrar do usuário pelo serviço de interesse público prestado pelo parceiro privado, sendo a remuneração da empresa integralmente feita por pelo poder público.

<sup>9</sup> Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – é um programa que tem como propósito o crescimento econômico, o aumento dos postos de emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira, alcançados por meio de um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infraestrutura e remover obstáculos burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos ao crescimento.

<sup>10</sup> O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), lançado no ano de 2009, na gestão de 2006-2010 do então Presidente da República, é um programa do Governo Federal, gerido pelo Ministério das Cidades e operacionalizado pela Caixa Econômica Federal (CEF) com o objetivo de implantar o Plano Nacional de Habitação.

<sup>11</sup> Entrevista 20.

<sup>12</sup> Reassentamento é definido como a remoção definitiva de famílias para outras áreas, preferencialmente próximas às áreas de intervenção, por ocuparem áreas de risco, de preservação permanente ou por necessidade de desadensamento (VIEIRA e BAGNATORI, 2013). Entretanto, os atores estudados não foram reassentados em regiões próximas e não apresentaram tais necessidades de intervenção, apesar do governo citar a proximidade com a linha férrea como um fator de risco.

<sup>13</sup> No cadastramento da Prefeitura foram constatadas 72 famílias morando no espaço da horta, entretanto como dito anteriormente, apenas 47 agricultores exerciam a função agrícola na área.

pois não tinha mais apartamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) para oferecer. Ou seja, foram realizados 915 cadastramentos, desses 57 eram comércio e 858 eram residencias familiares. Desse último 326 famílias foram para o PMCMV, umas em Realengo e outras em Campo Grande e 532 foram indenizadas. Não foram disponibilizadas informações quanto às negociações em relação às pessoas que possuíam comércio na comunidade. Nenhum gestor conseguiu responder qual era o número exato de pessoas das comunidades, entretanto todos de uma forma unânime estimaram mais de 4 mil pessoas.

A realocação da comunidade por parte da Prefeitura não considerou as áreas que os indivíduos mantinham com produção de gêneros agrícolas, ficando responsável a empresa *Light* pelas indenizações referentes à horta, entretanto, é importante deixar claro que em momento algum a empresa informou que estava pagando indenizações, a mesma afirmou que estava oferecendo uma ajuda de custo por levarem em consideração o tempo que os comodatários se encontravam no terreno, alegaram também que segundo o contrato não seria necessário nenhum tipo de pagamento ao requerer o terreno.

A presente Dissertação é relevante, tanto do ponto de vista acadêmico, quanto do ponto de vista social, porque trabalhos realizados nesse sentido são importantes para que se registrem como está se dando os deslocamentos das comunidades despossuídas de poder<sup>14</sup>, pois dados em relação às mesmas são escassas em fontes oficiais, ficando, geralmente, registradas somente as ações governamentais. E para que a “comunidade da horta” não seja esquecida pela população que deles se favoreciam direta ou indiretamente. Além disso, o caso estudado reflete o que diversas comunidades estão passando atualmente, revelando não ser um caso particular e isolado de um grupo específico de pessoas (Vila das Torres), mas sim a várias comunidades, tanto no Rio de Janeiro, quanto no Brasil.

Para que o leitor entenda melhor os recursos utilizados, cabe no momento dizer que o recorte temporal utilizado na pesquisa foi o período de 2000 a 2014, devido aos documentos analisados durante o trabalho, no entanto teve como marco o ano de 2009, pois esta foi a data em que o Rio de Janeiro foi escolhido para sediar os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo. O que fez com que se iniciasse um intenso processo de “organização” da cidade para que a mesma se adequasse as exigências do Comitê Olímpico Internacional. Entretanto, é importante lembrar que a produção da presente pesquisa não teve o devido distanciamento no

---

<sup>14</sup> Termo utilizado por David Harvey (2004).

tempo do fato ocorrido (implantação do Parque Madureira) para realizar uma análise mais detalhada do processo, principalmente a partir de trabalhos e estudos produzidos sobre o caso. Apesar de ter conseguido colher depoimentos de alguns agentes públicos e moradores que vivenciaram diretamente o processo.

Após a definição do objeto de estudo e do estabelecimento dos objetivos que se desejou alcançar com a pesquisa, optou-se pela utilização da pesquisa científica qualitativa, pois a partir deste seria possível entender e analisar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrínsecas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes (GODOY, 1995a). Os estudos denominados qualitativos têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural (GODOY, 1995b). No entanto, o tipo de pesquisa qualitativa a ser usada será o estudo de caso, pois segundo Oliveira (2014) o mesmo deve ser aplicado quando o pesquisador tem o interesse em pesquisar uma situação singular, particular.

Tal tipo de pesquisa consiste em interpretar um contexto particular e relatar a complexidade da situação a ser estudada de forma completa e profunda, transformando o empírico em algo documentável, além de representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes na tal situação social. No caso em questão a remoção dos moradores/agricultores da comunidade de Vila das Torres para a implantação do Parque Madureira.

Neste sentido a pesquisa foi dividida em três partes. A primeira etapa é considerada como exploratória para a delimitação do estudo, na qual foram realizadas quatro contatos/conversas para estabelecer um primeiro levantamento da situação a ser estudada, ocorrida de Outubro de 2013 a Janeiro de 2014.

A segunda etapa considerada coleta de dados, onde se utilizou uma variedade de fontes, conversas, sítios virtuais, bibliotecas, periódicos acadêmicos, fotos, literatura sobre os temas da pesquisa, além das vinte e duas entrevistas semiestruturadas. As entrevistas foram construídas partindo do marco da “chegada” do entrevistado a comunidade de Vila das Torres ou de sua relação com a mesma, o que permitiu perceber aqueles que chegaram antes e os que chegaram durante o processo de ocupação da Vila.

O questionário foi aplicado no período de Agosto a Setembro de 2014 – um apenas agricultor, seis apenas moradores, oito moradores/agricultores, dois moradores remanescentes, um gestor da empresa *Light*, o presidente da extinta Associação dos Moradores, um gestor do Parque Madureira, dois técnicos da Prefeitura do Rio de Janeiro (uma Assistente Social e uma gerente da Secretaria de Urbanismo). Os agentes citados foram escolhidos para que pudesse obter e analisar os diferentes pontos de vista, da grande diversidade de atores envolvidos no processo de remoção dos moradores e agricultores.

A terceira etapa, considerada análise dos dados, realizou a transcrição integral de todas as conversas e entrevistas obtidas a partir de gravações, para posterior utilização das que mais apareceram e foram importantes para a construção do texto. A metodologia adotada encontra-se melhor detalhada no anexo 5.1., intitulado descrição metodológica, no qual estão também registradas algumas impressões obtidas durante a pesquisa de campo.

Com relação às falas dos entrevistados apresentados ao longo do texto, será possível perceber que elas estão acompanhadas de notas de rodapé, recurso utilizado para que se identifique o contexto em que foi realizada tal entrevista, conforme descrito no subitem 5.1. do anexo. Além disso, os nomes dos informantes são fictícios, criados para dar mais proximidade ao contexto estudado. Notar-se-á que as iniciais dos nomes criados acompanham as iniciais dos grupos aos quais os agentes estudados pertencem. Exemplo: morador, Moacir; agricultor, Agripino entre outros.

É importante deixar registrado que a obtenção dos dados para escrever tal trabalho não foi uma tarefa fácil, visto que a pretensão era relatar a história de uma comunidade carente e por conta disso não existiam fontes disponíveis, as instituições que seriam responsáveis em possuir tais dados, sejam quais fossem, sobre a comunidade, não os possuíam em seus acervos, o que dificultou bastante o desenvolvimento da pesquisa, optando-se por utilizar fontes primárias (entrevistas semiestruturadas) para obtê-los.

As instituições foram buscadas por indicação dos próprios institutos quando contatados, a saber: a subprefeitura da zona norte do Rio de Janeiro; o Instituto Cultural do Patrimônio Público, Secretaria Municipal de Arquitetura e Urbanismo; Instituto de Pesquisa Aplicada – IPEA; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Instituto Rio Patrimônio e o Instituto Pereira Passos. O último foi o único a apresentar alguns documentos e pesquisas sobre o bairro de Madureira. O sítio virtual Armazém de dados do Rio de Janeiro,

do último instituto citado, disponibiliza uma plataforma de dados socioeconômicos de diversos bairros, sendo eles utilizados na pesquisa. Além dos acessos a periódicos acadêmicos.

Diante disso, esse trabalho não retratará um fato novo na história do município do Rio de Janeiro, para deixar claro aos leitores essa dissertação relatará mais um dos milhares que ocorreram ao longo dos anos. Ou seja, não estarei “inventando a roda”, e sim, mostrando como mais uma vez ela girou principalmente na vida das famílias removidas. Tal trabalho fará um relato, uma demonstração de como ocorreu o deslocamento, não só dos moradores, mas também da única fonte de renda de alguns, e isso a partir da percepção dos próprios moradores/agricultores.

Não faltam literaturas que afirmam e comprovam que a atual situação do Município do Rio de Janeiro faz parte de uma gestão da cidade capitalista contemporânea – marcadas pela compreensão de certas localizações como estratégias para o capital; pela Parceria Pública Privada estabelecida pela Prefeitura-*Light-Delta*; e pelo desrespeito e indiferença com relação à população carente – com reformas e renovações urbanas a partir de Megaprojetos para adequações aos Megaeventos com o deslocamento involuntário das famílias carentes.

Sendo essa uma prática que de contemporâneo, só possui os Megaeventos, pois os deslocamentos de famílias carentes são crônicos na sociedade brasileira. Ou seja, tal trabalho fará apenas a demonstração da forma atualizada e contemporânea de realizar as remoções que sempre houveram da população de baixa renda. Visto que retirar a população desrespeitando a legislação que rege sobre o caso sempre foi o modelo de gestão dos Governos Remocionistas. A diferença é que atualmente as ações estão mais desrespeitosas, mais opressivas, mais agressivas. Com isso, pode-se concluir que a aceitação da permanência de moradores irregulares em determinado local da cidade tem o propósito de realizar um estoque de terras, a qual será usada no momento em que o Governo achar conveniente e para isso basta retira-los.

Tanto o projeto urbanístico implantado em Madureira como o mapeamento de áreas de risco na Comunidade – proximidade com a linha férrea, com um córrego e com as torres de alta tensão - eram tecnicamente questionáveis, poderiam ser modificados para se adequarem de modo que não houvesse quaisquer remoções/deslocamento dos moradores do bairro, já que os primeiros projetos já tinham sido elaborados com este fim. Com isso, conclui-se que as famílias foram removidas a troco de nada, que na verdade o que estava em jogo era a

possibilidade de dar forças à especulação imobiliária que os agentes públicos e privados buscavam no bairro, ao racismo e ao elitismo da classe média que queria ver longe seus vizinhos favelados, negros e pobres.

Diante do exposto, foi possível chegar à conclusão que o objetivo da remoção dos moradores/agricultores para a implantação do Parque Madureira era a disponibilização da área, em questão, para usos “mais nobres” e não a manutenção da Agricultura Urbana atrelada a uma comunidade carente, como era. Mesmo que isso viesse causar danos irreparáveis a pequena população de mais de 800 (oitocentas) famílias da Vila.

Outra constatação do trabalho foi a de que a AU tinha, de fato, uma importância ímpar para a obtenção de renda das famílias que a praticavam enquanto estavam na área. No entanto, quando se deu a não renovação do contrato de comodato com a empresa *Light*, revelou-se uma fragilidade que fez com que tal atividade fosse desfeita e sumisse sem muitos conflitos, ou seja, a Agricultura Urbana que é desempenhada por famílias pobres é frágil e desaparece junto com a população.

Além disso, os agricultores que ocupavam o terreno da empresa *Light* auxiliaram no desenvolvimento econômico do bairro Madureira, mas devido à gestão contemporânea das cidades os mesmos foram retirados do local sem que suas devidas produções fossem realocadas. A presença dos mesmos no local se dava devido ao incentivo que a empresa fazia a tal atividade, mas que foi enfraquecido, visto que se tem uma cidade com pressões pertencentes à lógica urbana cada vez mais intensa, pois se projeta novas funções para esses espaços, que não a agricultura.

Desta forma, a intenção deste trabalho foi mostrar a realidade desses processos de remoção, os conflitos e resistências por eles gerados, com vistas a contribuir para um novo olhar sobre tais processos que inspire procedimentos mais respeitosos e iniciativas de apoio aos moradores removidos.

Para apresentar esse trabalho o texto estará estruturado em três capítulos mais introdução, conclusão e anexo com a descrição metodológica.

O capítulo 1, intitulado Vila das Torres – articulações socioculturais, está organizado em mostrar alguns pontos intrínsecos a pesquisa e os observados ao longo da mesma com a

descrição do bairro de Madureira e como o mesmo se desenvolveu junto com as hortas nos terrenos da empresa *Light* e de alguns aspectos relacionados à formação da comunidade de Vila das Torres mostrando suas importâncias, principalmente as relacionadas com a prática agrícola (Agricultura Urbana) estabelecida no local pelos agricultores da Vila das Torres. Tendo como base principal as conversas como os moradores e agricultores durante a pesquisa de campo.

No capítulo 2, intitulado Processos de favelização do espaço – Ilegalidade e Informalidade, foi mostrado como a legislação urbanística auxiliou a formação dos assentamentos irregulares, a partir de decreto e leis de ordenamento urbano, na cidade do Rio de Janeiro que por diversas vezes se desejou excluir da cidade formal e descreveu alguns instrumentos urbanísticos ligados ao programa de crescimento das cidades, à habitação e aos deslocamentos involuntários para os limites da legislação quanto à segregação da pobreza. E a relação disso com a valorização do solo a partir de grandes empreendimentos.

No capítulo 3, intitulado Conflitos e Resistências em face da ação governamental, foi apresentado alguns argumentos governamentais utilizados durante o processo de remoções das famílias para a construção do Parque Madureira e que geraram conflitos de ideias entre os atores (moradores/agricultores *versus* gestores) envolvidos, seja para apresentar o projeto, seja para convencê-los a deixar a comunidade; as ameaças sofridas pelos moradores/agricultores; demonstrou quais as lembranças que os moradores registraram do processo de saída da comunidade, a falta de orientação jurídica para se articularem em benefício próprio e a tal “ajuda de custo” dada aos comodatários; relatou algumas problemáticas geradas devido à expansão urbana sobre áreas antes agrícolas; e como está a valorização imobiliária no bairro Madureira.

# Capítulo I

## Vila das Torres – articulações socioculturais

*“A habitação, o lugar onde se vive, é retrato da riqueza ou da pobreza de uma população...”* Fania Fridman

O capítulo que se segue está organizado em apresentar de alguns pontos intrínsecos a pesquisa e os observados ao longo da mesma com a descrição do bairro de Madureira e como o mesmo se desenvolveu junto com as hortas nos terrenos da empresa *Light* e de alguns aspectos relacionados à formação da comunidade de Vila das Torres mostrando suas importâncias, principalmente as relacionadas com a prática agrícola (Agricultura Urbana) estabelecida no local pelos agricultores da Vila das Torres. Visto que a horta foi uma importante ferramenta para o desenvolvimento no bairro em anos remotos. Tendo como base principal as conversas como os moradores e agricultores durante a pesquisa de campo.

Além disso, será mostrado como os moradores se articulavam em atividades sociais e culturais provenientes de seu convívio em Vila das Torres e como as mesmas estão, se estão, sendo realizadas nos dias atuais.

Tal capítulo tem o papel na pesquisa de fazer a união do empírico com a literatura existente sobre a comunidade, o bairro de Madureira e a Agricultura Urbana e revelar os laços de sociabilidade estabelecidos na comunidade antes de serem desfeitas.

## ***1.1. Aspectos históricos do bairro Madureira***

Ao analisar os documentos que tratavam da história da construção do bairro de Madureira foi possível encontrar relatos de que o bairro foi originalmente ocupado pelos jesuítas, com o objetivo de desenvolver atividades agrícolas (IPP/SMU/2003). Entretanto outros documentos pontuam o ano de 1617 como o início, onde a área do mesmo fazia parte da Fazenda do Campinho, de Dona Maria de Oliveira. Em 1647 as terras pertenciam à freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá (ARMAZEM, 2013).

Em 1760 a Coroa expulsou os jesuítas e confiscou suas terras, que ao longo dos anos foram desmembradas. Essa imensa região (atual área da XV Região Administrativa), durante os séculos XVIII e XIX, chegou a ter treze engenhos de açúcar produtivos, importantes economicamente. Durante três séculos essa foi a lógica dominante, ocorrendo apenas o progressivo parcelamento de terra (IPP/SMU, 2003). Por volta da última metade do século XVIII, as terras foram adquiridas pelo capitão Francisco Inácio do Canto (ARMAZEM, 2013).

Lourenço Madureira, originalmente boiadeiro e lavrador em Campo Grande, tendo progredido nas atividades de tropeiro e marchante de boi, ao final do século XVIII arrendou do capitão Inácio do Canto uma gleba de terra, essa separada da Fazenda do Campinho e vizinha ao Forte N. S. da Glória, entre as estradas de Santa Cruz e Irajá, nelas construindo trapiches e currais, tornando-se um dos mais importantes comerciantes atacadistas (MARTINS, 2009).

Com a morte do capitão Inácio do Canto, a viúva Dona Rosa Maria dos Santos, resolveu expulsar Lourenço Madureira de sua propriedade, denunciando-o ao Juiz de Fora Duque Estrada Furtado de Mendonça. Daí teve início um litígio que tornou Lourenço Madureira o protagonista e vencedor (por indefinição da sentença<sup>15</sup>) do primeiro processo legal por posse de terras no Rio de Janeiro (ARMAZEM, 2013).

---

<sup>15</sup> Martins (2009) alega que esse processo, em razão das influências que ambas as partes mantinham com a corte, até a morte de Maria Rosa (1846), nenhuma sentença foi dada. O que confirma que a situação das terras no Brasil sempre foi marcada pela problemática do privilégio.

É importante ressaltar que nos documentos analisados, não foi possível identificar a data da ação judicial. Porém com a morte da viúva em 1846 e a de Lourenço Madureira em 1851, pode-se supor que tal processo ocorreu depois da suspenção da Concessão de Sesmarias (1822) e antes do estabelecimento da Lei de Terras (1850) no Brasil, período este conhecido como “Império das posses”<sup>16</sup>, por formar e consolidar o latifundo no Brasil e, as posses extralegais ficarem sem solução. Um exemplo disso é o caso citado.

Até a época da morte de Lourenço Madureira (1851), o acesso àquelas paragens era feito a cavalo. Entretanto, no documento do Instituto Perreira Passos (2003) a construção da Estrada de Ferro Central do Brasil foi o grande indutor de ocupação da região, que no início do século possibilitou a ocupação urbana numa faixa continua até Cascadura. A construção deste trecho da linha férrea foi possível a partir de um desvio existente que conduzia a fábrica de artigos pirotécnicos do Exército, no atual Largo do Campinho. A dinâmica de crescimento de Madureira parece associada à instalação dessa fábrica do Exercito.

Segundo Rocha (1986) no ano de inauguração da Estrada de Ferro (1861) existiam apenas cinco estações na cidade do Rio de Janeiro, localizadas nas freguesias de Santana, Engenho Velho, São Cristovão, Inhaúma e Irajá. Em 1870 aumenta o número de composição até Cascadura. Que, para Martins, (2009) se torna um mercado regular, pois trazia para o lado de seu pátio os produtores a oferecerem as suas mercadorias aos atravessadores.

Em 1890 a estrada de ferro, chega à região, sendo inaugurada a estação ferroviária de Madureira. Dezessete anos depois, em 1907 a *Light* iniciou suas atividades no Rio de Janeiro. Essas informações se tornam relevantes, pois foram ambos os empreendimentos que tiveram grande interferência a favor do bairro de Madureira, dando início ao processo de desenvolvimento urbano. Concordando com isso, o documento do Instituto Pereira Passos demonstra que na virada do século XIX para o século XX, Madureira tinha se tornado um importante eixo ferroviário (ARMAZEM, 2013). Além disso, tais construções tiveram importância ímpar no desenvolvimento da comunidade de Vila das Torres.

Sobre alguns aspectos da história de Madureira, foi possível encontrar Martins (2009), afirma que o Governo Federal para favorecer o abastecimento, transporte e energia da Capital

---

<sup>16</sup> O mito da legalidade fundiária. Disponível em: < <http://www.fundaj.gov.br/geral/observatorio/politica-fundiaria/PoliticaFundiaria.pdf> > Acesso em: 20 Nov. 2013.

Federal (Rio de Janeiro, até então) iniciou a construção do atual Porto do Rio; promoveu a expansão dos transportes ferroviários – mantendo a política de emigração estrangeira, junto ao Governo de Portugal, estimulando a vinda para o Rio de Janeiro de portugueses de Ilhéus – e concedeu a The Rio de Janeiro Tramaway, *Light* and Power Co. Ltd. a geração e distribuição de energia elétrica para iluminação, serviços e indústrias do Rio de Janeiro.

Em Julho de 1907, a *Light*, entrando em operação com a subestação provisória de Frei Caneca, inaugura o serviço de distribuição de energia elétrica à Cidade e, logo após, em Janeiro de 1908, inaugura a Usina Hidrelétrica de Fonte, localizada acima de Nova Iguaçu, e com essa a subestação de Cascadura, consolidando definitivamente a eletrificação do Rio de Janeiro.

Ligando Fontes à Cascadura, entre elas a *Light* constrói um extenso corredor de transmissão elétrica, onde torres, não tão altas como as atuais, sustentavam quatro linhas de alta tensão. Nesse corredor, de 90m de largura, nas terras planas paralelas à Linha Auxiliar entre as estações de Costa Barros e Magno, e desta à subestação de Cascadura, não podendo nelas existir árvores altas e, devido aos riscos de queda de fios de alta voltagem, serem elas perigosas para a ocupação residencial e industrial, entre suas torres, a *Light*, em regime de comodato, distribuiu lotes de terras aos agricultores portugueses. Nessas terras esses emigrantes plantavam cerca de 5km de extensão de hortas de verduras, legumes e ervas (MARTINS, 2009).

As verduras cultivadas nas hortas sob as linhas da *Light*, levadas pelos agricultores ao mercado livre junto à Estação ferroviária de Magno – atual estação Mercadão de Madureira, e por trem chegando ao Centro da cidade do Rio de Janeiro em ótimas condições de consumo, atraem para este pólo a maior procura, trazendo também a este, maior oferta e compra de outros produtos como legumes, frutas e utensílios. Tal prosperidade fez com que os agricultores iniciassem um processo de habitação na porção de terras que tinha entre a linha férrea e o terreno da *Light*, **o que deu origem a comunidade de Vila das Torres**.

A figura 1 mostra, destacado de vermelho, a comunidade no ano de 2004 e logo à esquerda da imagem, ao lado da mesma, a área verde antes ocupada pela horta agora ocupada pelo Parque Madureira.



**Figura 1. Comunidade de Vilas das Torres em 2004 – em vermelho – e sua horta à esquerda da imagem. Alterado pela pesquisadora.**

Fonte: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/sabren/index.html>.

Isso mostra que os caminhos de ferro influenciaram a consolidação da vocação comercial de Madureira (MARTINS, 2009). E os caminhos da eletricidade permitiram a formação da comunidade Vila das Torres.

De acordo com Rocha (1986) os bondes efetivaram a ocupação de bairros na zona sul e (parte da) zona norte, da mesma forma que os trens possibilitaram a ocupação de áreas que hoje são chamadas de suburbana. Para ele a cada estação de trem que se estabelecia, surgia um novo bairro.

Por mais perceptível que possa parecer que os bairros cariocas apareceram ao entorno dos meios de transporte da época – bondes e trens – Rocha (1986) escreve em seu texto que foi possível ver com clareza, durante sua pesquisa, que o objetivo principal das linhas férreas não era desenvolver o transporte urbano, e sim atingir estados vizinhos, principalmente São Paulo e Minas Gerais, para escoamento da produção de café, principal produto de exportação na época, segunda metade do século XIX.

Contrapondo as afirmações, Miyasaka (2013) alega que o autor Benchimol diz que “a grande expansão dos subúrbios começou, de fato, na primeira e segunda décadas do século XX, estimulada, em larga medida, pelas demolições realizadas no centro da cidade.” Ou seja, afastamento físico das populações carentes, remoções de famílias que não encontraram lugar no sistema.

Corroborando com a citação o documento do IPP/SMU (2003) descreve que em fins do século XIX e início do século XX a economia da região, amparada principalmente na força de trabalho escravo, entra em uma inevitável crise. Os antigos latifúndios aos poucos foram repartidos por pessoas pobres que fugiam das reformas urbanas que ocorriam no centro da capital da jovem República Brasileira. As reformas urbanas promovidas por Pereira Passos desapropriaram os cortiços deixando um enorme número de pessoas carentes de moradia, visto que pouquíssimas habitações populares foram construídas na época.

Outro incentivo para a ocupação dos subúrbios veio do Estado, quando passou a intervir no processo de localização industrial, surgindo dessa iniciativa o Decreto-lei 6000/37, que definiu pela primeira vez uma zona industrial na cidade. Dentre as áreas reservadas a indústria, eram delimitadas, pelo decreto, três: a primeira, na margem direita da linha tronco da central do Brasil; a segunda, ao longo da linha auxiliar, desde Del Castilho até a fronteira estadual, além da estação de Costa Barros; a terceira, ao longo da linha Rio do Ouro (IPP/SMU, 2003).

Em 1946 aconteceu a inauguração da Avenida Brasil. Essa rodovia objetivava não só deslocar a parte inicial das antigas rodovias Rio - Petrópolis e Rio - São Paulo para áreas menos congestionadas, diminuindo assim os custos da circulação, como pretendia também incorporar novos terrenos ao tecido urbano, visando sua ocupação industrial. Em 1948, segundo o primeiro censo realizado na área suburbana, concentravam-se nessa área 44% das favelas. Sendo que boa parte dessa parcela da população do subúrbio empregava-se nas indústrias ali construídas (IPP/SMU, 2003).

O processo de ocupação de Madureira, Rocha Miranda e Turiaçu como de outros bairros localizados no subúrbio, fruto dessa dinâmica, tomou a princípio uma forma linear, localizando-se as casas ao longo da ferrovia e, com maior concentração, em torno das estações. Aos poucos, entretanto, ruas secundárias, perpendiculares à via férrea, foram sendo abertas pelos proprietários de terras ou por pequenas companhias loteadoras, dando início a um processo de crescimento radial, que se intensifica cada vez mais com o passar dos anos (IPP/SMU, 2003).

O crescimento de Madureira no período pode ser visualizado também pelo aumento de sua densidade demográfica. Entre 1890 e 1906 (16 anos) houve um crescimento de 109%. E entre 1906 e 1920 (14 anos) essa faixa de crescimento subiu para 263% (IPP/SMU, 2003).

### 1.1.1. As transformações socioespaciais do bairro Madureira na primeira década do século XXI

Madureira é um bairro da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Sua população é basicamente de Média classe média e Baixa classe média (classificação melhor explicada no anexo 5.4.), incluindo algumas comunidades carentes, como a antiga comunidade de Vilas das Torres, entretanto apesar de ter sido retirada a maioria ainda é possível encontrar 370 famílias remanescentes. Além disso, pertence a XV Região Administrativa que compreende, além deste, os bairros de Campinho, Quintino Bocayúva, Cavalcanti, Engenheiro Leal, Cascadura, Vaz Lobo, Turiaçú, Rocha Miranda, Honório Gurgel, Oswaldo Cruz, Bento Ribeiro e Marechal Hermes.



**Figura 2. Localização espacial do bairro de Madureira no Município do Rio de Janeiro.**  
Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Madureira.svg>

Seus destaques ficam por conta de uma imensa amplitude de linhas de ônibus e sua variedade de estabelecimentos comerciais, sendo o segundo pólo comercial e econômico da cidade e o maior do subúrbio do Rio de Janeiro. Sobressai os shoppings “Tem Tudo”, Polo 1, o Shopping São Luiz e o Madureira Shopping Rio, além do Mercadão de Madureira que, durante boa parte do século XX, foi o maior centro de distribuição de alimentos da região (PORTALGEO, 2013). E atualmente a imensa área de lazer intitulada, Parque Madureira.

Mesmo que a presente pesquisa não tenha pretensão de questionar os benefícios sociais, econômicos e culturais provenientes da implantação do Parque Madureira, mas sim

relatar a forma como foi conduzido o processo de deslocamento dos moradores/agricultores para a implantação do mesmo. Vale demonstrar o que é publicado pela mídia sobre tal empreendimento. Tendo como base os dados divulgados pelos órgãos oficiais. É importante esclarecer que o projeto final, que será exposto, não foi o apresentado à comunidade pela Prefeitura no início do processo de remoção, e isso será exibido nos próximos capítulos.

O Parque Madureira está situado nos fundos do Madureira Shopping e próximo do corredor da TransCarioca. É o terceiro maior parque urbano da cidade, ficando atrás apenas do Aterro do Flamengo e da Quinta da Boa Vista. O Parque apresenta uma área de 93.553,79m<sup>2</sup>, numa intervenção que atinge os 108.870,32m<sup>2</sup>, resultante da compactação de linhas de transmissão da *Light* que passou de 100m para 40m. Tendo como investimento total 194.000.000,00 reais (cento de noventa e quatro milhões de reais). O projeto está dividido em cinco grandes setores que englobam e oferecem, segundo o sitio oficial do Governo, diversas opções de lazer, esporte e cultura, como: Praça do Samba; Nave do Conhecimento, parte contemplativa com: lagos, jardins sensorial e botânico, mirante, Centro de Educação Ambiental/Administração; Quadras de Esporte e Skate; Arena Carioca e Inspetoria da Guarda Municipal e ETE. Vide a figura 3.

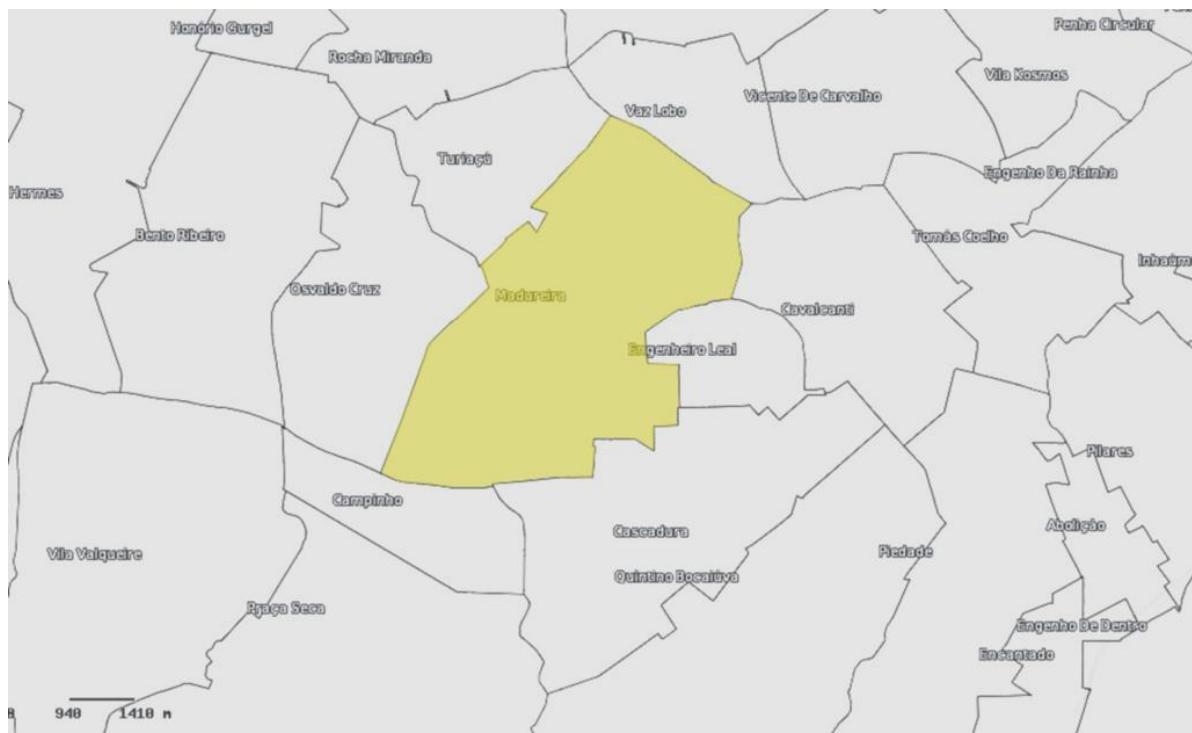


**Figura 3. Vista superior do Parque.**

**Fonte:** <http://www.cidadeolimpica.com.br/galeria/parque-madureira-e-espaco-de-lazer-e-cultura-na-zona-norte/>

Entretanto o espaço está sendo ampliado, passará de 1,3km para 4,5km, e segundo seu projeto inicial chegará às margens da Avenida Brasil, no bairro de Guadalupe. O Decreto nº 38.262 de 14 de Janeiro de 2014 declara de utilidade pública, para fins de desapropriação os imóveis que se encontram nos espaços que o Parque ocupará com sua expansão, fase essa intitulada de “Parque Madureira - 2<sup>a</sup> fase”. O decreto da primeira fase não foi encontrado durante a pesquisa.

Além do Parque o bairro também é famoso por ser a atual sede das escolas de samba Portela e Império Serrano. O mesmo faz divisa com os bairros de Oswaldo Cruz, Turiaçu, Vaz Lobo, Cavalcanti, Engenheiro Leal, Cascadura e Campinho (vide figura 4).



**Figura 4. Bairro de Madureira destacado e seus bairros limítrofes. Alterado pela pesquisadora.**

Um dos poucos documentos encontrados durante a pesquisa com dados sobre o bairro Madureira foi a pesquisa realizada em 2003, do Instituto Pereira Passos teve como objetivo levantar e analisar dados qualitativos e quantitativos da área de abrangência (Bairros<sup>17</sup>: Madureira, Turiaçu e Rocha Miranda) do Programa de Revitalização da Área Central de Madureira. Tal pesquisa resultou em um relatório que descrevia que a mesma foi realizada para compreender a dinâmica das interações sociais e o significado das representações coletivas num ambiente físico e sociocultural existente. Um dos resultados apresentados pela pesquisa foi a falta de lazer, de segurança e precariedade do sistema viário. Baseado nesses dados que o Governo iniciou as articulações, com diversos argumentos, para intervenções na região, principalmente na área utilizada para agricultura, visto que tal atividade já não se enquadrava no processo vigente de aquecimento do mercado imobiliário do bairro.

Ironicamente o documento em questão considerava as áreas da *Light*, utilizadas para agricultura, resquícios do período rural do bairro, como grandes vazios de Madureira

<sup>17</sup> Bairros, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, são subdivisões intraurbanas legalmente estabelecidas através de leis ordinárias das Câmaras Municipais e sancionadas pelo Prefeito. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/Aglomerados\\_subnormais/Aglomerados\\_subnormais\\_informacoes\\_territoriais/aglomerados\\_subnormais\\_informacoes\\_territoriais.pdf](http://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Aglomerados_subnormais/Aglomerados_subnormais_informacoes_territoriais/aglomerados_subnormais_informacoes_territoriais.pdf)> Acesso em: 30 Jan. 2014.

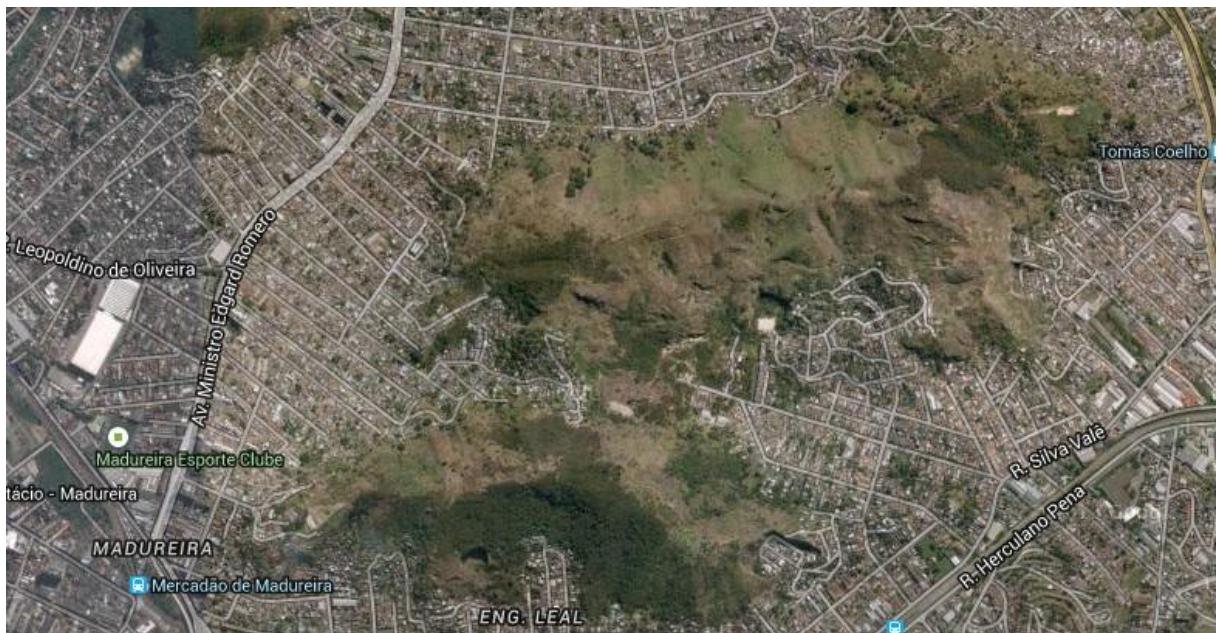
(IPP/SMU, 2003). Outras denominações, para área em questão, utilizadas pelo documento são: terrenos vazios, subutilizados e conjunto de casas térreas até quatro pavimentos, de baixo padrão construtivo, prováveis invasões. O contrário será mostrado ao longo do texto.

Outra consideração realizada pela pesquisa analisada foi que a produção imobiliária empresarial, quer seja no segmento comercial quer seja no residencial, abandonou o bairro Madureira em função da perda da atratividade como polo de comércio e serviços, por conta da degradação ambiental, devido ao inadequado sistema viário e do reduzido estoque de terrenos de grandes dimensões passíveis de projetos imobiliários com escala e dentro do conceito de condomínios residenciais autossuficientes. Esse abandono fez com que se gerasse como resposta uma proposta de rearticulação urbanística partindo-se da compactação das Linhas de Transmissão da *Light* permitindo a liberação do terreno para o desenvolvimento imobiliário e criação de áreas verdes e de lazer (IPP/SMU, 2003) para resgatar a atratividade do bairro, já que tem o comércio e os serviços locais como um forte atrativo para pessoas de outros bairros, tornando-se um local muito concorrido.

Devido ao abandono realizado pelo segmento comercial ao bairro de Madureira, os agentes públicos e privados iniciaram um processo de intervenção na área antes ocupada pelas torres de alta tensão, com a remoção de diversas famílias do próprio bairro para abrir espaço às demandas do desenvolvimento imobiliário, áreas verdes e de lazer, para que o bairro se tornasse atrativo novamente. O problema das intervenções foi a maneira como as mesmas foram conduzidas quando relacionadas a vida dos moradores do bairro. Desrespeitando totalmente a legislação vigente, que rege sobre o direito à moradia e remoções. Como será mostrado no presente texto.

Madureira em 2010 possuía, segundo os dados registrados no sitio virtual da Prefeitura, Armazém de Dados, uma população de 50.106 habitantes – apesar de sua população flutuante ser muito maior que isso – destes 22.944 são homens e 27.162 são mulheres, com 18.937 domicílios. Ocupa uma extensão de 378,76ha, desses 0,03% (0,12ha) é vegetação secundária; 88,91% (336,75ha) é área urbana; 1,43% (5,43ha) é agricultura; 3,46% (13,12ha) é vegetação arbórea arbustiva e, 5,21% (19,72ha) é reflorestamento. Apresenta

também 2.035.056,2m<sup>2</sup>, no ano de 2005, de área de conservação ambiental, APARU da Serra da Misericórdia<sup>18</sup>. Vide a figura 5 (ARMAZEM, 2013).



**Figura 5. Localização espacial da APARU da Serra da Misericórdia.**

Fonte: <http://aliancapelamisericordia.blogspot.com.br/p/serra.html>

Na educação apresenta na rede pública municipal 6 escolas e 5 creches, totalizando 3.589 matrículas. Quanto ao uso territorial o bairro apresenta um total de área construída de 906.397m<sup>2</sup>, sendo desses 452.037m<sup>2</sup> são de casa-sobrado e isso corresponde a 6.514 unidades; 13.733 imóveis; 7.020 apartamentos; 182 casas-apartamento e, 17 outras tipologias (ARMAZEM, 2013).

Quanto ao transporte conta com várias linhas de ônibus que atravessam o bairro e o liga a diversas localidades do Grande Rio. Suas principais vias são: Avenida Ministro Edgar Romero; Estrada do Portela; Rua Conselheiro Galvão; Rua Carolina Machado; Rua João Vicente; Rua Padre Manso; Viaduto Negrão de Lima e Rua Domingos Lopes.

<sup>18</sup> APARU - Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana - de domínio público ou privado, que depende de ações do Poder Público para a regulação do uso e ocupação do solo e restauração de suas condições ecológicas e urbanas (ARMAZEM, 2013). A Serra da Misericórdia abrange cerca de 43,9 km<sup>2</sup> no município do Rio de Janeiro, e estende-se por 27 bairros do subúrbio carioca: Abolição, Bonsucesso, Brás de Pina, Cavalcante, Cascadura, Complexo do Alemão, Del Castilho, Engenho da Rainha, Higienópolis, Honório Gurgel, Inhaúma, Irajá, **Madureira**, Olaria, Penha, Penha Circular, Piedade, Pilares, Ramos, Rocha Miranda, Tomas Coelho, Turiaçu, Vaz Lobo, Vicente de Carvalho, Vila Kosmos e Vista Alegre.

Em relação ao transporte ferroviário, os trens que por ali passam interligam o Centro da cidade com o bairro de Santa Cruz, na Zona Oeste, e com os municípios de Paracambi, Belford Roxo e Japeri, ambos na Região Metropolitana. No bairro estão situadas as estações de Madureira e do Mercadão de Madureira, a última anteriormente chamada de Magno. Além desses, hoje ainda conta com o corredor de alta capacidade, a Transcarioca.

Possui também 5.140 imóveis não residenciais, em relação ao uso comercial e serviços são distribuídos em 3.012 lojas, 1.388 salas e 625 outras tipologias. Uso industrial são 73 unidades. E 42 são outras formas de utilização (ARMAZEM, 2013).

É importante deixar claro que tais dados, apesar de terem sido os mais recentes encontrados (anos 2010/2011), foram totalizados antes do processo de remoção da comunidade e construção do Parque. Logo pode ser que esteja em desacordo com o período atual (ano 2014).

A fim de exemplificar e demonstrar os sentimentos dos moradores para com o bairro de Madureira será transcrita algumas de suas falas para que percebam que os mesmos não possuem interesse algum em sair do local que moram e muito menos do bairro. Entretanto, a partir do exposto acima nota-se que Madureira é um bairro interessante de se morar, pois apresenta diversas opções de transporte, comércio e lazer próximos.

A Maira Rebeca<sup>19</sup> ao ser questionada sobre o que achava do lugar que morava revelou gostar muito. “*eu não quero sair daqui não. Eu já estou acostumada a viver aqui, é perto de tudo, aqui é muito bom, tem trem, ônibus. Aqui não tem problema de enchente. Prefiro Madureira é mais animado*”. Revelando desta forma vontade de continuar no local que mora devido à alta disponibilidade de transportes (com trens, ônibus e os alternativos), comércio e as opções de lazer como demonstrado anteriormente no texto em tela.

O Magno Roberto<sup>20</sup> ao longo da conversa mostrou que tem um apego muito grande pelo local em que vive, afirmando que apesar de ser uma favela por ser desprovida de investimentos públicos, com casas de estrutura desorganizadas a mesma não possui comércio de drogas, sendo assim uma das melhores a se viver, e por conta disso não possui interesse nenhum em sair da comunidade ainda remanescente, vide a fala “*...de todas as comunidades*

---

<sup>19</sup> Entrevista 17 (Moradora Remanescente)

<sup>20</sup> Entrevista 8 (Moradores Remanescente).

*que tem aqui no Rio de Janeiro não tem nenhuma melhor para morar do que essa. Você vê essa favelinha assim, mas não tem droga, não tem boca de fumo, nada, os moradores não dão apoio a isso* ”. E quando perguntado sobre o que esperava que ocorresse com a comunidade dentro desse processo de expansão do parque, ele falou, “*eu espero que eles não façam nada aqui e que esqueçam da gente, porque eu gosto daqui*”. Deixando clara a necessidade de continuar no espaço e conservar sua fonte de renda, porque possui horta no espaço. Explicitando desta forma que gostam de Madureira, seja pelo convívio de muitos anos instalados no local, seja pelas facilidades oferecidas.

Depois de ter demonstrado como se deu o desenvolvimento do bairro de Madureira e suas características mais recentes, será demonstrada a visão que os próprios moradores da comunidade de Vila das Torres tinham sobre a mesma.

Como já dito anteriormente tal relato é importante, pois com o processo de remoção sofrida pelos moradores, foi possível notar que alguns moradores não se sentiam confortáveis para falar sobre o caso, demonstrando durante as abordagens vontade de esquecer o período em que lá viveram, acredita-se que tal sentimento se deu pela forma com que foram realizados os procedimentos de realocação. Entretanto, outros sentiam necessidade de contar sua história e relembrar cada momento vivido, pois consideravam que naquele local tinham passado por muitas coisas boas, apesar das ruínas. E foi por conta dessas últimas que a presente pesquisa pôde ser realizada.

Além do mais, o caso estudado refletiu o que diversas comunidades estavam passando naquele período. Revelando dessa forma não ser um caso particular e isolado a um grupo específico de pessoas (Vila das Torres), mas sim a várias comunidades (Metro-mangueira, Santa Marta, Vila Autódromo, Morro da Providencia, Campinho entre outras), tanto no Rio de Janeiro, quanto no Brasil.

No subitem que se segue serão relatados alguns aspectos intrínsecos à comunidade de Vila das Torres obtidas ao longo da pesquisa. Elaborado a partir dos poucos documentos oficiais e extraoficiais encontrados relacionados as características da comunidade tendo como base principal as conversas como os moradores/agricultores.

## 1.2. A comunidade de Vila das Torres

Primeiramente vale dizer que a comunidade de Vila das Torres era considerada pelos próprios moradores, da rua Soares Caldeira até a altura da fábrica da Piraquê/muro amarelo (não existia um nome de rua), ambas localizadas no bairro de Madureira (destacado em branco na figura 6). Pois foi nesse espaço que ocorreram as primeiras construções de moradia por parte dos comodatários da *Light*. Entretanto, com o passar do tempo em outros espaços ao longo da linha férrea foram construídas habitações, mas eles não se reconheciam como moradores da Vila das Torres. Somente durante o processo de desapropriação tanto a Prefeitura (Secretaria de Habitação) quanto a Associação dos Moradores passou a entender toda comunidade que beirava a linha férrea, aumentando assim o número de moradores, ao longo dos bairros de Madureira, Turiaçu e Rocha Miranda, como Complexo de Vila das Torres (destacado em vermelho como é demonstrado na figura 6).



**Figura 6. O que foi considerado como Complexo de Vila das Torres e o que era entendido como.**

**Fonte:** elaborado pela pesquisadora.

Para confirmar o exposto Prestes<sup>21</sup> alegou “A gente só considerava a vila da Soares Caldeira até o muro amarelo, para lá para o outro lado não era a vila das torres, as casas era bem ruinzinhas, tinha mais barraco, por isso eles começaram a derrubar de lá, e quando começaram com as desapropriações, as pessoas precisavam de um documento da Associação

<sup>21</sup> Entrevista 18 (Presidente da Associação dos moradores).

*para receber as indenizações, então tive que fazer o cadastro de todo mundo correndo, senão ninguém ia receber nada”.*

Mesmo o bairro Madureira apresentando diversas comunidades carentes, Vila das Torres seria a que mais contrastaria com a beleza do empreendimento que foi construído na área, devido a proximidade da mesma. Possivelmente foi este um dos fatores que levou a necessidade de serem removidos e realocados em outros lugares para com isso se enquadarem nas novas demandas do governo. Para confirmar a Maria Ana<sup>22</sup> do mercadão de Madureira disse: “*Eles nos tiraram dali porque não era interessante ter uma favela perto do Parque*”

Das entrevistas realizadas com os moradores as falas chamaram atenção para os seguintes aspectos: Localização Espacial de Vila das Torres; Situação fundiária; Autoconstrução na/da comunidade; Favela ou não?; Sentimento topográfico; A grande família; À nova moradia, após a realocação; O arrependimento; As perdas; A vida hoje e Remanescentes da vila.

#### 1.2.1. Localização espacial de Vila das Torres

No documento apresentado pelo ex presidente da extinta Associação dos Moradores durante um dos encontros, estava descrito que a comunidade se localizava em uma área de terras, entre a Rua Soares Caldeira, pela parte da frente, linha férrea (Estrada de Ferro, D. Pedro II, da Central do Brasil) à esquerda e, a faixa de terra pertencente a *Light*, à direita. Na época a área ocupada era de 540m de comprimento, por 18m de largura com um total de 9.720m<sup>2</sup>. Como dito a Vila era considerada apenas de uma rua a outro ponto. Mas para fins de desapropriação todas as moradias ao longo da linha férrea foram consideradas como **Complexo de Vila das Torres**, tendo então 18.840m<sup>2</sup> em 2009, diminuindo gradativamente por conta das desapropriações. Vide a figura 7.

Quanto ao número de famílias da comunidade a Ana Sofia<sup>23</sup> da Prefeitura alegou que inicialmente o número de famílias moradoras da região era extremamente reduzido quando comparado ao que tinha durante o período de desapropriação (2011) e que as primeiras seguiam as regras de utilização do espaço estabelecidas pela *Light* “*as primeiras famílias, que*

---

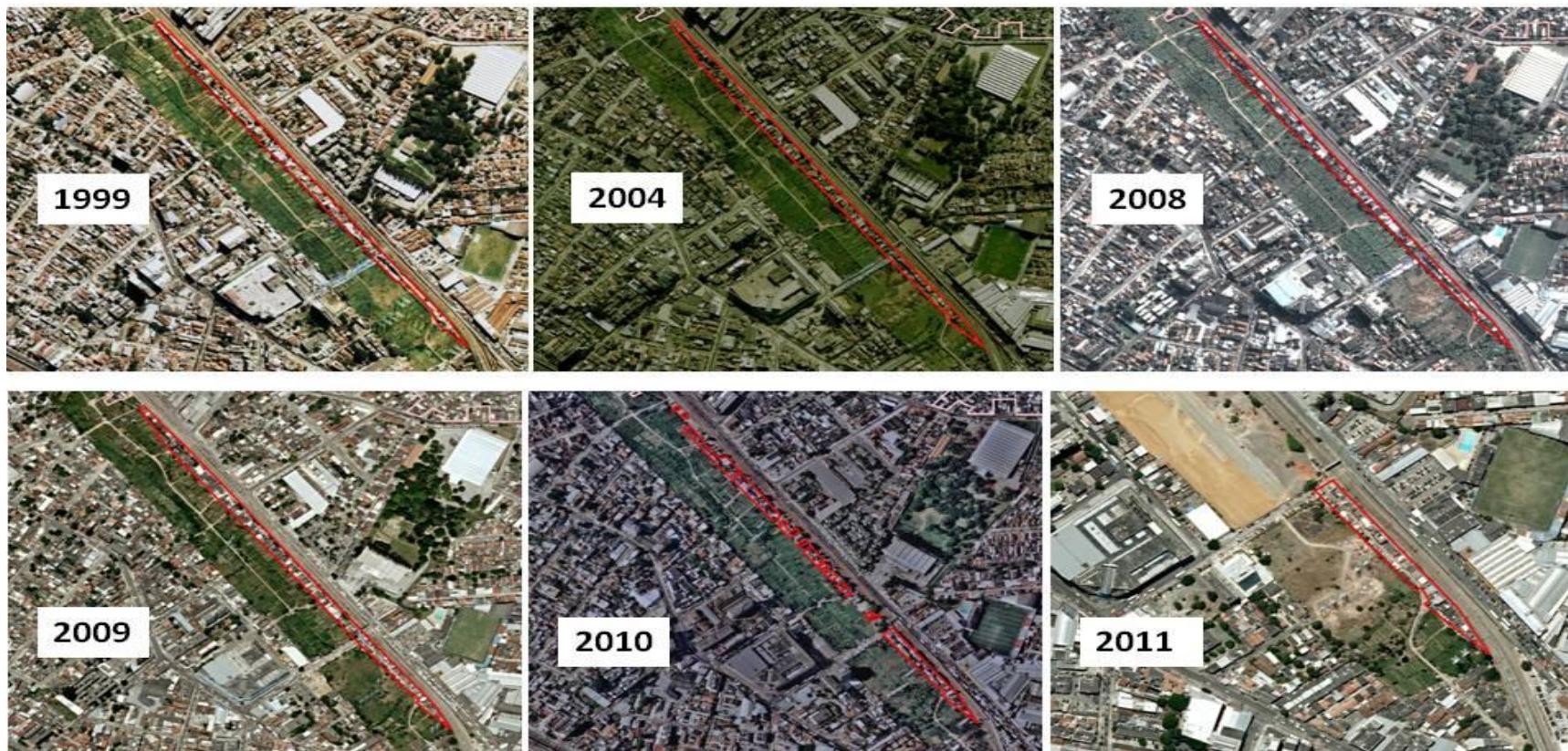
<sup>22</sup> Entrevista 1 (Moradora/Agricultora).

<sup>23</sup> Entrevista 20 (Assistente Social).

*a gente chama da chácara de vila das torres, elas seguiam direitinho as recomendações da Light, mas as outras não, essas ficavam encostadas no muro da linha do trem. Estava crescendo muito, ai fizemos o cadastro deu mais ou menos cento e poucas famílias em 1999, bem pequeno. E à medida que as conversas (sobre o projeto) não avançavam a comunidade começou a crescer muito, ai em 2010, veio o projeto do parque, ai, cadastramos as famílias todas, aquelas que estavam junto a linha do trem, do muro e do rio que tinha ali. Ai deu mais de 800 famílias”.*

A figura 7 mostra a comunidade em oito momentos, de 1999 a 2011. Desta forma nota-se que de 1999 a 2009 não houve muitas alterações na área ocupada por conta dos limites bem definidos da comunidade, se mantendo estável o número de construções, alterado apenas depois das desapropriações em 2010 que ocorreram reduções gradativas. Mostrando desta forma uma divergência entre o depoimento anterior da entrevistada e o documento analisado, pois ficou claro a partir da figura 7 que não houve aumento drástico no número de construções na comunidade, como informado.

Quanto a localização espacial da comunidade pode se concluir que a mesma estava situada da rua Soares Caldeira até o muro amarelo e entre o terreno da *Light* e da linha férrea. O número de moradores durante as desapropriações aumentou drasticamente por abranger um contingente que não se reconhecia como moradores da Vila, mas estavam situados ao longo do terreno da ferrovia. E que o número de habitações ao longo dos anos se mantiveram estáveis devido aos limites bem definidos da Vila.



**Figura 7. Comunidade de Vila das Torres em oito momentos.**  
Fonte: PortalGeo (2013). Alterado pela pesquisadora.

### 1.2.2. Situação fundiária da Vila

A partir dos gestores entrevistados não foi possível chegar a uma conclusão de quem era o terreno ocupado pelas residências, pois uns alegaram não ter dono e outro disse ser da união. Como mostra os depoimentos.

Parco<sup>24</sup> diz: “*O terreno que foi construído o parque era da Light, onde os moradores estavam era invasão, para falar a verdade, ninguém sabe de quem era esse terreno, entre a faixa da Light e a rede ferroviária tinha uma servidão no meio e ninguém sabe de quem era, por isso que não tem informação sobre. Não tinha um dono*”.

Ligio<sup>25</sup> afirma: “*...onde estão as torres tinha até uma favelinha, que estava fora da área da Light, o terreno que estavam as casas não era terreno de ninguém, não tinha um dono, ninguém sabe de quem era aquilo*”.

Quando Ana Sofia<sup>26</sup> foi questionada sobre quem era o dono do terreno, respondeu “*eu acho que era da união. Porque as áreas que passam trem não pode ter moradia. Eu acho que não era de um particular. Tanto que a Light colocou as torres ali. Era da união*”.

Caso a área pertencesse à União, a possibilidade que a comunidade teria de reivindicar sua regularização na área seria através da Concessão De Uso Especial para fins de Moradia – CUEM ou Concessão de Direito Real de Uso – CDRU. Mas caso fosse de um particular seria a partir da usucapião especial urbano.

Tais mecanismos, segundo Sousa (2014, p. 2), foram conquistados devido à inclusão do “Capítulo referente à Política Urbana na Constituição (artigos 182 e 183), que, entre outros avanços, previu instrumentos aptos a legalizar assentamentos irregulares, de forma a proteger o direito à moradia das massas urbanas que possuem habitações sem segurança jurídica da posse”.

A CUEM para Sousa (2014) é

---

<sup>24</sup> Entrevista 19 (Gestor do Parque).

<sup>25</sup> Entrevista 22 (Gestor da Light).

<sup>26</sup> Entrevista 20 (Assistente Social).

“a concessão de uso para fins de moradia, um dos instrumentos utilizados para realização da regularização fundiária, diferenciando-se por se aplicar a imóveis públicos, cujo domínio não pode ser adquirido por particular, garantindo, assim, o direito à moradia às pessoas que residem nestes imóveis insuscetíveis de usucapião”.

A CDRU, segundo Pinho (1998, p. 94), “...transfere direito real resolúvel sobre terrenos públicos ou particulares. ...que regulariza a situação de posse do ocupante sobre o imóvel, não acarretando a transferência da propriedade para o outorgado”.

Ambos os instrumentos mencionados, CUEM e CDRU, são de direito real; contam com a possibilidade de extinção, no caso de uso diverso do imóvel pelo beneficiário e transferem o uso do bem público (ROLNIK, 2007). Entretanto possuem diferenças e para que o leitor as analise melhor foi elaborado o quadro 1.

**Quadro 1. Diferenças entre CUEM e CDRU.**

CUEM	CDRU
Pode ser constituída por instrumento público ou termo administrativo.	Apenas por instrumento público ou sentença judicial.
Pode ser expedida de forma gratuita.	Pode ser expedida de forma gratuita ou remunerada.
Não necessita de autorização legal e de processo licitatório.	Necessita de autorização legal e de processo licitatório.
Incide sobre o bem público (terreno e/ou imóvel edificado).	Destina-se a passar o uso do terreno.
A expedição se faz por tempo indeterminado.	A expedição se faz por tempo certo ou indeterminado.

Fonte: Elaborado a partir da leitura de Rolnik (2007).

Para o processo de regularização fundiária em áreas de propriedade particular, tem-se a usucapião especial urbana. O artigo 183 da Constituição Federal versa: “aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural”.

Durante as conversas com o Presidente da Associação o mesmo foi questionado sobre a possível regularização da área e se os moradores haviam tentado em época anterior. Ele informou que a comunidade não possuía documento de posse dos imóveis. Pois quando

tiveram a oportunidade de dar entrada no processo para tal, a Associação considerou melhor não fazer porque tinham famílias na comunidade que não teriam condições financeiras para pagar o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, além disso, não queriam chamar a atenção para a questão da ilegalidade na ocupação da terra e o medo de serem despejados. Com isso, saíram da comunidade em 2011 considerados como invasores.

Maricato (2000a, p. 153) resume bem esse rótulo recebido pelos moradores ao dizer que “invasão é a ocupação de terras alheias, frequentemente públicas ou de propriedade confusa, por falta de alternativas, na maioria absoluta dos casos”. Porque a situação fundiária da comunidade era de fato uma icógnita e sua ocupação se deu por inúmeras razões, dentre elas a falta de opção dos agricultores, a comodidade em relação a proximidade com o trabalho exercido na horta, a falta de condições financeiras dos moradores a se inserirem na cidade formal entre outras, como será visto mais adiante.

O presidente da associação durante uma das conversas disponibilizou um documento para análise escrito em Maio de 1971, pelo então presidente da Associação o Sr. Agenor Alves Barros, que retratava a situação em que a comunidade de Vila das Torres se encontrava.

Segundo o documento analisado, por volta de 1895, existia uma organização imobiliária denominada Inhaúma Irajá que loteou em Madureira uma grande faixa de terra, adquirida em maiores proporções na época pelo Sr. Joaquim José Marques. Ou seja, o espaço ocupado pela comunidade tinha um dono apesar de nenhum órgão o reconhecer como tal.

Essa situação possivelmente foi estabelecida por conta da promulgação da Lei de terras, que segundo Martins (2009) permitiu que posseiros comprassem lotes de terras, facilitando a divisão das grandes fazendas, o que favoreceu a ocupação de diversas regiões no Brasil, principalmente a região suburbana no Município do Rio de Janeiro.

De acordo com o documento, existia naquela ocasião, uma planta aprovada pelas autoridades locais, autorizando a abertura de diversas ruas, entre as quais para uma delas, se reservou o nome de Dr. Cincinato Lopes, que ocorrendo junto à linha de trem, ligaria as ruas Soares Caldeira e Bernardinho de Andrade.

De frente para está rua que se chamaria Dr. Cincinato Lopes (nunca reconhecida pelas autoridades locais), havia inúmeros lotes, que posteriormente vieram a ser adquiridos pela

*Light*, devido ao seu projeto de implantação de torres sustentadoras dos cabos de alta tensão. Os meios que a *Light* obteve o espaço não são explicados no documento.

Importante ressaltar que também constava no documento as pretensões prioritárias dos moradores. Primeiramente era a urbanização da área, a qual já tinha sido iniciada com recursos dos próprios moradores como será mostrado mais adiante e, a segunda era a aquisição do terreno. Para tanto, os moradores recorreram a *Light*, a Estrada de Ferro da Central do Brasil e ao Patrimônio do Governo do Estado da Guanabara supondo que um deles fossem proprietários da faixa de terra onde habitavam. No entanto, como já dito anteriormente, a Administração pública não reconhecia como sua aquela que seria a rua Dr. Cincinato Lopes (local onde residiam) e, nem as outras organizações.

Além dessas tentativas de encontrar o possível responsável pelo terreno, os moradores a partir da Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM) tentou a partir da imprensa falada e escrita encontrar o pseudo proprietário da área ocupada pela comunidade, mesmo assim ninguém se apresentou como tal. Toda essa preocupação em encontrar o responsável pelo terreno se dá pelo fato de já, em 1971, sofrerem com a insegurança da remoção, segundo o próprio documento.

Esse órgão (CHISAM) era uma autarquia, vinculada ao Ministério do Interior, que assegurava que a política para as favelas na Guanabara e na região metropolitana, no Estado do Rio, ficaria sob controle do Governo Federal. Tendo como objetivo a recuperação e integração moral, econômica e social das famílias faveladas e, premissa básica, de que a favela destoava do ambiente ao redor, logo sua postura seguiu no sentido de eliminá-las da paisagem urbana. Tornando-se o órgão responsável pela condução das remoções (BRUM, 2013).

O período de ativação do CHISAM, 1968 a 1973, foi a ocasião que ocorreram os maiores números de remoções. Tendo removido mais de 175 mil moradores de 62 favelas (remoção total ou parcial), transferindo-os para novas 35.517 unidades habitacionais em conjuntos nas zonas Norte e Oeste. Tais remoções ocorreram porque sua situação de ilegalidade quanto à posse da terra e por, supostamente, não pagar os encargos tributários não faziam jus aos benefícios advindos daqueles encargos, como a urbanização (BRUM, 2013).

Esse documento mostra que os problemas enfrentados pelos moradores da comunidade não é um fato recente, e nem é responsabilidade apenas deles, houve uma responsabilização social e política pelo surgimento de tais assentamentos precários no bairro de Madureira, como em todo subúrbio do Rio de Janeiro.

Contudo, quanto à situação fundiária da comunidade conclui-se que o terreno não era reconhecido pelas autoridades locais e não possuía um dono conhecido, mesmo depois de diversas buscas em órgãos especializados no assunto. Diante disso, os instrumentos aplicáveis para regularização fundiária da comunidade seria a Concessão de Uso Especial para fins de Moradia ou a Concessão de Direito Real de Uso.

### 1.2.3. Autoconstrução na/dá comunidade

Após a *Light* adquirir o terreno para pôr as linhas de transmissão eletrica, ela permitiu que os agricultores explorassem a horticultura, para evitar invasões indesejadas, ja que espaço é não edificante. Toda essa enorme faixa de terra por onde passavam os cabos de alta tensão, permitia ainda a sobra de uma pequena faixa de terra que margeava a área cultivada. Esta sobra situa-se na área destinada aquela que seria a rua Dr. Cincinato Lopes, não reconhecida pela Administração Pública.

Segundo o documento, disponibilizado pelo Presidente da Associação dos Moradores para análise, a comunidade surgiu a partir do aproveitamento da faixa de terra que sobrara, no qual os agricultores do local iniciaram a construção de suas habitações, na época, em condições precárias. “*Aquela comunidade não existia, o que existia eram algumas famílias que começaram a fazer algumas hortas, porque aquilo era uma chácara, umas pessoas portuguesas, e ai cada um foi se acomodando por ali*”, disse a Ana Sofia.<sup>27</sup> Anos após, com a renda dos produtos da horticultura, os mesmos foram melhorando suas moradias com recursos próprios. Confirmando que a renda dos moradores locais era oriundo dos produtos cultivados sob as torres da *Light*, Martins (2009) alega que Madureira era favorecido por conta dos produtos agrícolas produzidos pelos primeiros emigrantes portugueses, em terras decorrentes de sucessivos fracionamentos das fazendas do Campinho e Portela.

As famílias trabalhadoras das hortas se instalaram “ilegalmente” na faixa de terra que sobrara por questões financeiras e de comodidade em relação ao trabalho exercido na área.

---

<sup>27</sup> Entrevista 20 (Assistente Social).

Minimiza-se, desta forma, os gastos e tempo com transportes e deslocamento, trabalho-domicílio.

Nessa mesma linha, Alfonsin (1997) argumenta que a lógica de ocupação e urbanização das cidades, exclui a possibilidade de famílias carentes inserir-se na cidade por meio de uma ocupação regular do espaço urbano, por conta do alto valor de mercado dos terrenos. O que faz com que essas pessoas sem recursos financeiros ocupem terrenos ociosos, públicos ou privados, para exercer o direito de morar. E na maioria das vezes os assentamentos surgem a partir da autoconstrução.

O Estado brasileiro tolerou diversas ocupações ilegais de terra urbana, principalmente das massas de imigrantes europeus que chegaram e não conseguiram acesso ao mercado privado e nem foram atendidos pelas políticas públicas de habitação. Para Maricato (2003) foi-se admitido o direito à ocupação, mas não o direito à cidade. Visto que a comunidade estudada na presente pesquisa, como será mostrado mais adiante, foi iniciada por imigrantes europeus que ocuparam o espaço ocioso, entre a linha ferroviária e as torres da *Light*, para fazerem suas moradias, mas quando surgiu o interesse do governo e a oportunidade, foram retirados e classificados como invasores.

Para confirmar a autoconstrução na/da comunidade, foram selecionados alguns relatos para explicitar o que os primeiros moradores sentiam ou lembravam do processo de ocupação do terreno há anos atrás. Revelando a forte atuação da Associação dos Moradores.

Uma das moradoras afirmou que quando chegou no espaço que foi ocupado pela comunidade o mesmo era vazio, sem casas e sem nenhum tipo de condições para habitar, mas com a passar dos anos os sucessivos presidentes da associação com o apoio dos moradores foram instalando os serviços básicos, como luz, água encanada entre outros. Vide a fala.

Morgana<sup>28</sup> disse: “*não lembro a data que cheguei porque eu era muito criança, mas eu sei que não tinha nada, não tinha casa, não tinha água, não tinha luz, não tinha saneamento básico nenhum, nada, era só mato, capim, esgoto... não tinha nada. Quase não tinha barraco. Nós chegamos lá (Madureira) assim, era um brejo. Meu pai veio de Minas e conseguiu ali um quarto de fundos e nós viemos. Que eu me lembre, depois de muitos anos é que veio alguma coisa. Teve um moço que entrou para presidência da associação chamado*

---

<sup>28</sup> Entrevista 4 (Apenas Moradora).

*Jurandi que começou a colocar luz, porque veio a época de campanha, ai que começou uma melhoria para o povo. Depois uma água encanado, mas o esgoto continuou e a lama também. Ai depois veio o seu Agenor, seu Sebastião, dona Maria, assim depois de umas três pessoas na presidência é que começou as melhorias mesmo. Não tinha nada ali, não tinha casa de tijolo, era casa de estuque, a gente colocava ripa e fazia lama com o barro e enchia. Foi por conta da associação dos moradores que foi tendo benfeitoria na vila. Tanto os bons (presidente da associação) quanto os ruins foram melhorando a vila”.*

O depoimento mostra que assim que os agricultores chegaram à comunidade ela estava completamente desprovida de qualquer investimento público, era um espaço ocioso, mas com o passar do tempo os mesmos foram melhorando suas residências e o espaço de convivência comum (a rua), realizando tais melhorias por esforço dos próprios moradores com apoio e coordenação da Associação dos Moradores.

Para corroborar com os depoimentos o documento analisado informava que as melhorias na Vila, na época, foram assessoradas pela Ação Comunitária do Brasil<sup>29</sup>. A rede elétrica instalada em 1966, a rede de esgoto em 1967, a rede de água em 1968 e a sede da Associação dos Moradores em 1968. Todas realizadas com e pelos recursos dos próprios moradores, ou seja, autoconstruída.

Amorim (2015) diz que a própria forma como as comunidades/favelas são construídas fala muito sobre as relações sociais ali presentes. E na comunidade esses relacionamentos de união e esforços para melhorar o espaço comum a todos fizeram com que se criasse um sentimento familiar forte entre os moradores. Entretanto, a política habitacional ainda não os considera como importantes e prioritários e acaba rompendo os laços sociais construídos ao longo do tempo a partir das desapropriações e realocações em lugares dispersos.

Em relação a autoconstrução, percebe-se que tal processo ocorreu na comunidade, por esforço dos próprios moradores juntamente com a associação dos moradores. Visto que para os mesmos seria mais econômico estabelecer suas residências próximo ao local de trabalho e distribuição dos alimentos produzidos.

---

<sup>29</sup> Reconhecida como uma organização de utilidade pública federal (Decreto 61.593 de 23/10/1967) e estadual (Título Declaratório nº 371 de 11/08/1998), a ACB/RJ foi fundada, em 17 de agosto de 1966, por um grupo de empresários, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de populações em situação de vulnerabilidade social, residentes em favelas e conjuntos habitacionais populares do Rio de Janeiro. Disponível em: < [http://www.acaocomunitaria.org.br/acb/index.php?option=com\\_content&view=article&id=121&Itemid=119](http://www.acaocomunitaria.org.br/acb/index.php?option=com_content&view=article&id=121&Itemid=119) > Acesso em: Ago. 2014.

#### 1.2.4. Favela ou não?

Utilizar o termo comunidade ao invés de favela no presente trabalho foi uma forma de minimizar o estigma que o último carrega, visto que os moradores não se consideravam habitantes de uma favela e sim de uma vila. Como será mostrado mais adiante.

Vila das Torres foi considerada pelos órgãos oficiais como um aglomerado subnormal, ou seja, favela. No documento organizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo demográfico (2010), a favela, a comunidade, o grotão, a vila, o mocambo, entre outros setores censitários são classificados como aglomerados subnormais. Sendo eles, um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas, etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais (tais como água, luz, esgoto e coleta de lixo), ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e/ou densa, ou seja, fora dos padrões habitacionais vigentes. Entretanto, verão que tais características são muito rígidas para descrever um espaço tão complexo como uma favela.

Uma favela, não pode ser entendida simplesmente como um lugar de habitação de moradores pobres, um espaço carente, precário e ruim. Pois ela traz muito mais coisas no seu interior que apenas esses estigmas construídos ao longo dos anos pelos grupos dominantes que determinam o que é um espaço saudável dentro da cidade. A favela segundo Castro (2011, p.62) “é um núcleo emergente que nasce no mundo inteiro como produto de um deslocamento populacional de proporções gigantescas chamado de urbanização”.

Quem confirma que o “ambiente saudável” nas cidades é predeterminado por alguns grupos sociais é Silva (2009) ao escrever em uma coletânea sobre favelas do Rio de Janeiro

“que é notável que as favelas constituam moradas singulares no conjunto da cidade, compondo o tecido urbano, estando, portanto, integrado a este, sendo, todavia, **tipos de ocupações que não seguem aqueles padrões hegemônicos que o Estado e o mercado definem como sendo o modelo de ocupação e uso do solo nas cidades**. Sendo estes geralmente referenciados em teorias urbanísticas e pressupostos culturais vinculados a determinadas classes e grupos sociais hegemônicos que consagram o que é um ambiente saudável, agradável e adequado às funções que uma cidade deve exercer no âmbito do modelo civilizatório em curso”. (grifos nossos)

Segundo o discurso dos gestores os moradores dos barracos próximos à linha férrea, as torres e ao córrego necessitavam ir para um lugar mais saudável, com padrões aceitáveis e legais. Todavia, o planejamento dos gestores terminou no momento da instalação dos moradores/agricultores nos novos conjuntos habitacionais, visto que não mantiveram um acompanhamento psicossocial para minimizar os danos da transferência.

A descrição de favela realizada pelo IBGE apresentada acima é muito rígida para se enquadrar nas características de Vila das Torres e de outras comunidades, porque no documento está exposto que os serviços públicos essenciais (coleta de lixo, correios, internet, telefone, água, luz e saneamento básico) inexistem em favelas, mas em Vila das Torres todos funcionava com regularidade, o outro critério utilizado é a casa considerada barraco, contudo na própria Vila como em outras comunidades, devido ao tempo em que se encontravam instalados no espaço ocorria um continuo investimento para melhorar seus lares, com isso era possível notar algumas casas de alvenaria com três pavimentos. Quanto aos padrões de urbanização da comunidade, os mesmos não respeitavam as normas estabelecidas pelo poder público.

Segundo Silva (2009) a favela é um território constituinte da cidade, que se caracteriza, em parte ou em sua totalidade, pela: Insuficiência histórica de investimentos do Estado e do mercado formal, principalmente o imobiliário, financeiro e de serviços; Forte estigmatização socioespacial, principalmente por moradores não pertencentes ao local; Níveis altos de subemprego e informalidade; Alta concentração de negros; Indicadores educacionais, econômicos e ambientais abaixo da média do conjunto da cidade; Edificações autoconstruídas, que não se orientam pelos parâmetros definidos pelo Estado; Alta densidade ocupacional; Alto índice de violência; Relações de vizinhança marcadas por intensa sociabilidade, com forte valorização dos espaços comuns como lugar de convivência. Das edificações autoconstruídas, como já foram relatadas, é pertinente a Vila das Torres, já que suas melhorias foram realizadas por recursos e mão de obra própria.

Em relação a falta de respeito aos parâmetros urbanísticos definidos pelo Estado e a alta densidade ocupacional, Prestes<sup>30</sup> diz: “*A vila não era uma coisa reta que você podia contar as casas ao longo, lá tinha altos e baixos, fundos que formavam vilas. Em um único portão à vezes tinham sete famílias para dentro*”.

---

<sup>30</sup> Entrevista 18 (Presidente da Associação).

A característica de alto índice de violência não foi constatada nas entrevistas, nem por seus moradores, nem por alguns gestores públicos entrevistados. Como se nota nos depoimentos:

Quando foi perguntado a Ana Sofia<sup>31</sup> qual sua impressão quanto a comunidade, respondeu: *“A comunidade lá era muito tranquila, uma Associação de Moradores muito boa, com lideranças otimas, sem envolvimento com tráfico, sem milícia, sem nada. Não tinha nada disso. Muito boa mesmo. A associação acompanhou a gente o tempo todo, eles participaram ativamente de tudo. Chegamos lá tranquilo, sem problema nenhum. Nada de bandido colocando arma na nossa cabeça”*.

Marisa<sup>32</sup> disse: *“La na vila não tinha trafico, não tinha bandido, não tinha drogas. Era todo mundo trabalhador, apesar de ter alguns que vacilavam”*.

De todas as características citadas anteriormente por Silva (2009) algumas puderam ser analisadas a partir das entrevistas realizadas, tais como edificações autoconstruídas, desrespeito aos parâmetros urbanísticos e índice de violência, como demonstrado. Já a forte estigmatização socioespacial, principalmente por moradores não pertencentes ao local foi constatada de forma empírica, a partir de depoimentos durante conversas informais ao longo da pesquisa e exposições dos indivíduos em redes sociais. A insuficiência histórica de investimentos públicos fica explícito quando dito que as melhorias na comunidade foram realizadas pelos próprios moradores. Os níveis altos de subemprego e informalidade, a alta concentração de negros e os indicadores educacionais, econômicos e ambientais abaixo da média do conjunto da cidade não puderam ser constatados durante a pesquisa por falta de dados da comunidade nos órgãos responsáveis.

A característica relações de vizinhança marcadas por intensa sociabilidade, com valorização dos espaços comuns será demonstrada nos subitens que se seguem quando apresentam a partir de suas falas o sentimento de pertencimento a comunidade e a ideia de fazerem parte de uma grande família.

Fica clara a percepção da comunidade como um aglomerado suburbano quando seus próprios moradores expuseram o que os externos ao local falavam em relação à Vila, na fala

---

<sup>31</sup> Entrevista 20 (Assistente Social).

<sup>32</sup> Entrevista 13 (Moradora).

dos gestores entrevistados e nos sítios virtuais de órgãos oficiais quando buscado. Entretanto, os mesmos em momento nenhum, mesmo sabendo das taxações externas, se consideravam moradores de favela. Além disso, as características de uma favela que foram expostas nesse subitem, deixa claro que Vila das Torres não pode ser enquadrada de maneira tão rígida a mesma.

#### 1.2.5. Sentimento topofílico<sup>33</sup>

A favela, segundo Abramo (2003), é uma territorialidade urbana que guarda fortes laços primários de relacionamento. A sinergia familiar e os laços de amizade construídos ao longo de muitos anos de convívio na favela (efeito da proximidade de vizinhança) dá margem para surgir relacionamentos de trocas. E essas trocas no universo da comunidade é essencial para a construção de uma estratégia familiar.

Quando a característica está relacionada às relações de vizinhança, obteve-se como depoimento da Ana Sofia<sup>34</sup>: “...no meio deles, dessas comunidades, esses laços são bem mais fortes, porque parece que a miséria aproxima e fortalece esses laços, porque é muito comum as vizinhas tomarem conta dos filhos uma das outras, pegar na escola, isso é comum”. Os vizinhos e parentes assumem temporariamente responsabilidades que normalmente teriam uma contrapartida monetária e/ou do governo, como creches e que posteriormente serão retribuídos com outros favores estabelecendo redes de relações de troca cada vez mais ampla e complexa que alimentam o cotidiano da comunidade (ABRAMO, 2003). A Assistente Social reconhece os fortes laços sociais que são estabelecidos entre os moradores da comunidade.

Completando, Amorim (2015) também concorda com o exposto e afirma que é possível ver laços fraternos entre vizinhos durante o enfrentamento às dificuldades impostas pela pobreza. Constituindo assim um sentimento verdadeiro de comunidade. Fazendo com que as relações de proximidade sejam muito maiores que em locais da cidade formal.

---

<sup>33</sup> O termo *topofilia* é um neologismo criado por Yi-Fu Tuan e consiste no elo afetivo entre o indivíduo e o seu lugar, que pode ser uma infinidade de possibilidades, como um objeto, um cômodo de uma casa, uma cidade ou um bairro (DIONISIO, 2011).

<sup>34</sup> Entrevista 20 (Assistente Social).

Além desse, foi possível obter outros depoimentos expondo a Vila como um espaço comum de convivência. Quando perguntado o que faziam para se divertir, Morgana<sup>35</sup> respondeu: “*ficávamos mais sentados no portão tomando cerveja com os vizinhos ou nos botequins que tinha na vila mesmo. A gente fazia um petisco levava para a porta e comia com os outros. E nas datas comemorativas (dia das crianças, festa junina e natal) fazíamos festa na sede (Associação). Nossa comunidade valia a pena você sentar no portão com os vizinhos.*”

Vale lembrar que na presente pesquisa não houve apenas a desapropriação da moradia, mas sim, uma interrupção da produção agrícola estabelecida no local, por não renovação do contrato, atividade esta que era a única fonte de renda da maioria dos agricultores instalados no local. Entretanto, não era apenas a agricultura que gerava renda para os moradores da Vila, muitas pessoas com o passar do tempo conseguiram estabelecer atividades de serviços e comércio (informais), como mostra a fala da entrevista ao dizer que comprava cerveja e ficava no portão de casa. Tal comércio fazia circular um fluxo de recursos internos na comunidade. Recursos esses que constituem um “círculo econômico<sup>36</sup>” segundo Abramo (2003).

Além disso, para Carlos (2007) todas as relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se revelam e se exprimem diariamente nos modos do uso, nas condições mais banais, como realização de tarefas secundárias e acidentais. Tornando-se dessa forma essenciais para a manutenção e estabelecimento das relações sociais. Situações banais que fortalecem os laços estabelecidos pelos vizinhos de muitos anos. Como mostra a fala da Marisa<sup>37</sup>:

“*Eu ficava com os vizinhos conversando no portão, as vezes das 11h e só saia as 23h ou 1h. Meu divertimento era ali, em frente a minha casa. Lá a gente era feliz e não sabia*”.

Entretanto, não era todos os moradores que compartilhavam desse sentimento de pertencimento a comunidade. Vide o depoimento de Moraes<sup>38</sup>: “*eu nunca fui muito participativo na comunidade não, mas depois que eu comecei a trabalhar com o presidente da associação por conta da desapropriação eu comecei a dar mais valor à comunidade*”.

---

<sup>35</sup> Entrevista 4 (Moradora).

<sup>36</sup> Circuitos Econômicos produtivos são definidos pela circulação de produtos, isto é, de matéria (Santos citado por Abramo, 2004).

<sup>37</sup> Entrevista 13 (Moradora).

<sup>38</sup> Entrevista 12 (Morador).

Mostrando dessa forma que existem graus diferentes de percepção do espaço, perpassando desde o mais enraizado até o mais desenraizado da comunidade.

Para Marzulo (2003) a dinâmica formadora das favela potencializa o desenvolvimento de processos de pertencimento. E esse sentimento de pertencer a um espaço constroi uma ideia de grande familia, pois a maioria dos moradores se conhecem e mantem relações diversas há muitos anos, logo faz com que cada um conheça os hábitos dos outros.

Cardoso (2008) revela que é possível perceber que os deslocamentos trazem um sentido de pertencimento relacionado à sua origem e se revelaram em outras dimensões, traduzidas no lazer que possibilita a reorganização dos espaços de sociabilidade desses grupos sociais.

Contudo, conclui-se que a partir do tempo de proximidade que os indivíduos estabeleceram na comunidade fez com que fossem criados fortes laços de amizade, se assemelhando a parentes co-sanguíneos. E esse estabelecimento pode ter ocorrido devido à necessidade um dos outros para superarem as deficiências existentes dentro da vila, ou bairro, ou mesmo por compartilharem uma vida cotidiana nos portões de suas casas.

#### 1.2.6. A grande família

Outra percepção que confirma que os moradores sentiam que faziam parte de uma grande família, por morar na comunidade há muitos anos ou por ter fortes relações com seus vizinhos, ficou claro quando perguntado aos mesmos que sentimento tinham em relação a comunidade e quais eram as relações estabelecidas com os vizinhos, obtendo como respostas que a convivência com os moradores da comunidade era familiar, todos se conheciam, cuidavam uns das coisas dos outros entre outros como será mostrado na fala do Moraes<sup>39</sup>:

*“eu não tinha família lá dentro, acho que só eu não tinha família lá, o resto, todos tinha família forte lá dentro, cunhado, irmão, pai, mãe, avó, avô, por isso que a comunidade era uma grande família.“*

O depoimento reforça a ideia da existência de uma rede relacionada à origem comum das pessoas, ao fato de pertencerem a mesma comunidade, ao mesmo espaço. Mostrando que

---

<sup>39</sup> Entrevista 12 (Morador).

além do sentimento de pertencer a uma família devido aos laços sociais estabelecidos durante tanto tempo, muitos possuíam parentes co-sanguíneos na comunidade.

A maioria dos depoimentos giraram entorno de uma ótima relação com os moradores da Vila, apresentando ajuda mútua e diversão compartilhada. *“minha relação com eles (os vizinhos) era ótima, uma ajudava a outra, no pedaço que eu morava era como se fosse uma família. Por isso que sinto falta é da família que perdi lá, todo mundo se dividiu. Para mim era uma família aquilo ali. Sinto falta até hoje”*<sup>40</sup>.

Uma das falas que deixou claro as fortes relações de amizadade foi da Marta Aimê<sup>41</sup> que disse: *“Às vezes que eu estava com pressa eu não passava pela vila, eu saia por fora. Senão era muita gente para falar oi e conversar e ai chegava atrasada no lugar. Era bom. Eu conversava com todo mundo”*.

Para Carlos (2007) são as relações cotidianas mais finas e corriqueiras aparentemente sem sentidos, como ir à compra e caminhar que criam laços profundos de identidade, habitante-habitante, habitante-lugar.

Logo se conclui, como dito anteriormente, que os moradores da vila se consideravam uma grande família, por isso a dificuldade em aceitar a saída do local para a implantação de um parque.

#### 1.2.7. À nova moradia, após a realocação

Os moradores da comunidade de Vila das Torres foram realocados no conjunto habitacional vivendas do Ipê-amarelo em Realengo, do Programa Minha Casa Minha Vida, que é formado por dois conjuntos com 600 unidades habitacionais. Foi um empreendimento do Governo Federal para abrigar também os moradores do morro do Urubu, do bairro de Pilares. Estes foram deslocados por questões ambientais, deslizamento provocado por fortes chuvas. Já os da Vila foram transferidos para o conjunto devido a uma ação impositiva por parte do poder público, tendo em conta a instalação de equipamentos de infraestrutura a serviço dos megaeventos – o Parque Madureira e o BRT-TransCarioca.

---

<sup>40</sup> Entrevista 4 (Moradora).

<sup>41</sup> Entrevista 10 (Moradora/Agricultora)

E essa ação impositiva ocorreu em curto espaço de tempo. Os moradores tiveram poucos meses, depois de informado sobre a remoção, para buscar outras alternativas de moradia e alguns dias para a saída de sua residencia depois de assinado o acordo com a Prefeitura.

A maioria dos depoimentos obtidos giraram entorno de ter sido obrigatória a adaptação na nova moradia para não terem problemas de saúde e nem psicologico, pois vontade de sair da vila ninguém apresentava.

Disse Monica<sup>42</sup>: “assim, eu não tive escolha, então tive que ficar. Eu não podia não gostar, eu tinha que vir. Eu nunca gostei, mas tinha que ficar, tinha que vir. A casa é até boazinha, mas o lugar é horrível. Aqui é uma tristeza”.

Afirmou Micaela<sup>43</sup>: “Para eu me acostumar foi complicado um pouco, principalmente com os gastos, não pode gastar muita água, muita luz, nada.”.

Outras falas se destacavam em relação à dificuldade de adaptação ao local que era diferente, a perda da convivência anterior, a estrutura da casa nova (sendo necessárias diversas obras de adequação), ao aumento dos gastos e a perda da fonte de renda adquirida na comunidade.

Quanto a isso, Brum (2013, p.180) alega em seu artigo que “os favelados tiveram drasticamente reduzidas suas margens de manobra para se contraporem aos interesses envolvidos na erradicação das favelas” devido ao curto tempo dado aos moradores para se organizarem e saírem da comunidade. E essa falta de tempo dado dificultou sua adaptação ao novo local de moradia.

Contudo, foi possível perceber que alguns moradores conseguiram se adaptar de forma rápida a nova casa e outros até o dia da entrevista ainda não tinham se acostumado com as mudanças vivenciadas.

---

<sup>42</sup> Entrevista 5 (Moradora).

<sup>43</sup> Entrevista 11 (Moradora).

### 1.2.8. O arrependimento

Mesmo sabendo que era necessária a saída da Vila e que os moradores não tiveram escolha, visto que todo processo foi impositivo por parte da Prefeitura e da empresa *Light*, algumas pessoas declararam ter se arrependido de realizar a mudança de residência, mesmo considerando a casa nova com uma estrutura melhor que a anterior, eles consideravam que na Vila tinham mais laços com as pessoas e sua moradia, além disso, a maioria disse que tinha o interesse de voltar para a Vila ou mesmo para o bairro Madureira, não importando o tamanho e estrutura da casa. Entretanto, tal situação não foi uma escolha.

Isso mostra que o argumento utilizado pelo Poder Público de tirar as pessoas de seus barracos, seja por ser uma área de risco ou não, e coloca-las em uma moradia inserida nos padrões urbanísticos da cidade é um ganho para o morador, não vai de encontro com a real necessidade dos indivíduos deslocados.

Para relembrar, na época (década de 60) da criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), o Governo Federal fez uma política, tocada pelo próprio banco, de erradicar favelas e remanejar famílias para conjuntos habitacionais. O que não deu certo, pois o número de favelas aumentou e os conjuntos habitacionais passaram a acumular graves problemas sociais e estruturais. Hoje em dia, nos conjuntos habitacionais do PMCMV autores como Cardoso (2003) e Amorim (2015), mostraram as mesmas problemáticas, visto que as famílias não conseguem se adaptar aos novos gastos, a falta de infraestrutura, de serviços, de transportes e de mercados das quais já estavam acostumadas. O que leva a uma comercialização ilegal de sua moradia e criação de pequenos comércios dentro de suas casas. Percebe-se a partir disso que tanto no BNH como no PMCMV a lógica é a de mercado.

Uma política de habitação além de levar em consideração o deslocamento da população, deve estudar a melhor infraestrutura para os novos moradores se adaptarem. Nos prédios para os quais foram deslocados, não possui área de serviço e não podem fazer varal nas janelas, então como secar as roupas? As condições para permanência da população nos conjuntos habitacionais não se adéquam as realidades domésticas e financeiras dos moradores, visto que muitos perderam seus empregos com os deslocamentos.

Os deslocados segundo as observações durante a pesquisa preferiam morar em um lugar que se sintam bem a morar em uma casa que tenha documentação, mesmo sabendo que tais documentos sejam importantes.

Morgana<sup>44</sup> alegou: “*Por mim eu ainda estaria lá, não me importa se hoje minha casa é maior, eu queria ficar lá no meu cubículo, no meu cantinho. Mas eu estava me sentindo bem. Porque não adianta você ficar no conforto, com luz, com tudo e não se sentir bem.*”

Monica<sup>45</sup> falou: “*O tamanho da casa aqui é bom, mas eu preferia lá, mesmo sendo pequenininha. Eu preferi meu barraquinho. Eu não me sinto bem aqui, se eu pudesse voltar a Madureira, para um barraquinho eu voltava.*”

Monalisa<sup>46</sup> informou: “*Sinceramente eu nunca quis vim para cá (PMCMV-Realengo). Eu vim para cá por falta de opção. Porque o dinheiro que eles ofereciam não dava para fazer nada, nem comprar uma casa lá (Madureira). Aqui não é a moradia que é ruim, a casa é boa, porque para quem morava dentro de um barraco hoje morar numa casa com dois quartos, sala, cozinha, varandinha é muito bom, mas aqui fica todo mundo aglomerado, é ruim*”. Tal depoimento deixa clara a problemática da falta de estrutura dos condomínios do PMCMV para receberem as famílias.

Foi possível perceber um paradoxo nos depoimentos. Pois todos os entrevistados que moravam no conjunto habitacional relatavam que a nova moradia era melhor do que a antiga, entretanto essa melhoria era insuficiente para criar o sentimento de preferência pelo lugar. Visto que todos também alegaram preferir morar na comunidade aos prédios.

Para Abramo (2003) o sentimento identitário de pertencer a uma “comunidade” geralmente é um dos principais motivos que os moradores possuem em querer permanecer em seus locais de moradia quando comparados com outros lugares, além das trocas estabelecidas naquele território e que talvez a transferência para outros locais envolvem o risco de perder-las. Por isso o arremedimento de ter saído da Vila.

---

<sup>44</sup> Entrevista 4 (Moradora).

<sup>45</sup> Entrevista 5 (Moradora).

<sup>46</sup> Entrevista 6 (Moradora).

### 1.2.9. As perdas

Houve perda dos laços familiares devido à remoção e, isso ficou claro quando perguntado ao senhor Agripino<sup>47</sup> que não morava na comunidade, qual era sua relação com a mesma, respondeu: “*era muito boa, eu fui nascido e criado ali, morava lá embaixo* (na vila das torres), *eu mesmo tinha um monte de primo que morava aqui na comunidade. E que agora eu não sei nem por onde eles estão. Todos vieram do norte e criaram família aqui igual a mim*”.

Dentre as perdas a morte e saúde debilitada fizeram parte do cotidiano dos moradores durante o processo de remoção. Como é mostrado nos depoimentos seguintes.

Morgana<sup>48</sup>: “*eu me senti prejudicada em saúde, tristeza, depressão. Até hoje me sinto doente. Para você ver, quando eles (prefeitura) chegaram lá avisando que nós sairíamos, a dona fulana enfartou antes mesmo de sair. A dona sicrana foi a primeira a enfartar. Muitas pessoas que moravam ali, ficaram doentes ou faleceram.*”

Moraes<sup>49</sup>: “*Tinham muitos idosos, principalmente os que trabalhavam na horta, e uns estão passando mal, doente, tiraram não só a moradia deles, mas o ganha pão deles, eles viviam daquilo, eram acostumados aquilo. Tem gente doente até hoje, na rua. E nem isso eles souberam respeitar.*”

Segundo os depoimentos e percepções durante as conversas os moradores da Vila morreram ou ficaram doentes, porque a maioria não aceitava a saída da comunidade. Além disso, a forma impositiva com que ocorreu o processo de deslocamento dos indivíduos, sem respeito os laços sociais estabelecidos e criados durante os anos de convivência e a baixíssima indenização oferecida em suas residencias agravaram os problemas de saúde dos moradores. Não são todas as pessoas que possuem estrutura psicologica para suportar mudanças rápidas e impositivas em suas vidas.

O sentimento de pertencimento a comunidade é tão forte que eles ainda se veem morando na comunidade, porque ao passar pelo local conseguem identificar as coisas realizadas por seus esforços. Isso ficou claro durante as conversas quando diziam que ainda

---

<sup>47</sup> Entrevista 7 (Agricultor).

<sup>48</sup> Entrevista 4 (Moradora).

<sup>49</sup> Entrevista 12 (Morador).

estavam morando na Vila, pois a árvore que plantara ainda estava lá, o relógio de luz de sua casa estava intacto, entre outros relatos como mostrado nas falas seguintes. E essa situação causa estranheza nos moradores e um certo incômodo, pois eles declararam que na parte que moravam não foi feito nenhum tipo de obra, que a Prefeitura só os tirou do local para não contrapor a beleza do Parque.

Morgana diz<sup>50</sup>: “...eu ‘to’ lá até hoje, a árvore que eu plantei em frente a minha casa, uma amendoeira, ta lá até hoje, eu sei que ali era o meu pedaço, ai eu sei todo mundo que morava ali, fulana, beltrana, cicrana. Lembro de todo mundo que morava lá, até porque não fizeram nada lá, só colocaram as torres. A gente não ia incomodar em nada no parque, porque o parque ocupou a horta e não onde tinham as casas”.

Micaela<sup>51</sup> afirma: “o lugar que a gente morava lá não fizeram nada, o parque foi feito no lugar da horta. Tu passa lá, tu vê só neguinho falando, olha minha mangueira, minha amendoeira. Aquela árvore foi eu que plantei. Até relógio de luz ainda está lá, ai a gente passa e fica falando aquele lá é da casa de fulano. Eles podiam ter feito um muro ali para separar a gente. Fazia um muro bem alto, deixava os cachorros para cá escondidinhos e eles ficavam para lá, mas não, eles tiraram a gente. Tiraram as famílias dali. O que eu senti foi horrível.”

Todos os moradores afirmam que no espaço onde moravam não foi feito nada, entretanto nesse se encontram as torres de transmissão da *Light* de forma compactada o que não permite edificações devido aos riscos com o campo magnético gerado e possíveis acidentes.

Outro agravante quanto às perdas está o emprego que os moradores possuíam. Alguns depoentes relataram durante a pesquisa que perderam seus empregos devido ao encarecimento do deslocamento, visto que passaram a necessitar de mais de uma passagem de ônibus e o transporte público na região, apesar do condomínio está próximo a uma avenida importante, a Avenida Brasil, é precário e deficiente, pois não supre a necessidade dos mesmos, por não ter opções de condução direta para o bairro de origem, apresentando apenas uma linha.

---

<sup>50</sup> Entrevista 4 (Moradora).

<sup>51</sup> Entrevista 11 (Moradora).

Amorim (2015) confirma o exposto ao alegar que 33% dos moradores do Ipê Branco perderam seus empregos após a mudança, e 60% desses tinham tal emprego como a única fonte de renda da família. O conjunto Ipê Amarelo concentra 71% dos desempregados.

Diante do exposto, conclui-se que dentre todas as perdas – moradia, amizade, parentes, emprego – a saúde debilitada até os dias atuais e a morte de familiares e amigos devido a remoção forçada foram as que mais incomodaram e feriram os moradores. Além disso, muitos ainda se identificam no local onde moravam devido as benfeitorias realizadas pelos próprios continuarem no mesmo lugar, e isso traz a ideia para eles de que não fizeram nada no local onde as casas estavam situadas e que só os retiraram por serem considerados favelados e não poderem ficar próximo ao parque.

#### 1.2.10. Remanescentes de Vila das Torres

Em relação à comunidade de Vila das Torres que ainda se encontra em Madureira, tem-se 370 famílias, dentre elas alguns agricultores (nota-se na figura 8 a existência de hortas ainda no local) e comerciantes, segundo os próprios gestores todos serão desapropriados, no entanto receberão indenização, visto que não tem mais apartamentos disponíveis do Programa Minha Casa Minha Vida para ofertar.



**Figura 8. A comunidade remanescente de Vila das Torres em Madureira em 2011.**  
Fonte: PortalGeo (2013)

Quando perguntado aos gestores, quais são as estratégias ligadas aos remanescentes Parco<sup>52</sup> respondeu: “*a intenção é retira-los, porque vamos fazer ali um caminho para ter mais acesso a estação de trem de Magno, vamos fazer uma passarela que ligue a estação ao mercadão, mas isso tudo a gente ainda está pensando, não está nem no projeto ainda*”.

---

<sup>52</sup> Entrevista 19 (Gestor Parque).

Ana Sofia<sup>53</sup> disse: “nós ja cadastramos e eles vão ser todos indenizados, e aquela ocupação foi mais recente, não existia. Em 2012 nós cadastramos 370 famílias e 1 comercio. Com a proposta de indenizar porque não tem mais apartamentos para eles”.

Porém ficou visível durante as conversas que os moradores não possuem a intenção e vontade de sair do local, porque gostam do espaço e estão acostumados a conviver/viver na região.

Moacir Alaor<sup>54</sup> que continua plantando na área remanescente de Madureira nas faixas de transmissão da *Light*, disse: “A história daqui é só uma, sair para outro lugar. O cara da *Light* que toma conta dos terrenos aqui, quando me chamou lá, falou que isso aqui seria uma rua, que ia pegar ali no camelô ai passar aqui no meio até chegar lá no BRT. Vão tirar essas casas para afastar as torres como fizeram lá, para fazer o que eles querem”.

Magno Roberto<sup>55</sup> respondeu: “...Tem o senhor que trabalha na prefeitura, ele vem sempre aqui ai eu pergunto o que vai acontecer aqui e ele diz que projeto para cá tem, mas para fazer por enquanto não vão fazer nada aqui mais não. Ele disse que não tem previsão de nada para cá, eu quero mesmo é que eles se esqueçam”.

Ou seja, o projeto para a área existe, mas ainda não se sabe ao certo quando e nem o que vai ocorrer.

No subitem que segue serão relatadas as observações feitas e obtidas ao longo da pesquisa quanto à atividade que os agricultores exerciam na faixa de transmissão da *Light* no bairro de Madureira.

---

<sup>53</sup> Entrevista 20 (Assistente Social).

<sup>54</sup> Entrevista 14 (Morador/Agricultor).

<sup>55</sup> Entrevista 8 (Morador Remanescente).

### **1.3. A Agricultura Urbana em Vila das Torres**

A ideia que se tem de uma cidade bem organizada e desenvolvida, a qual possui regras bem consolidadas de separação entre usos urbanos e rurais, se expressa na delimitação de zonas geográficas específicas, não permitindo a permanência de usos rurais em um mesmo espaço (SANTOS, 2009).

“No entanto, diferentes razões – que vão desde questões ecológicas, defesa de uma vida mais saudável (entenda-se ingestão de alimentos sem agrotóxico) e, certamente, diminuição de gastos com o consumo de alimentos – têm provocado, talvez assim possa dizer, um “renascimento” da pequena agricultura urbana. Esse fenômeno tem se evidenciado com certa notoriedade em importantes cidades da Europa e América Latina, por exemplo, em Lisboa, Madrid e Rosário (Argentina)” (SANTOS, 2009).

Desta forma serão demonstradas nas próximas linhas algumas peculiaridades da atividade agrícola que era desenvolvida em meio ao subúrbio carioca, um bairro chamado Madureira.

Para esclarecer o que vem a ser Agricultura Urbana é preciso, primeiramente, definir e diferenciar área urbana de área rural, para Lefebvre (2001) tais separações surgiram entre as primeiras divisões de trabalho, que corresponde à separação entre o trabalho manual e o intelectual (funções de organização e direção, atividades políticas e militares) e essa dicotomia, campo-cidade, está longe de ser solucionada. O autor percebe também o surgimento de novas formas urbanas, devido à confusão generalizada, pois para ele o campo está se perdendo no seio da cidade, assim como a cidade está absorvendo o campo e se perdendo nele. Quanto a isso, Debord (2003, p. 135) alega ser “a autofagia recíproca da cidade e do campo”.

Há inúmeras discussões sobre o que é espaço urbano e espaço rural. E diferenciá-los não é tarefa fácil, principalmente no Município do Rio de Janeiro, onde você é capaz de encontrar inúmeras atividades agrícolas, principalmente em bairros localizados na zona Oeste, como Santa Cruz e Campo Grande, em que seus moradores são obrigados a pagar o IPTU, pois o instrumento jurídico os titula como completamente urbanos. Tais ocorrem por questões políticas, estabelecidas no Plano Diretor municipal, devido às disputas pela arrecadação de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e o Imposto Territorial Rural – ITR, o último apresenta um valor menor de arrecadação.

Para confirmar tal fato, Prado (2012) alega que o Rio de Janeiro apesar de apresentar áreas agrícolas é tratado em termos políticos operários – Plano Diretor – como um município eminentemente urbano.

Santana Filho et. al (2005, p. 6) também afirmam que

“O determinante da localização tem sido causa de um importante conflito conceitual, visto que muitas das definições do que seja agricultura urbana destacam o local onde a mesma é praticada, seja na cidade ou em seus arredores imediatos. Porém poucos estudos apresentam diferenças entre os locais intraurbanos e os periurbanos, ou se o fazem, utilizam critérios variados”.

Contudo, tal discussão não cabe na presente pesquisa, visto que a mesma é muito vasta e complexa e, inicia-la tiraria o foco do trabalho.

Não são necessários muitos esforços, como dito, para encontrar no município do Rio de Janeiro locais em que são realizadas atividades de AU, principalmente na Zona Oeste, independente do objetivo apresentado pela mesma. Inclusive há em curso no Brasil a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (PNAUP)<sup>56</sup> para incentivar e regularizar a atividade.

Com uma simples busca em sítios virtuais, é possível encontrar na página oficial do Governo Federal<sup>57</sup> que dentre as seis diretrizes apresentadas para a PNAUP uma delas alega que devem ser realizadas **campanhas gerais que possibilitem divulgar o potencial da AUP para que ela seja reconhecida, valorizada e incorporada** nos momentos de proposição de ações estratégicas para o desenvolvimento; e campanhas de promoção da AUP que devem focar a sensibilização de políticos, gestores públicos e a população em geral. Afirma ainda que o processo de preparação de Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional, assim como às Conferências Nacional das Cidades, às Conferências Nacional de Assistência Social, são espaços privilegiados para promover a AUP (grifos nossos).

---

<sup>56</sup> Desde 2004 o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome constrói pilares da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. Um marco importante para esta política foi à aprovação de suas diretrizes para a promoção de Segurança Alimentar e Nutricional. A Coordenação Geral de Apoio à Agricultura Urbana é responsável pela implantação dos Programas de Agricultura Urbana e Periurbana e Compra Direta Local da Agricultura Familiar, modalidade Municipal. A Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional organiza o fluxo de procedimentos para o acesso dos Municípios que integrem as capitais instituídas por lei como regiões metropolitanas ao Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (ARRUDA, 2011).

<sup>57</sup> Disponível em: <[http://www.agriculturaurbana.org.br/textos/seis\\_diretrizes.htm](http://www.agriculturaurbana.org.br/textos/seis_diretrizes.htm)> Acesso em: Set. 2013.

É certo que várias políticas públicas concorrem na cidade e que as ações governamentais realizadas nas grandes cidades não se complementam. Então como superar essa concorrência para promover e incentivar novas iniciativas de Agricultura Urbana, como é relatado no site do governo, se em alguns casos não é possível nem manter as que já estão em prática há muito tempo, mesmo sendo interessante para os proprietários dos terrenos. “... até porque é interesse do cara que está plantando lá e é interesse da Light mantê-los ali plantando dentro da cidade, é uma troca de interesse<sup>58</sup>”.

De acordo com Madaleno (2002), a AU não é um fenômeno novo nas cidades e em alguns casos e lugares chega a ser considerada como parte integral da gestão urbana, atuando como uma ferramenta para a diminuição da pobreza, por meio da geração de renda e empregos, além de trabalhar com o manejo ambiental.

As práticas agrícolas que podem ser realizadas em áreas urbanas – AU – são múltiplas, tais como: produção de alimentos/condimentos e animal em áreas públicas ou privadas tanto em grandes como em pequenas proporções, podendo ser diretamente no solo ou em vasos, garrafas, vasilhas, potes; paisagismo rodoviário; telhado verde; jardim suspenso; turismo ecológico; parede viva; parques verdes; jardins, além de tantas outras atividades. Tendo área, recurso e disponibilidade, não há grandes impedimentos para manter contato com a natureza em áreas urbanas.

Descritas as inúmeras possibilidades de se praticar a AU, nota-se que a mesma diferencia-se em função da dimensão exploratória que possui, podendo ter objetivo comercial, reinserção social, complementação de renda, resgate e preservação cultural e a origem em atividades espontâneas, projetos privados ou governamentais (CARVALHO e KNAUSS, 2007).

Existem autores que definem a AU de acordo com a localização em que é realizada a produção vegetal e animal e autores que alegam serem as atividades agrícolas desenvolvidas por habitantes urbanos.

No entanto, as ações de AU costumam voltar-se para o incentivo ao aproveitamento de espaços dentro da cidade para o cultivo de alimentos, plantas medicinais e criações de animais. Além disso, as mesmas se tornam veículo de criação de territórios, mediante o uso e

---

<sup>58</sup> Entrevista 22.

a prática que fazem do espaço e do seu conteúdo, promovendo condições de convivência em um lugar comum.

Os agricultores tinham uma perspectiva de renovação de contrato, visto que isso ocorria durante muitos anos, no entanto a renovação foi quebrada sem levar em consideração as relações sociais ali estabelecidas e muito menos a condição, seja ela física, moral ou intelectual, dos mesmos. E essa situação incômoda faz refletir sobre a tão falada importância de incentivar a Agricultura Urbana, visto que ela é usada como ferramenta para melhorar a qualidade de vida das pessoas residentes em áreas urbanas e, que diversos grupos sociais defendem a manutenção e implementação. Para comprovar tal importância serão expostas algumas considerações em relação ao caso estudado.

A disputa pelo uso da terra, valorização do espaço urbano por conta dos projetos de desenvolvimento que possui dentre outros objetivos especular áreas antes sem valor é ruim para o desenvolvimento das atividades de Agricultura Urbana (AU). Há quem alegue ser necessária a normatização e implementação de políticas de regularização fundiária, já que o acesso à terra para a produção é um dos limites para potencializá-la.

Além disso, há outros que afirmam ter importância ímpar garantir espaços para que a AU esteja vinculada na discussão das políticas por direito à cidade, com instrumentos definidos no Plano Diretor que assegurem a função social da propriedade e a democratização do espaço público.

Essa importância fica visível quando se verifica os dados, da própria comunidade estudada, relacionados ao tamanho da horta, quantidade de usuários da área e histórico cultural. Segundo Ligio<sup>59</sup> o tamanho da área nas faixas de transmissão disponibilizado para a horta era variável e girava entorno de 552m<sup>2</sup> até 5.250m<sup>2</sup>. Na comunidade de Vila das Torres, para o mesmo, existia um total de 56 áreas, sendo 09 sem nenhum tipo de plantação, ou seja, 47 ocupantes responsáveis, usando o espaço para cultivo de ervas, verduras, entre outros produtos alimentícios.

Machado (2008) revela em seu artigo que a dinâmica da Agricultura Urbana no município do Rio de Janeiro em faixas das linhas de transmissão da *Light* possui um papel estratégico, pois essa atividade desempenha como forma de ocupação a função de segurança

---

<sup>59</sup> Entrevista 22 (Gestor da *Light*)

com o controle e a resistência ao avanço do crescimento urbano, tendo como parceiro o agricultor. Entretanto, nessas áreas em que havia o incentivo da própria empresa por essa atividade, já não estão sendo continuadas, visto que temos uma cidade com pressões pertencentes a “lógica” urbana cada vez mais intensa.



**Figura 9. Hortas de vila das torres.**  
Fonte: Pesquisa de campo.

### 1.3.1. Contrato de Empréstimo (Comodato)

Os agricultores utilizavam a área sob o contrato de comodato. Este contrato se refere ao empréstimo de coisas infungíveis, “empréstimo de uso” (GAGLIANO, 2014). Ou seja, caso tenha sido realizada algumas benfeitorias na área utilizada as mesmas precisam ser restituída, segundo o próprio autor.

No art. 579 do Código Civil de 2002 “*Comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis* (que não podem ser substituídas por outras de mesmo gênero, qualidade e quantidade, independentemente do valor). *Perfaz-se com a tradição do objeto*”. Ou seja, comodato é um negócio jurídico unilateral gratuito, pelo qual uma das partes (comodante) entrega à outra (comodatário) a posse de um determinado bem, móvel ou imóvel, para que se sirva dela, com obrigação de o restituí-las no mesmo estado em que as recebeu (GAGLIANO, 2014).

Esse tipo de contrato tem como característica, ser real (só se perfaz com a entrega da coisa); unilateral (apenas o comodatário assume a obrigação de guardar e conservar a coisa como se fosse sua, e ainda usá-lo em conformidade com o contrato ou sua natureza); gratuito; fiduciário (de confiança); personalíssimo (não pode ultrapassar a pessoa do comodatário, ou seja, não pode haver transferência de uso) e temporário (não se transmite aos herdeiros do comodatário) podendo ser por tempo determinado ou indeterminado, desde que não se consume a prescrição aquisitiva oriunda do usucapião e, este último se esgota quando esgotada a finalidade de sua utilização (GAGLIANO, 2014).

Para Gagliano (2014) tal acordo está assentado no princípio da lealdade contratual, pois para que o mesmo ocorra, faz-se necessário que o dono da coisa (comodante) confie no beneficiário do empréstimo (comodatário). Entretanto atua apenas na transferência da posse da coisa e não da propriedade, sendo o comodatário apenas titular de uma simples posse precária, podendo ser restituído a qualquer tempo.

Mas caso o dono do bem solicite ao comodatário a devolução da coisa, e a restituição seja negada, começa a fluir o prazo prescricional (prazo legal para ingresso com ação judicial) em favor dos agricultores, por ter afrontado o verdadeiro dono, passando a atuar como se proprietário fosse. Mas caso a restituição seja realizada o comodatário tem direito de ser

indenizado pelas despesas extraordinárias e urgentes realizadas a coisa emprestada (GAGLIANO, 2014).

Depois de exposto o que a lei exprime sobre o contrato de comodato a partir do autor Pablo Gagliano, será descrito as relações estabelecidas e suas formas. Para melhor entendimento do leitor quanto ao caso.

Das entrevistas realizadas com os comodatários as falas chamaram atenção para os seguintes aspectos: Disponibilização do terreno; Realocação da atividade agrícola; Cadastramento na *Light*; Transferência para terceiros; Histórico agrícola dos comodatários; Escolaridade; Início das Atividades na região; Relação dos agricultores com os moradores externos à Vila; Produtos cultivados; Laços sociais; Sentimento com a saída; Prejuízos; Situação Atual.

### 1.3.2. Disponibilização do terreno

Tais terrenos foram disponibilizados inicialmente para agricultores imigrantes de Portugal. Quanto ao início da disponibilização Ligio<sup>60</sup> diz “*Isso começou há muitos anos atrás, com os portugueses, ai os nordestinos vieram para trabalhar como empregados, ai os portugueses iam saindo e os nordestinos acabaram ficando como donos das hortas*”. O Governo nessa época estava com uma política de imigração e para manutenção dos mesmos na região ofereciam como fonte de renda as terras para cultivo.

Entretanto, como será mostrada mais adiante, essa política de imigração não permitia que todos tivessem acesso ao mercado formal de imóveis, logo os imigrantes tiveram a necessidade de se instalarem onde lhes era mais conveniente, ou seja, próximo ao local de trabalho. Dando origem a comunidade de Vila das Torres, como mostrado.

Não foi possível obter o contrato da *Light* firmado com os agricultores para se certificar das cláusulas impostas, mas foi relatado por Ligio<sup>61</sup> que “*A Light cede uma área de 50x50m mesmo eles não tendo usado todo o espaço, mas o que importa é deixar o espaço limpo, roçado. É permitido fazer um barraco, em madeira, 3x6m em local determinado, porque não pode ser embaixo das linhas e nem próximo, apenas nas laterais, para você guardar material, bomba d'água e deixar um vigia e um banheiro 1x1m. A área tem que esta*

---

<sup>60</sup> Entrevista 22 (Gestor da *Light*)

<sup>61</sup> Entrevista 22 (Gestor da *Light*).

*fechada, com muro ou cercada. Não pode ter criação de animais, nenhum. Num círculo de 5m da torre não pode ter nada plantado porque essa é minha (da Light) área de trabalho”.*

Ficou claro ao longo da conversa com Ligio<sup>62</sup> que a finalidade da utilização do terreno era a horticultura devido ao menor risco de problemas desenvolvidos por conta do contato com o campo magnético gerado no local “*a Light cede às áreas que é a faixa de segurança das linhas de transmissão, e essas áreas não são edificantes, não pode ter qualquer tipo de construção e a plantação, horticultura, é o risco menor, e faz isso para evitar ocupações indesejadas, e não cobra nada por essa cessão de área*”

Quanto ao pagamento ou não de uma taxa pela utilização do espaço, alguns agricultores relataram sobre a necessidade real de pagamento de um imposto que não souberam explicar ao certo o que seria, mas alegaram também que não pagavam, pois o mesmo não era cobrado há muito tempo, pagavam apenas a energia elétrica e IPTU. Não pôde ser averiguada a veracidade de tal fato, devido a não disponibilização do contrato, como dito anteriormente. Mas os depoimentos foram os seguintes:

Mario Augusto<sup>63</sup> alegou: “*No contrato estava dizendo que a gente tinha que pagar um imposto a cada três meses, mas na verdade, ninguém pagava nada porque a Light não cobrava*”.

O senhor Agripino<sup>64</sup> disse “*esse contrato a gente de 3 em 3 anos renovávamos. A gente pagava de 3 em 3 meses. Nós começamos a pagar no início, mas depois, assim no final, a gente já não estava mais pagando, pagávamos só o IPTU e luz. Eles disseram que a gente não estava mais pagando, e que ia dar só uma ajuda de custo para gente, fazer o que? O terreno era deles, né?*”. Tal fala mostra que mesmo não pagando o referido imposto à Light, os comodatários pagavam algumas taxas.

### 1.3.3. Realocação da atividade agrícola

Quando perguntado qual a estratégia pensada quanto aos agricultores, visto que os mesmos não tinham outra atividade para obter renda e muitos não tinha outra qualificação profissional além de plantar “*Na minha vida toda sempre trabalhei com agricultura, nunca*

---

<sup>62</sup> Entrevista 22 (Gestor da Light)

<sup>63</sup> Entrevista 3 (Morador/Agricultor).

<sup>64</sup> Entrevista 7 (apenas agricultor).

*trabalhei com outra coisa*<sup>65</sup> e que muitos deles não sabiam nem ler nem escrever Ligio<sup>66</sup> disse “*A Light além de pagar para eles saírem do terreno, tentou assentar eles em outros locais, só que tem outro problema, os terrenos geralmente são longe daqui* (Madureira), *localizados na baixada ou zona oeste e eles não conhecem nada ai não aceitam, porque não sabem ir para esses locais porque são longe*”. Ou seja, para minimizar o dano causado aos agricultores devido à perda do poder de utilização do terreno no bairro de Madureira, a *Light* alegou oferecer uma ajuda de custo e outros terrenos da empresa em outros bairros. Entretanto, tal situação não foi o suficiente.

Nota-se a partir da fala que, além do problema da falta de qualificação profissional por parte dos agricultores em outras atividades, eles tinham conhecimento limitado da geografia do Município do Rio de Janeiro. Em um dos depoimentos foi relatado que muitos dos agricultores que trabalhavam na horta só conheciam o bairro que moravam, a CEASA, o mercadão de Madureira e a rodoviária para visitar a família no Nordeste. E isso acabava sendo mais um limitante para o desenvolvimento e continuidade da atividade agrícola em outros bairros.

O terreno foi disponibilizado para os comodatários mediante assinatura de um contrato a título precário, no mesmo dentre outras exigências permitia o cultivo de hortaliças, mas não permitia a construção de moradias dentro de certo raio de distância das torres por conta do risco com o campo magnético gerado, mas tal cláusula não era respeitada por todos os comodatários, assim como também não havia o pagamento de uma taxa pela utilização do terreno, mas pagavam outras, como luz e IPTU. Para tentar minimizar os danos ocasionados com a perda do espaço de obtenção de renda foi disponibilizado para alguns comodatários outro espaço da *Light*, no entanto, tais terrenos estavam situados em bairros distantes de Madureira e isso era um agravante visto que os mesmos além de não conhecer o município, dificultava o estabelecimento das redes antes construídas a partir das vendas.

#### 1.3.4. Cadastramento na *Light*

Como dito anteriormente, para minimizar os danos causados pela retirada dos agricultores da área localizada no bairro de Madureira alguns deles ficaram de vistoriar outros

---

<sup>65</sup> Entrevista 8 (Morador Remanescente).

<sup>66</sup> Entrevista 22 (Gestor *Light*)

terrenos da empresa *Light* disponíveis para, caso aceitassem, dar continuidade com as atividades agrícolas.

Tal cadastro é feito com “*um contrato a título precário* (para ser restituída, quando o proprietário a reclamar), *a gente cede a área durante três anos, renovável a cada três anos, fez o contrato pega o termo aditivo, por mais três anos, e quando ela não quer mais a área ela vem aqui e desfaz o contrato, ou quando ela quer passar a área para outra pessoa, vem aqui com a outra pessoa e troca, antes a gente faz aquela entrevista com o cara, vê se a pessoa é do ramo*”.<sup>67</sup>

Para Ligio os critérios para recadastramento dos agricultores em outras áreas da *Light* giraram entorno da utilização da área dentro dos padrões e especificações da empresa, sem trazer problemas e cumprindo as determinações quanto à limpeza e manutenção de suas respectivas áreas.

### 1.3.5. Transferência da área para terceiros

Foi constado durante as entrevistas que mesmo não sendo legítima a transferência de uso do espaço nas linhas de transmissão para terceiros tal fato acontecia, representando uma flexibilização da característica personalíssima do comodato.

Ligio<sup>68</sup> informa: “*Os contratos não renovados são considerados ocupantes cadastrados e não comodatários. Tem lotes que são divididos entre 4 pessoas, sendo apenas uma cadastrada. Isso ocorre por conta da não fiscalização das faixas da linha*”.

Mario Augusto<sup>69</sup> revelou que “... a *Light* me deixava ficar no terreno, caso eu não quisesse mais, eu vendia a possibilidade de estar lá dentro e não o terreno, mas ai foi passando terreno de um para o outro e ninguém dava o nome para a *Light*. Quase ninguém tinha contrato valido, se tivessem saberia disso (a possibilidade de não renovação do contrato) e seria mais fácil de negociar”.

---

<sup>67</sup> Entrevista 22 (Gestor *Light*).

<sup>68</sup> Entrevista 22 (Gestor *Light*).

<sup>69</sup> Entrevista 3 (Morador/Agricultor).

### 1.3.6. Histórico agrícola dos comodatários

É importante demonstrar o passado dos agricultores para revelar a importância que o espaço da horta tinha na vida dos mesmos, pois para Dionísio (2011, p.7) “é preciso o passado para a compreensão do lugar presente, uma vez que experiências precedentes é que irão cobrir ou perceber o presente” Ou seja, somente as pessoas que construíram e vivenciaram experiências na localidade que vão entender os valores que o espaço possui.

Para perceber a importância que a atividade agrícola tinha na vida dos envolvidos foram coletados alguns depoimentos quanto ao histórico cultural dos agricultores. Dentre os depoimentos foi notável que os agricultores entrevistados chegaram à comunidade por volta dos anos 70 e 80. A maioria quando chegou ao Rio de Janeiro encontrava-se na infância e adolescência. Todos iniciaram os trabalhos agrícolas por convivência e experiência de parentes próximos como pais e tios “*Nasci na comunidade, aprendi os trabalhos agrícolas com meu pai*”.<sup>70</sup>

Muitos possuíam origem nordestina e mineira. Moravam na comunidade por mais de 40 anos, mantendo a partir disso uma relação forte de amizade com os mais próximos. Alguns chegaram à comunidade para trabalhar com os portugueses. “*Esse terreno aqui era dos portugueses, depois passou para meus tios*”<sup>71</sup> outros eram descendentes dos portugueses “*meu trabalhava com agricultura desde criança em Portugal*”. Alguns chegaram à comunidade por indicação ou convite de parentes.

Marzulo (2003, p.5) ao citar quais características definiriam uma favela em seu trabalho, escreve “algumas favelas possuem um processo histórico recorrente marcado pela transformação autoconstruída, que classicamente inicia na reprodução da roça, passa por uma densificação de barracos e posteriormente chega às edificações de alvenaria, sua verticalização e aumento da taxa de ocupação” o que define bem o que aconteceu junto à comunidade de Vila das Torres. Chegaram ao espaço devido à disponibilização do terreno para hortas, iniciaram-se as autoconstruções de barracos e posteriormente alvenaria e aumento da densidade demográfica.

---

<sup>70</sup> Entrevista 3 (Morador/Agricultor).

<sup>71</sup> Entrevista 14 (Morador/Agricultor).

Outros agricultores ao perderam sua fonte de renda passaram a se dedicar a outra atividade por conta das condições impostas, como é o caso do senhor Mozart Afonso<sup>72</sup> “*Hoje eu trabalho com obras, eu não consegui outro terreno da horta porque os primeiros foram recebendo e na minha vez já não tinha mais*”.

O depoimento da Maria Ana<sup>73</sup> quanto ao seu histórico com agricultura se diferiu dos demais, pois a mesma não possuía um histórico familiar agrícola, mas passou a se interessar e ter a agricultura ali exercida como sua única fonte de renda. “*Lá na comunidade a gente já se conhecia há muitos anos, morei ali 49 anos, cheguei lá criança, vinda do Espírito Santo com minha família, pai e mãe e cinco irmãos. Mas não tinha nada a ver com horta, só depois que fiquei maior que eu comprei esse boxe com um pedaço de horta lá dentro, foi ai que me envolvi com agricultura*”.

Outros apresentavam muito mais que um histórico agrícola, eles sentiam que tinham obrigação em dar continuidade à atividade em consideração aos mais antigos, sejam eles seus pais ou parentes próximos. Como mostra a fala do Marcio Alberto<sup>74</sup>: “*...nós que fomos criados no meio disso, e por diversos motivos nos envolvemos com o trabalho e gostamos, os antigos gostavam daquilo lá (horta) e estavam adoentados, então eles precisavam da juventude que éramos nós. Então a gente se juntou a eles e continuamos o trabalho, eles se foram, mas nós estamos aqui até hoje representando eles*”.

Nota-se com isso que a motivação desses indivíduos praticarem a agricultura não se restringe ao fato de servir como fonte de renda, mas também pelo “gosto” a prática agrícola já realizada há bastante tempo.

Com tais depoimentos pôde ser notado que todos tinham uma ligação com atividade agrícola, por ter nascido no meio ou por ter aprendido com o passar do tempo. Entretanto, Santos (2009) afirma que o fato da cidade possuir tantas hortas e criações em seu interior não se deve apenas aos costumes tradicionais, mas também às precárias formas de abastecimento de gêneros.

Reconhecer que muitos comodatários tinham tal atividade como única fonte de renda, como lembranças dos parentes e locais de origem é importante para compreender o quão

---

<sup>72</sup> Entrevista 16 (Morador/Agricultor).

<sup>73</sup> Entrevista 1 (Moradora/Agricultora).

<sup>74</sup> Entrevista 9 (Morador/Agricultor).

importante era tal atividade na vida dos mesmos e o porquê da dificuldade em sair do espaço, mesmo sabendo que no contrato assinado com a empresa *Light* possuía a cláusula restituição do espaço quando solicitado.

### 1.3.7. Escolaridade

Além do histórico agrícola, outro fator importante que deveria ter sido levado em consideração durante o processo de não renovação do contrato era o grau de escolaridade e idade dos mesmos, visto que os comodatários tiveram que procurar outras atividades remuneradas e para isso necessitavam ter um mínimo de instrução e idade, pois tais critérios são exigidos no mercado de trabalho.

A baixa escolaridade dos comodatários ficou explicita na fala de Ligo<sup>75</sup> “...se você conversar você fica bobo, porque são pessoas que só vivem disso, muitos que trabalham ali (horta) nem sabem assinar o próprio nome, 50% não sabem nem ler nem escrever, e outros apenas copiam a assinatura da carteira de identidade, vão sair dali e não sei o que vai acontecer com eles. Porque eles além de não saberem ler e escrever tem muita idade, apesar de já vir aqui um cara de 25 anos de idade na mesma situação. Eles não sabem fazer outra coisa a não ser plantar em área de *Light*. Teve um que vai ter que voltar e trazer a filha para assinar para eu efetuar o pagamento a ele. Outro pede, com vergonha, para fazer o contrato no nome da esposa. A pessoa fica constrangida”.

A Ana Sofia<sup>76</sup> alegou que para minimizar os danos que seriam causados com a retirada dos agricultores do local, sabendo que ali era a fonte de renda de muitos e que a maioria era analfabeto e idoso, foi dado uma indenização para eles “...tinha muita gente idosa lá, alguns até analfabetos que tiravam sua sobrevivência da horta. Esses que foram indenizados da chacará tinham alguns barracos que colocavam caixotes, materiais, mas por uma questão social de dar alguma coisa para esse pessoal que trabalhava ali a tanto tempo, a gente indenizou, já que eles iam perder a atividade de remuneração deles”.

### 1.3.8. Início das atividades na região (Madureira)

A produção de alimentos dentro do perímetro urbano promove a estruturação de circuitos curtos locais de produção-abastecimento-consumo, aumentando a oferta de

---

<sup>75</sup> Entrevista 22 (Gestor *Light*).

<sup>76</sup> Entrevista 20 (Assistente Social).

alimentos mais frescos e saudáveis tanto para o autoconsumo como para a comercialização, oportunizando o acesso a alimentos com menores custos.

No início da ocupação da área – nas faixas de transmissão da *Light* – os agricultores cultivavam verduras e legumes, mas com a chegada da CEASA-RJ e o desfavorecimento do clima do Rio de Janeiro eles migraram para o cultivo de ervas e condimentares, por serem mais rústicas e baratas de se cultivar. Além disso, circuitos locais produtor-consumidor são melhores estabelecidos quando se cultivam legumes e verduras, visto que os consumidores de ervas é bem restrito e específico, geralmente relacionado a crenças religiosas. Isso fica claro nas falas seguintes.

Maria Ana<sup>77</sup>: “...naquela época (se referia ao período em que se iniciou a plantação embaixo das torres) se vendia mais verduras, plantava muitas verduras nas hortas, mas com o passar do tempo, veio a CEASA e o clima também não ajudava, as verduras foram caindo de produção, ai o pessoal começou a cultivar ervas e vender aqui no mercadão” Vide a figura 10.



**Figura 10. Boxe de vendas no Mercadão de Madureira.**  
Fonte: <http://mapadecultura.rj.gov.br/manchetes/img/lightbox/bancadeervas.jpg>

<sup>77</sup> Entrevistado 1 (Moradora/Agricultora).

Mario Augusto<sup>78</sup>: “...no início trabalhávamos com verduras só que depois passamos a vender apenas ervas, porque o clima do Rio de Janeiro não é bom para tal e começou a dar umas pragas que veneno não combatia, por isso mudamos o tipo de produção, a gente foi vendo que era uma cultura mais rústica que aguentava mais, que não sofria assim tanto com o clima, não da tanta despesa ela é mais simples de se cultivar, e o mercadão tem um espaço para isso aqui, por isso fizemos essa migração para as ervas”.

### 1.3.9. Relação dos agricultores *versus* os moradores externos à Vila das Torres

Como visto, a maior parte da produção era de ervas e como esse tipo de produto possui tipos de usuários e beneficiários restritos, não foi possível verificar durante a pesquisa fortes laços produtor-consumidor dos agricultores com a população que viviam no entorno próximo à comunidade.

Suspeita-se que por esse motivo a população de Madureira externa à Vila das Torres não possuia ligações com a agricultura ali estabelecida, pois foi possível perceber que a primeira não tinha interesse na continuidade/manutenção dos mesmos naquela região e muito menos das hortas, ou seja, emanava o desejo de ter uma área de lazer no bairro ao invés das hortas.

Foi possível notar essa situação porque em diversos discursos os moradores alegavam que as pessoas diziam que o espaço da horta era um lugar largado, abandonado, cheios de bichos, fedido e sem utilidade. Ligio<sup>79</sup> disse: “A área lá era tudo plantado de cabo a rabo, era bem bonito. Quando eu li uma nota dizendo que foi construído um parque em um lugar abandonado, cheio de lixo, eu achei o cúmulo do absurdo. Porque ali era muito bonita a horta”. Como mostra o discurso e as fotos da figura 11.

---

<sup>78</sup> Entrevistado 3 (Morador/Agricultor).

<sup>79</sup> Entrevista 22 (Gestor Light).



**Figura 11. Plantações em Vila das Torres.**  
Fonte: pesquisa de campo.

Entretanto, a construção de circuitos curtos apareceu constantemente durante as conversas, sendo tais criados a partir das feiras, barracas em pontos pelo município do Rio de Janeiro, no mercadão de Madureira e na própria propriedade. “*Eu plantava e vendia na barraca, e na feira, e vendia aqui na horta também se alguém chegasse para comprar*”<sup>80</sup>. Entretanto não foram todos os entrevistados que compartilharam da mesma opinião, como Marta Aimê<sup>81</sup>: “*Só vendia aqui no mercadão mesmo. Nós não gostávamos de venda direta lá na horta não*”.

### 1.3.10. Produtos cultivados

Para mostrar que os agricultores utilizavam o terreno disponibilizado conforme a finalidade do contrato, ou seja, a horticultura, será mostrado que o era produzido na área, em

<sup>80</sup> Entrevistado 7 (Apenas Agricultor).

<sup>81</sup> Entrevista 10 (Moradora/Agricultora).

Madureira, a partir de suas próprias falas. Logo, foi transcrita a forma integral da conversa e todos os que relataram sobre o assunto para ficar mais bem apresentado.

Marcio Alberto<sup>82</sup>: “*Eu plantava alface, couve, chicória, coentro, agrião, cebolinha, beterraba, cenoura, couve-flor. Hoje beterraba, couve, cenoura, alface, chicória e ervas*”.

Marta Aimê<sup>83</sup>: “*Antigamente eu produzia muitas verduras, mas nos últimos anos eram mais ervas*”.

Moises Abel<sup>84</sup>: “*Eu sempre trabalhei com horta, lá nas torres eu plantava chicória, alface, bortalha, rúcula*”.

Magno Roberto<sup>85</sup>: “*banana, acerola e ervas, e as ervas que tenho, vendo para as meninas do Mercadão*”.

Agripino<sup>86</sup>: “*Eu vim para plantar alface, chicória, agrião, espinafre, bortalha, beterraba, ervas e tudo mais*”.

Moacir Alaor<sup>87</sup>: “*Eu plantava couve, alface, agrião, coentro, salsinha, cebolinha aí dava para manter a feira, mas agora tenho que comprar na CEASA*”.

Mozart Afonso<sup>88</sup>: “*...eu plantava milho, feijão, alfafa, planta medicinal, erva de banho*”.

Nota-se com isso que muitos plantavam condimentos, verduras e ervas. Machado (2008) revela que uma pesquisa realizada em diversas áreas metropolitanas a horticultura é a predominante, devido à alta produtividade (pequenos espaços X alta produção).

### 1.3.11. Laços sociais

Weid (2004) afirma que o exercício da Agricultura Urbana vem permitindo que as famílias envolvidas fortaleçam seus laços de vida comunitária. A agricultura ali praticada

---

<sup>82</sup> Entrevistado 9 (Morador/Agricultor).

<sup>83</sup> Entrevistado 10 (Moradora/Agricultora).

<sup>84</sup> Entrevistado 15 (Morador/Agricultor).

<sup>85</sup> Entrevistado 8 (Morador Remanescente).

<sup>86</sup> Entrevistado 7 (Apenas Agricultor).

<sup>87</sup> Entrevistado 14 (Morador/Agricultor).

<sup>88</sup> Entrevistado 16 (Morador/Agricultor).

permitia a manutenção de laços comunitários, os quais se resumiam em ajuda mútua, com troca de mudas e ferramentas, informações/aprendizados, sentimento de pertencimento a comunidade da horta, entre outras coisas e, isso foi constatado quando perguntado quais eram as relações de parceria estabelecidas com os outros agricultores e como eram tais.

Marcio Alberto<sup>89</sup>: “...a gente se ajudava, se as vezes alguém tivesse problema com a plantação nós o servíamos com as nossas, e vice-versa. Não eram todos, mas a maioria. A gente conseguia orientação uns com os outros”.

Marta Aimê<sup>90</sup>: “A gente trocava muitas mudas. Um colaborava com os outros”.

Além da troca de instrumentos e informações a maioria dos agricultores se relacionavam e conviviam desde bem jovens e isso fazia com que fosse criado uma confiança entre os agricultores, sendo assim permitida a passagem de um pela horta do outro sem nenhum inconveniente, como informou Marcio Augusto<sup>91</sup> “...ali tinha uma importância econômica e social, né? Porque todo mundo se conhecia, tanto a comunidade residencial quanto a comunidade da horta, desde criança, criados juntos, então eu andava na horta de outros da mesma forma que eles andavam na minha, a história da gente não difere muito uma da outra, nasceram e foram criados juntos ali dentro”.

A partir da fala de Mozart Afonso<sup>92</sup> pôde perceber também o estabelecimento de relações econômicas entre os próprios agricultores. “A maioria das coisas eu vendia na horta mesmo, os vizinhos que tinham horta e tinham ponto (barraca) não tinham plantado então eles compravam de mim”.

Ficou claro na pesquisa que além das relações de ajuda mutua (sociabilidade, coletividade e solidariedade) para exercer a função o indivíduo precisa, segundo Marcio Alberto<sup>93</sup> “...ter muito carinho e muito amor, então a gente precisa se dedicar. Se você não tiver isso, você não encara. Porque é sol, chuva, madrugada. É muito amor no coração. E representar aquelas pessoas (pais dele) que fizeram isso. É ver com carinho as plantas crescerem para gente colher”. Ficando claro que a importância da agricultura é mais facilmente percebida por quem a prática.

<sup>89</sup> Entrevista 9 (Morador/Agricultor).

<sup>90</sup> Entrevista 10 (Moradora/Agricultora).

<sup>91</sup> Entrevista 3 (Morador/Agricultor).

<sup>92</sup> Entrevista 16 (Morador/Agricultor).

<sup>93</sup> Entrevista 9 (Morador/Agricultor).

Costa e Rego (2013) ao escreverem sobre as hortas de Madureira e Honório Gurgel<sup>94</sup> perceberam que existia uma dinâmica entre elas e o seu entorno pela via econômica, no entanto a mesma também apresentava o viés social, a partir das atividades realizadas nas hortas junto às crianças que muitas vezes utilizavam o espaço para diversão, brincadeiras, aprendizado lúdico, interação social e contato com a “natureza”.

E para confirmar a existência de laços de sociabilidade tanto entre os agricultores quanto dos mesmos para com os moradores, os últimos disseram quando questionados se tinham alguma relação com a horta que todos conheciam e sempre pegavam os produtos, às vezes com ou sem o consentimento do dono da horta, mas que isso nunca foi motivo para problemas. Para os moradores essa era uma forma de reduzir os gastos com a alimentação. Como é mostrado na fala da Morgana<sup>95</sup>: “*eu conhecia a maioria que morava na horta e eles sempre me davam as verduras, até mesmo se eles não estivessem lá eu pegava. Porque essas verduras são caras e lá eu tinha mais fácil e de graça. Mas eles sempre davam*”.

Os laços de vida comunitários eram criados pelo vínculo da prática econômica exercida e o tempo de convívio no espaço. Tais laços não eram estabelecidos somente entre os agricultores, os moradores da Vila também participavam dessa rede, consumindo os produtos muitas vezes gratuitamente.

### 1.3.12. Sentimento com a saída

Para sair do terreno da *Light* os responsáveis foram até o local para identificarem os “donos” do espaço, pegaram o contato telefônico, dias depois ligaram e convocaram para que fossem à sede da *Light* no bairro de Cascadura para informarem o quanto receberiam de ajuda de custo pelas benfeitorias (plantação) existente na área. Como conta Mario Augusto<sup>96</sup> “*O pessoal da Light chegou lá e perguntou, qual terreno você ocupa? Eles nem queriam saber quem estava no contrato, anotava o nosso nome, a área ocupada e nosso telefone ai depois de 15 dias eles ligaram mandando a gente ir lá (Light) para conversar, ai foi que o encarregado da Light falou, ó seu terreno foi avaliado em x, ai tu olha aquilo e fala, é maior sacanagem, porque se tirar tudo que tenho lá (na horta) amarrar e vender não chega nem na metade do que eles queriam me dá. Ai me desespere*”.

---

<sup>94</sup> Bairros do município do Rio de Janeiro que margeiam a linha férrea.

<sup>95</sup> Entrevista 4 (Moradora).

<sup>96</sup> Entrevista 3 (Morador/Agricultor).

Durante as entrevistas foram percebidas diversas reações, os que não queriam sair e os que desejavam, quanto ao processo de saída do terreno para a construção do Parque. Dentre eles têm-se os que expressaram abertamente que não se sentiram favorecidos com a situação, tendo como motivos:

1. Recomeçar todo o trabalho agrícola com preparação do terreno e funcionários “*É você voltar a engatinhar*” segundo Mario Alberto;
2. Perderam a centralidade do trabalho, pois antes os agricultores tinham uma proximidade do local de venda (Mercadão, feiras e barracas), moradia e produção, mas com o fim da horta na região de Madureira a atividade passou a ser descentralizada, porque os mesmos tiveram que dar continuidade ao trabalho em outros bairros o que fez dificultar o traslado, que geralmente os bairros com terrenos disponíveis para agricultura são longe dos centros urbanos e fez também aumentar o tempo despendido no trabalho;
3. Por não terem sido avisados anteriormente sobre a não renovação do contrato;
4. Por não conseguirem outro terreno para dar continuidade a atividade agrícola e passarem a comprar os produtos na CEASA e revender gerando aumento no valor final dos produtos;
5. Por ter perdido sua plantação, visto que a Prefeitura/*Light* não deram tempo hábil para alguns saírem do terreno e realizarem a colheita;

Devido a essas circunstâncias alguns consideraram suas vidas piores do que antes.

Uma das falas marcantes durante a pesquisa foi a do Mozart Afonso<sup>97</sup> que disse: “*Eles perguntaram ‘quanto é sua horta’, eu respondi: minha horta não tem preço, ela é minha sobrevivência, a terra pode não ser minha, mas a plantação é. A moradia e alimentação da gente não tem preço, porque é a nossa sobrevivência. Aí eles me deram qualquer coisa para eu sair logo de lá*”.

Já os que falaram abertamente que se sentiram favorecidos com a situação, tiveram como motivos:

1. O interesse de parar com a atividade agrícola – devido à idade, antes mesmo de o processo iniciar;

---

<sup>97</sup> Entrevista 16 (Morador/Agricultor)

2. Os benefícios conseguidos devido ao processo, como uma casa nova, boa e no bairro de Madureira;
3. A conquista de outro terreno em bairro adjacente à Madureira para dar continuidade à plantação.

Uma das falas que marcou e deixou claro esse sentimento de satisfação ao ter passado pelo processo foi do Mario Augusto<sup>98</sup> que alegou que “*o importante na vida é saber que o progresso tem que passar e você tem que sair do caminho dele e não adianta ficar chorando*”.

#### 1.3.13. Prejuízos

Foi observado que dentre os prejuízos, adquiridos ao longo do processo de saída da comunidade, citados pelos agricultores a situação psicológica foi a mais atingida, além das perdas materiais. Isso foi notado quando perguntado se já tinham ido ao Parque e o que achavam do empreendimento. Muitos responderam que só tinham entrado no Parque uma vez, outro entrou se sentiu mal e teve que sair, outros nunca entraram e alegaram terem raiva do empreendimento.

Esse sentimento de raiva ocorre porque muitos deles não consideram o Parque um empreendimento importante para a população de Madureira, os mesmos afirmam que o bairro tinha outras prioridades e que seria muito mais interessante se tivessem construído um terminal de ônibus, uma escola, colégio ou faculdade, um hospital, uma clínica entre outros serviços públicos que apresentam carência no bairro e não apenas uma área de lazer como foi feito, mesmo sabendo que algumas pessoas se favoreceram com os serviços oferecidos no Parque, como pista de skate, ciclovias, salas de computador, teatro entre outros.

As falas marcantes que deixaram claro que alguns moradores tiveram seus sentimentos abalados com o fim da atividade na região e que nunca entraram no Parque ficaram com os entrevistados Marcio Augusto e Milena Alice<sup>99</sup> “*Eu entrei ali uma vez só com a minha filha caminhando, mas eu nunca cheguei até a parte onde eu tinha plantação. Eu volto no meio do caminho, meu coração não deixa eu chegar lá. Aperta o coração a lagrima desce ai eu volto,*

---

<sup>98</sup> Entrevista 3 (Morador/Agricultor)

<sup>99</sup> Entrevista 9 (Morador/Agricultor).

*eu não consigo. Depois disso eu não quis entrar mais não, porque eu não me senti bem, você vê tinham famílias ali dentro que perderam suas vidas, por conta da ignorância do povo”.*

*“Depois que fui expulsa da comunidade nunca mais voltei ali, nem nunca mais subi aquela passarela para atravessar para o outro lado, nunca fui nesse Parque”.*<sup>100</sup>

Por outro lado, outros comodatários disseram ter gostado da obra no bairro, alegando que sempre frequentam o empreendimento e consideraram uma obra boa por terem valorizado as casas do bairro, por ter hoje uma área de lazer que antes não tinha e diversas apresentações de cantores famosos. Como mostrado na fala da Morgana<sup>101</sup> “*Eu vou ao Parque, fico triste, mas fazer o que? Foi uma benfeitoria para outras pessoas, para uma parte, para outra não. Ali em Madureira nós não tínhamos opção, a não ser o império, Portela e olhe lá, nós não tínhamos opção de nada, eu saí dali muito triste, mas as pessoas que ficaram gostaram*”.

Outro prejuízo observado foi o desemprego de algumas pessoas, visto que alguns agricultores tinham empregados nas suas hortas e com a não renovação do contrato tiveram que ser dispensados.

Prestes<sup>102</sup> concorda que a horta era uma geradora de empregos para diversas pessoas ao dizer que “*a horta era muito boa, principalmente porque dava emprego*”.

Dos prejuízos também estão incluídas as mortes e as doenças adquiridas por conta do processo de saída da comunidade, como mostrado com os moradores.

Como conta Marta Aimê<sup>103</sup> “*meu marido ficou sem trabalhar, resultado, ficou doente, agora esta com mal de Parkinson e alzheimer porque ficou parado. Ficou ruim com depressão, porque ali ele se distraia, ele trabalhava, plantava, colhia, molhava, agora?*” A falta da atividade rotineira fez com que adoecesse.

---

<sup>100</sup> Entrevista 2 (Moradora/Agricultora).

<sup>101</sup> Entrevista 4 (Moradora).

<sup>102</sup> Entrevista 18 (Presidente da Associação)

<sup>103</sup> Entrevista 10 (Moradora/Agricultora).

Maria Ana<sup>104</sup> afirma com tristeza os falecimentos ocorridos durante o processo das negociações “*Meu pai faleceu em Novembro de 2010 e minha mãe em Fevereiro de 2011, ela morreu próximo ao período de negociação*”.

Um depoimento acentuado foi quando Marcio Alberto<sup>105</sup> disse que outros agricultores viraram moradores de rua, devido à perda do espaço para trabalhar. “*Alguns que trabalhavam lá (na horta) viraram mendigos, estão largados ai na rua. Eu já vi um que ficava perambulando pelas ruas de Madureira, mas não tenho mais visto, não*”.

Dos prejuízos observados pode-se relatar o estado psicológico debilitado, doenças, desemprego dos empregados das hortas, perda da fonte de renda primária e morte dos envolvidos no processo.

## **Considerações ao primeiro capítulo**

De acordo com o objetivo da pesquisa será demostrado aos leitores como os atores (moradores/agricultores) da comunidade de Vila das Torres estão vivendo e se mantendo nos dias atuais, ou seja, após o processo de remoção da área.

A Morgana hoje mora em casa própria, comprada a partir da indenização recebida. Sua renda é oriunda do INSS, pois se encontra com problemas de saúde, segundo a mesma devido ao processo de remoção. E se sentiu muito prejudicada, não em termos de indenização, porque resistiu até o fim das negociações e conseguiu uma boa indenização, mas de psicológico e social.

A Mônica mora em um prédio do PMCMV – Realengo. Sua renda continua sendo dos trabalhos domésticos realizados, seja ele faxina ou cuidando de crianças. Se sentiu muito prejudicada com a desapropriação, mas afirma que a casa que mora hoje é bem melhor que a antiga.

A Monalisa mora no prédio do PMCMV – Realengo. Com a desapropriação perdeu o emprego de doméstica que tinha no município de Niterói, devido à distância, gastos e condução e, hoje consegue renda como consultora de revistas femininas (Avon, Natura entre outras). Considera sua casa hoje melhor que a que tinha na vila, mas preferia a anterior.

---

<sup>104</sup> Entrevista 1 (Moradora/Agricultora).

<sup>105</sup> Entrevista 9 (Morador/Agricultor).

A Micaela mora em casa propria, comprada a partir da indenização recebida da Prefeitura. Não possui fonte de renda, atuando como dona de casa. Não se sentiu prejudicada com a desapropriação em termos de indenização, considerando sua vida hoje melhor que antes, mas afirma que preferia morar na vila.

O Moraes mora em casa propria, comprada a partir da indenização recebida. Obtem renda a partir de venda de jornais. Não se sentiu diretamente prejudicado com a desapropriação, mas alegou que decidiu participar ativamente do processo porque percebeu que muitas pessoas estavam sendo lesadas.

A Marisa mora em casa de aluguel, com a indenização não conseguiu comprar outra casa no bairro Madureira. Hoje se encontra como dona de casa, visto que perdeu sua fonte de renda (uma mercearia) com a saída da comunidade. Afirma também que se sentiu muito prejudicada por conta das perdas.

Mario Augusto conseguiu outro terreno da *Light* para continuar a sua produção em um bairro próximo a Madureira e as revende em um boxe no mercadão.

Marcio Alberto está hoje com uma horta no município de Itaguaí como meeiro e outra no bairro da Penha no terreno da *Light* como comodatário. Continua produzindo e levando os produtos para serem vendidos no boxe do mercadão de Madureira pelo seu irmão.

Marta Aimê compra suas mercadorias na CEASA e as revende no mercadão de Madureira. Mora no mesmo bairro devido ao trabalho, mas considera o novo local de moradia perigoso.

Moacir Alaor também passou a comprar suas mercadorias na CEASA e continua com seus pontos de venda na feira da favela do Parque União e da Rocinha.

Moises Abel passou a comprar suas mercadorias na CEASA para abastecer sua barraca em um ponto de ônibus no bairro de Madureira.

Mozart Afonso hoje possui como fonte de renda o trabalho em construção civil, pois não conseguiu outro terreno para continuar cultivando.

Depois de ter descrito alguns acontecimentos que ocorreram durante e depois do processo de deslocamento dos moradores da Vila observa-se que o espaço ocupado pela comunidade não ser reconhecido pelo Governo e, por conta disso houve uma dificuldade em saber com exatidão o dono do terreno para saber qual instrumento urbano poderia ser usado a fins de regularização da situação dos moradores.

Outras constatações foram que alguns moradores quando chegaram à região tiveram que por esforços próprios implantar os serviços básicos para sua sobrevivência; A classificação utilizada pelo IBGE para uma favela não abrange todas as características da Vila de desta forma não abrange a mesma; Os moradores apresentavam fortes laços sociais e um grande sentimento de pertencimento à comunidade devido ao tempo extenso de convívio e relações de amizade estabelecidas. Considerando-se como uma grande família.

Os moradores também não se consideravam favelados e muito menos invasores de uma área alheia. Os mesmos se consideravam como moradores de uma casa e um lugar seu. E por conta disso não se viam como favelados, apesar de reconhecer que a população externa a comunidade os viam; A adaptação para a maioria foi conturbada e dificultosa. E quase todas as pessoas declararam ter se arrependido de realizar a mudança, mesmo sabendo que não tiveram escolha, já que o processo foi impositivo; Dentre as perdas a morte de muitos idosos durante e após os deslocamentos, a saúde debilitada, a não convivência com amigos e até parentes de sangue fizeram parte do cotidiano dos moradores.

Ficou perceptível que as políticas de remoções no Brasil como um todo não estão preparadas para enfrentar e minimizar problemas como a distância do deslocamento e o rompimento dos laços sociais (vizinhança e familiares), nas vidas dos removidos e, quem deixa essa situação explicita em sua fala é Ana Sofia<sup>106</sup> ao dizer:

*“Infelizmente as políticas públicas que a gente tem no Brasil relacionado à reassentamento de famílias carentes ainda falta muito nessa questão habitacional para população de baixa renda, falta ainda um planejamento, na questão das famílias morarem em determinados locais e serem deslocadas para muito longe. O Poder Público ainda está muito incompetente para conseguir promover um programa social para que elas fiquem próximas do local de moradia, não romper os laços de vizinhança, os laços de amizade, eu*

---

<sup>106</sup> Entrevista 20 (Assistente Social).

*acho isso muito traumático. Mudança é uma coisa muito traumática na vida de qualquer ser humano independente de classe, eu sempre defendi isso. A gente tem que respeitar os laços. E são esses laços que quando você muda, as pessoas não aceitam. Porque eles se perdem, porque um grupo recebeu indenização, outro foi para Realengo e outro para Campo Grande. Isso que não é legal, isso é que eu acho que o Poder Público não avançou, eles se vestem na coisa do poder e impoem, nós temos isso aqui, é isso, isso e isso. E isso é um pouco forte demais”.*

Desta forma percebe-se que a habitação passa a ser entendida como mercadoria, e por conta disso visa seu lucro máximo, sendo instaladas em locais inadequados a habitação – desprovidos de instrumentos e serviços públicos e sociais próximos, por serem mais rentáveis as construtoras.

Para Amorim (2015) a principal estratégia do mercado imobiliário é o uso de terras não urbanizadas, longe do centro da cidade e, consequentemente, com valor mais baixo. O autor cita também como outras estratégias do mercado imobiliário a criação de bancos de terra, que ficam ociosas aguardando a sua valorização e não atendendo a função social que a terra deve cumprir, e flexibilizações urbanísticas, onde o solo rural é transformado em solo urbano.

Diante de exposto, também foi possível perceber que o papel da Agricultura Urbana praticada pelos comodatários de Madureira era sim, de extrema importância para os mesmos, visto que tinham tal atividade como fonte de renda primária e laços sociais muito fortes, seja pelo contato com os vizinhos de muitos anos seja pela herança deixada pelos pais. Entretanto quando os agricultores entraram no processo de saída do terreno essa importância se mostrou com uma forte fragilidade deixando de existir junto com a comunidade. Muitos agricultores não deram continuidade à atividade agrícola em outros locais, uns porque não tinham outro terreno para plantação, outros por vontade própria.

Caso os agricultores aceitassem a situação de ir para outro terreno da empresa *Light* em outros bairros ou em outros municípios, continuariam na incerteza da estabilidade. E isso dificultaria a realização de benfeitorias para a realização de um bom trabalho agrícola, como poços, cisternas, instalações elétricas, canteiros entre outros.

## **Capítulo II**

### **Processos de favelização do espaço – Ilegalidade e Informalidade**

O capítulo que se segue está organizado de forma a mostrar como a legislação urbanística auxiliou a formação dos assentamentos irregulares, a partir de decreto e leis de ordenamento urbano, na cidade do Rio de Janeiro o mesmo que por diversas vezes se desejou excluir da cidade formal e descrever alguns instrumentos urbanísticos ligados ao programa de crescimento das cidades, à habitação e aos deslocamentos involuntários para os limites da legislação quanto à segregação espacial da pobreza. E a relação disso com a valorização do solo a partir de grandes empreendimentos.

Tem o papel na pesquisa de mostrar primeiramente algumas atitudes governamentais que no passado orientaram a formação das favelas e os planos que hoje são implementados nas mesmas com diversas funções, seja de revitalização ou eliminação. Além disso, é para revelar que a exclusão da população pobre sendo total - econômica, cultural, educacional, social, jurídica, ambiental, racial – não pode ser combatida de forma fragmentada (MARICATO, 2013).

## **2.1. Legislação versus Formação das favelas**

*“a população favelada, habitando à margem da legalidade, era fortemente influenciada pela legislação que sempre a rejeitou”.* (SOARES,2014)

Como a presente pesquisa visa mostrar os aspectos históricos da formação de uma comunidade carente (Vila das Torres) no subúrbio do município do Rio de Janeiro é interessante trazer: Como se deu o processo de constituição das favelas, ou seja, a origem do problema habitacional carioca; Alguns aspectos relacionados à problemática da ilegalidade no município; Como as políticas industriais, além de outras intervenções urbanísticas auxiliaram no processo de formação da mesma; e as políticas habitacionais criadas no fim do século XIX e iníciodo XX e algumas semelhanças e diferenças com as políticas atuais. Para revelar com isso que o Poder Público por diversas vezes permitiu, ou até mesmo, incentivou a formação das mesmas enquanto lhes era interessante.

### **2.1.1. Surgimento**

Para a autora, Vaz (2002), a favela se tornou fenômeno reconhecido oficialmente na década de 1940. E para ela a versão mais difundida sobre sua origem remete à Guerra de Canudos. A favela do morro da Providência teria sido formada por soldados que retornaram da luta contra Antonio Conselheiro, em 1897. No entanto, a autora revela que encontrou fontes que apontam que a favela de Santo Antonio, a qual, os praças de outro batalhão, também retornados da campanha de Canudos, construíram seus barracos com autorização dos chefes militares no morro situado nos fundos do quartel, em 1897, antecede a da Providencia. Novas favelas surgiram, acompanhando as principais fontes emergentes de emprego: industrial na zona norte e de serviços na zona sul (VAZ, 2002). Mais adiante será mostrado a influencia da industrialização para com o surgimento das favelas.

Concordando, Abreu (1988) escreve em seu texto que a década de 1940 foi o período de maior proliferação de favelas, com total de cento e cinco, no Rio de Janeiro. Para o mesmo o crescimento populacional das áreas periféricas da cidade estava intimamente ligada a quatro fatores determinantes, dentre eles, as obras de saneamento realizadas na década de 30; a eletrificação da Central do Brasil, a partir de 1935; a instituição da tarifa ferroviária única em todo o Grande Rio; e a abertura da Avenida Brasil, em 1946, que aumentou a acessibilidade dos municípios periféricos. Por conta desses fatores ocorreu a criação de diversos

loteamentos, “febre imobiliária” na baixada e subúrbios, os quais muitos foram abertos sem qualquer aprovação oficial.

Fridman (1992) mostra em seu trabalho os diferentes momentos que ocorreram o auge do processo de favelização na cidade do Rio de Janeiro, mas deixa claro que o mesmo surgiu no final do século XIX. Para ela o primeiro ocorreu na década de 30, quando em 1946 duplicou seu número, surgindo loteamentos irregulares na zona oeste e bairros da zona norte. Em 50 ocorre outro aumento no número de favelas cariocas, devido à política industrializante do governo de Juscelino Kubitschek que induziu à urbanização, migração interna, à inflação e à concentração de renda. Na década de 1980 surgiram 136 favelas (maioria localizada na zona oeste) resultado da crise econômica, reduzindo o poder de compra da classe trabalhadora.

Entretanto, nota-se que apesar da divergência de datas foi em meados do século XX que as favelas começaram a serem reparadas na paisagem do Município.

Segundo Vieira e Bagnatori (2013) os primeiros núcleos de favelas teriam como uma forma de resistência deixar as áreas centrais, por parte de inquilinos despejados em função da nova Lei do Inquilinato<sup>107</sup>.

Outro artigo que cita brevemente o período inicial de formação das favelas é o escrito por Magalhães e Gonçalves (2011), no qual é levantado um fator importante quanto a origem das favelas, os autores relatam que a expansão das mesmas se deu de modo bastante sincronizado com o processo de dissolução do sistema escravista (1888), que não foi realizado de modo a garantir aos escravos recém libertos o acesso à terra, à moradia adequada, à proteção no trabalho e aos demais direitos humanos fundamentais.

Completando, Maricato (2000b, p.4) alega em seu artigo que

“o crescimento urbano sempre se deu com exclusão social, desde a emergência do trabalhador livre na sociedade brasileira... A tragédia urbana tem suas raízes muito firmes em cinco séculos de formação da sociedade brasileira, em especial a partir da privatização da terra (1850) e da emergência do trabalho livre (1888)”.

---

<sup>107</sup> A Lei de Inquilinato apresentou diversos momentos, dentre eles, em 1942 no qual congelou o preço dos alugueis. Em 1954, permitiu o aumento dos alugueis nas novas locações. Em 1965 permitiu o aumento de todos os alugueis (FRIDMAN, 1992).

A partir disso se pode considerar que a ocupação de terrenos vazios de forma irregular, para estabelecimento de moradias, é bem mais antiga que a data dita que se tornou fenômeno reconhecido oficialmente (1940).

Para Magalhães e Gonçalves (2011) a favela era refúgios dos imigrantes internos e externos que adotaram o país e a cidade como novo local de moradia, contando também com o enorme êxodo interno à cidade, provocado pelas obras de reforma urbana da cidade e a política higienista de destruição dos cortiços, outrora lugar de moradia por excelência da classe trabalhadora da capital.

Para Vaz (2002) um paradoxo se estabelecia nesse período, pois a nova forma de habitação que surgia como efeito e consequência da política higienista habitacional e urbana revelava-se tão ou mais insalubre e promiscua do que a anterior, que se desejava higienizar e disciplinar. Nesse instante a autora se refere primeiramente as favelas e por último os cortiços. E essas novas formas de habitação (as favelas) eram geralmente constituídas por famílias pobres, negras e/ou migrantes e se davam sem o respeito às leis urbanísticas, às vezes com ou sem intenção de burla-la, tornando-se ilegal.

Por conta das reformas urbanas as classes populares se dispersaram pelas casas de cômodos do entorno imediato ao centro e em áreas que antes não eram aplicadas as leis urbanísticas, os subúrbios e as favelas, as quais passaram a fazer parte da imagem urbana carioca num contraponto à modernização. Completando, Vaz (2002) revela que a distinção moradia/trabalho e ricos/pobres se acelerou com a formação da zona central, das zonas industriais (definidas pelo Decreto-Lei 6000/37) e dos bairros residenciais, diferenciados e segregados. Um exemplo da diferenciação e segregação são os subúrbios que se tornaram uma nova opção de moradia popular. Nessas áreas vigorava, segundo Vaz (2002), a “liberdade de construção”, ou seja, uma liberalização e simplificação das normas construtivas.

Os subúrbios eram caracterizados como local de moradia das camadas inferiores da classe média, da classe trabalhadora e para os imigrantes que chegavam da Europa em crise. Nessas regiões as autoridades incentivavam a produção agrícola, com o melhoramento das comunicações e dos transportes entre o centro e a periferia. Os imigrantes que chegaram em Madureira para iniciarem as plantações nas faixas de transmissão elétrica foram os portugueses, entretanto como dito nos capítulos anteriores, tais imigrantes chegaram e não foram recebidos com as políticas de habitação, logo construíram suas residências onde lhes

eram mais favorável, próximo ao local de trabalho e transporte, e a partir disso a formação da comunidade de Vila das Torres.

As favelas eram toleradas, mas condenadas a desaparecer. Entretanto, por mais que o lugar fosse considerado ilegal, o que impossibilitava a instalação de redes de serviços públicos, o Estado não deixou de permitir a chegada dos mesmos, como água encanada e luz elétrica. Mostrando assim, que o Estado não esteve propriamente “ausente” das favelas.

Completando, Compans (2007), alega que a progressão da ilegalidade nas cidades é uma combinação perversa entre negligência do Estado no que tange à provisão de moradia adequada para os pobres e tolerância com a saída encontrada por estes.

Para Alfonsin (1997) as cidades brasileiras têm sido construídas reproduzindo terríveis desigualdades em seus territórios. Ribeiro Filho (2003) considera que o provimento e o investimento em infraestrutura e serviços urbanos podem ser verificados principalmente nos espaços onde habitam os segmentos sociais de renda mais alta, independente de se são legais ou não. Para o primeiro autor essa configuração física não acontece por acaso, sendo ela resultado das disputas ocorridas na cidade por espaço e pela apropriação da mais-valia gerada na construção coletiva desse mesmo espaço.

Essa lógica de ocupação agrega significativo valor de mercado aos terrenos situados nos bairros nobres e exclui a população carente da possibilidade de acesso, através do mercado formal, a terra e a moradia. Com essa situação, o meio que a população carente tem de se inserir na cidade é ocupando terrenos ociosos, públicos ou privados (ALFONSIN, 1997). “Ilegalmente”.

### 2.1.2. Ilegalidade

A chegada de levas crescentes de migrantes no Brasil e Rio de Janeiro exigia solução. E a favela foi uma delas. Por sua informalidade, simbolizava a negação do controle do urbano pretendido pela reforma.

Para Fridman (1992) é possível a percepção de dois tipos de habitação, a legal, aprovada pela Prefeitura e registrada nos ofícios de imóveis, provido de infraestrutura; e a ilegal, clandestina, “alternativas” encontradas nas favelas excluídas de todos os serviços.

Entretanto, a última apesar das mesmas características é chamada de diferentes formas, para uns irregular ou ainda, há quem as considerem, informal.

Cardoso (2003) considera que umas das principais fontes de irregularidade são: o desconhecimento da norma pela população e a falta de capacidade do Poder Público em fazer cumprir a legislação. Ou seja, se urbaniza sem levar em conta os constrangimentos legais pertinentes, não pelo desejo de transgredir a lei para obter vantagem, mas por desconhecimento e por deslegitimização da capacidade de regulação do Poder Público .

Maricato (2013) já afirma que as alternativas ilegais e informais são as únicas que sobram, pois o acesso ao mercado privado é restrito e as políticas sociais irrelevantes para a maioria da população.

Quanto a isso Santos (1988) versa que

os pobres, deixados à revelia, se viram mesmo muito ocupados com os problemas que diziam respeito à sua sobrevivência e, por extensão, ao processo de urbanização. Tiveram de enfrentar como puderam a necessidade de inventar empregos, lugares de moradia, transporte, saneamento, opções de lazer. Não se saíram tão mal: mantiveram vivas áreas centrais, desprezadas por ocupantes anteriores, construíram, de qualquer maneira, favelas em sítios impossíveis e proibidos, foram para periferias e para cidades novas e frentes pioneiros.

Segundo Smolka (2003) o solo urbano inacessível não é apenas um problema de baixa renda, mas também do preço do produto, pois observou em seus estudos que o acesso a terra não é problema, nem nunca foi, mas o acesso a terra urbanizada sim, é problema. Para Fridman (1992) o preço da habitação legal é variável e dependente de fatores como a capacidade de pagar das classes sociais, a localização espacial do solo, o custo da produção, a taxa de lucro do setor e o custo da promoção imobiliária.

Em sua pesquisa, Smolka (2003), constatou que o preço da terra urbanizada é alto demais tanto em termos relativos quanto absolutos se comparados aos preços observados nas periferias das grandes cidades norte-americanas e europeias. E os indicadores, revelados em seu texto, sugerem que dificuldades no acesso a terra, menos que um efeito, pode constituir-se em um componente da pobreza, pois os preços elevados do solo alimentam a informalidade ao excluir amplos setores da população do mercado.

Segundo o mesmo autor a magnitude e persistência da informalidade são atribuídos à pobreza urbana, no entanto, não pode ser explicada somente pela dificuldade financeira das pessoas, apesar da alta correlação encontrada entre a pobreza e os assentamentos informais, nem todos os ocupantes dos assentamentos informais podem ser classificados como pobres. E para verificar isso basta consultar os números, citados em seu texto, a respeito da proporção de ocupantes ilegais/irregulares existentes (70%) e da proporção de famílias abaixo da linha da pobreza (27%).

Para Smolka (2003) um efeito disso é que muitos que poderiam pagar algum valor pela terra podem ainda não serem capazes de pagar o preço mínimo requerido no mercado formal. No caso de famílias de baixa renda, mesmo quando o orçamento familiar é suficiente para cobrir as necessidades básicas, o preço mínimo da terra é considerado comparativamente mais alto do que o custo de oportunidade da alternativa informal. E a incapacidade de compra explica a razão pela qual as famílias de baixa renda são empurradas para as periferias urbanas. Para o autor, se, alternativamente, os preços de terra urbanizada fossem suficientemente baixos, ou existissem subsídios adequados, o comprador ainda que pobre, poderia não ter que recorrer a arranjos informais.

Ao construir à revelia da lei, esta faixa da população fica excluída do processo de urbanização da cidade e passa a morar irregular e clandestinamente, às vezes, ao longo de gerações de uma mesma família (ALFONSIN, 1997).

Entretanto, tais regiões foram favorecidas pelo incentivo que o Governo estava dando à industrialização, pois depois de promulgadas as leis de zoneamento na cidade e posterior instalação das indústrias em diversas regiões, ao seu entorno eram construídas, por recursos próprios ou pelo Governo, casas dos trabalhadores.

### 2.1.3. Industrialização

Fridman (1992) alega que foi na Primeira Guerra Mundial que ocorreu uma transferência maciça das indústrias no Rio de Janeiro. As de médio porte para o bairro de São Cristovão e as de grande porte para o subúrbio. E junto a isso, as empresas loteadoras vendiam a preços baixos os terrenos, favorecendo a ocupação e a urbanização dessas regiões. Segundo um documento analisado durante a pesquisa na região de Madureira onde se formou

a comunidade de Vila das Torres a companhia imobiliária atuante era a chamada Inhaúma Irajá por volta de 1895 segundo o cartório de registro de imóveis da época.

Abreu (1988) alega ser impossível analisar o crescimento populacional da área suburbana, sem que se dedique a indústria atenção especial. Pois foi a partir da promulgação do Decreto-Lei 6000/37, o qual definiu as zonas industriais no Rio de Janeiro, que ocorreu uma expressiva ocupação e crescimento de estabelecimentos fabris e populacional no subúrbio carioca e principalmente na baixada. Mas Henri Levebvre (2001) desenvolve em seu livro, direito à cidade, que apesar de ser indiscutível que a industrialização foi o motor das transformações urbanas, ele afirma que a cidade preexiste à industrialização.

A localização de favelas nas proximidades das áreas industriais já era comum, pois essa situação era favorável para ambas às partes, a primeira se favorecia com a proximidade da oferta de trabalho e a segunda, com a obtenção fácil e rápida de mão de obra barata, farta e especialmente concentrada (ABREU, 1988).

Para Fridman (1992) após 1968 ocorre uma alta expansão industrial para a zona oeste (Santa Cruz, Paciência e Palmares) formando os distritos industriais, devido ao baixo custo dos terrenos, infraestrutura e complementaridade entre as unidades industriais. Tais distritos seriam ligados ao polo de Sepetiba e à cidade por avenidas e estradas.

Completando, Maricato (2014), alega que essa industrialização com baixos salários levou à urbanização dos baixos salários gerando autoconstrução da casa, ocupação irregular da terra, extensão horizontal de bairros sem urbanização.

A criação das zonas industriais não foram as únicas intervenções governamentais que auxiliaram na formação das favelas na cidade do Rio de Janeiro. Outras ações de urbanização da/cidade também as favoreceram.

#### 2.1.4. Intervenções governamentais

Pode-se considerar o período de reformas urbanas, início do século XX, que ocorreram no Rio de Janeiro destruindo ruas, casas, cortiços para abrir avenidas e levantar prédios, o momento inicial das crises de moradia, principalmente popular. Favorecendo o surgimento de favelas pela cidade.

Fridman (1992) mostra, em seu trabalho, diferentes variáveis em relação ao processo de urbanização do Rio de Janeiro, dentre elas estão, o deslocamento da população dentro da cidade, mostrando que de 1906 a 1920 houve uma importante diminuição da população do centro, com crescimento na zona norte – caracterizando assim um processo de urbanização intenso. A autora mostrou também a variação dos prédios construídos na cidade para mostrar que o processo de verticalização no centro e na nobre zona sul, correspondeu à proliferação de favelas e de loteamentos para população de baixa renda.

Outro dado importante relatado por Fridman (1992) foi o surgimento inevitável dos subcentros em Copacabana, Méier e Madureira decorrente dos altos custos com o deslocamento por conta o racionamento de combustível durante a Segunda Guerra Mundial, Estado Novo no Brasil – Presidente Getulio Vargas. E tal subcentro em Madureira foi favorecido pelos comerciantes da região, principalmente os agricultores, disponibilizando produtos alimentícios.

Por sua vez, os diversos regulamentos, leis, regimentos, taxas, posturas e códigos urbanísticos, então instituídos, não só acabaram com a liberdade de construção em todo o Distrito federal, como institucionalizaram um sem número de exigências novas, inviabilizando o acesso à moradia para grande parte da população (IPP/SMU, 2003).

Ao ler o texto de Vaz (2002) foi possível perceber também que na segunda metade do século XIX, algumas posturas municipais restringiram progressivamente a presença das habitações coletivas no núcleo da cidade do Rio de Janeiro, ampliando a zona de proibição de cortiços, ou seja, a legislação tornou-se um dos instrumentos mais eficazes na eliminação dos cortiços, pois proibia a edificação de novos e restringia a permanência dos existentes. Mesmo os que resistiram à ação da legislação não sobreviveram à renovação urbana e a valorização fundiária daí decorrente.

Na administração de Pereira Passos (1902-1906) também ocorreu, segundo Vaz (2002), uma série de intervenções na cidade, resultando no controle urbanístico, sanitário e da circulação. As obras de embelezamento da cidade abrindo e retificando ruas eliminaram as condições de permanência das antigas habitações populares existentes no centro, expulsando grande contingente de moradores.

O mesmo prefeito, Pereira Passos, baixou um decreto<sup>108</sup> regulando as construções e instituindo uma série de exigências técnicas e burocráticas que oneravam as novas edificações em toda a cidade o que encareceu de tal maneira a construção no subúrbio que ficou inviável para os trabalhadores. Como os pobres não podiam ficar no centro da cidade e nem nos locais distantes e de baixo custo começaram a ocupar os morros vazios nas proximidades do centro, o que se fez notar as favelas na paisagem da cidade.

Outro fator relevante, nesse conjunto de transformações do espaço urbano do Rio de Janeiro, foi a implantação dos sistemas de transporte coletivo que absorviam o uso residencial que vinha sendo expulso do antigo centro (VAZ, 2002). O que facilitou a formação e permanência dos moradores expulsos do centro da cidade. Reaproximando o que a modernização distanciou.

Como foi mostrado, no capítulo anterior, a construção e implantação da linha férrea (trrens urbanos) no subúrbio do Rio de Janeiro permitiu o desenvolvimento de bairros ao entorno do mesmo devido à facilidade de deslocamento para o centro da cidade, local que na época absorvia a mão de obra. Em relação à comunidade estudada, além do favorecimento da linha férrea, houve também outro fator importante para o desenvolvimento do bairro, a implantação do corredor de energia elétrica com as torres de transmissão, local este que se desenvolviam as atividades agrícolas. Ou seja, o sistema de transporte coletivo além de facilitar o transporte determinou a formação da comunidade de Vila das Torres.

Para Soares (2014) a legislação urbana teve um papel central no processo de instrumentalização do espaço urbano, porque estipulava e estipula exigências irreais e elitistas. Desta forma, a legislação fez e faz com que grande parte da população viva fora do circuito formal de moradia, contribuindo assim na emergência de uma duplicidade de mundos. Cidade *versus* Favela.

A partir dos anos 1960, as tensões e coexistências entre os diferentes níveis de poder começam a repercutir nas políticas públicas em relação às favelas, oscilando estas entre a erradicação e o reconhecimento das favelas (SOARES, 2014).

Podemos citar a lei municipal 330/1982 que autorizou o poder executivo a construir praças nas favelas, a lei municipal 380 de 1982 que estabeleceu o convênio com a *Light* para a

---

<sup>108</sup> Decreto nº 391, de 10 de Fevereiro de 1903.

iluminação das vias de acesso às favelas e os decretos estaduais 7296 e 7297 de 1984 que estabeleceram o convênio com a CEDAE para a regularização das ligações de esgotos e água. Estas mudanças legislativas não atingiram diretamente à questão do acesso ao solo urbano nem facilitaram, diretamente, os procedimentos para a regularização jurídica das favelas, mas se inseriam dentro do movimento de reconhecimento progressivo, por parte dos poderes públicos, das favelas como parte integrante da cidade, revelando à lenta e substancial mudança do foco das políticas públicas em relação às favelas (SOARES, 2014).

Instituída a prática das demolições em massa e o aumento vertiginoso dos preços dos imóveis ocorreu uma crise habitacional na cidade, o que fez necessário construir moradias nos novos bairros, ou seja, aumento da oferta de terrenos em lugares mais afastados do centro da cidade, que teve como consequência a superação da limitada disponibilidade de lotes para novas construções, que constituía antes o grande impedimento à expansão do setor imobiliário. Por conta disso a indústria da construção civil prosperou sem a necessidade de subsídios (VAZ, 2002).

Diante da crise habitacional gerada devido às restrições ocorridas pela legislação urbana existente, houve a necessidade da articulação governamental para sana-la. E para isso o Governo usou alguns artifícios.

#### 2.1.5. Política habitacional

Nos anos 40, de acordo com Fridman (1992), ocorre uma proliferação de favelas na zona sul. Devido à demanda por mão de obra no setor de serviços fazendo com que os mesmos se instalem nas proximidades do serviço para baratear seu deslocamento. Por conta disso o Estado criou um programa experimental de construção de Parques Proletários Provisórios para população de baixa renda e o programa de construção de moradias baratas a partir dos Institutos de Aposentadorias e Pensões.

Em relação às construções de habitações populares, nos anos 50 iniciou-se não somente para a classe de baixa renda, mas também para as de média e alta, com isso observa-se uma alta busca por terrenos localizados nos bairros da zona sul, no centro e em Campo Grande e Santa Cruz (FRIDMAN, 1992).

Em 1960, segundo Fridman (1992) o Estado toma uma nova postura em relação à população favelada, atuando como agente promotor associado a empresas privadas de

construção. Com a criação do Sistema Financeiro da Habitação<sup>109</sup> é crescente a cobertura de parte do custo total dos imóveis adquiridos por intermédio de empréstimos.

No entanto, nesse período, Ditadura Militar, adotou-se uma política de segregação espacial inédita, removendo favelas das áreas centrais para terrenos vazios na periferia. Para alguns estudiosos, tal processo é chamado de periferização da população pobre, como será mostrado mais adiante. Para Brum (2013) a diferença fundamental entre as remoções ocorridas durante a Ditadura Militar e as que ocorrem hoje, é que, na primeira o aprofundamento da assimetria das relações capitalistas foi garantido por forte repressão e fechamento dos canais de expressão e mobilização dos segmentos subalternos, já hoje na conjuntura democrática é garantido maior margem de manobra, o que não quer dizer que algum resultado seja previsível (BRUM, 2013).

Atualmente os moradores têm tido margem de manobra para inserirem-se nas disputas políticas entre partidos e até entes federativos; utilizam o Poder Judiciário, redes sociais na internet, enfim, amplas e variadas táticas que as favelas não contavam quando da existência da CHISAM (BRUM, 2013).

O programa CHISAM começou a arrefecer após o fim da gestão Negrão de Lima, sendo as remoções lentamente abandonadas. Os fatores que incentivaram o abandono foi a não conquista do objetivo disseminado – transformação dos favelados em proprietários incorporados – por problemas, como a precariedade das novas habitações; o choque dos transferidos com a vida num novo local; a distância dos postos de trabalho ocupados pelos moradores na época da remoção; a inadimplência por parte dos removidos, que tiveram um aumento brusco nas suas despesas mensais (visto existirem custos extras, como contas de condomínio, luz, água e transporte, que muitas vezes inexistiam na moradia anterior) e muitas vezes perderam o emprego, porque o mesmo se localizava próximo à favela de origem (BRUM, 2013). Anteriormente foram relatados os aspectos e visões dos deslocados do programa habitacional atual, para revelar que os moradores de Vila das Torres também passaram por tais situações ao saírem da comunidade e serem realocados no PMCMV-Realengo.

---

<sup>109</sup> Sistema Financeiro de Habitação é o segmento do sistema financeiro que regulamenta a utilização de recursos para a aquisição da casa própria. Sua principal vantagem está na taxa de juros mais baixa que a média do mercado.

Com isso, nota-se que a favela ainda não é vista como um espaço agregado à cidade, apesar de em muitos casos, classes sociais diferentes compartilharem espaços comuns e a proximidade ser grande, como revela Amorim (2015). Para ele a favela é vista como um espaço marginalizado que só é lembrado por violência ou por fornecer mão de obra barata.

Todavia, é perceptível uma oscilação governamental entre a erradicação e reconhecimento das favelas. Um exemplo dessa oscilação ficou claro durante o segundo mandato do prefeito de 2004-2008, que segundo Compans (2007) o fantasma da retomada da política de remoções, tinha sido afastado, ao menos temporariamente, quando a Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio (FAFERJ), juntamente com entidades comunitárias, gabinetes de vereadores e Organizações Não Governamentais (ONG's) comprometidas com a questão da moradia e da reforma urbana criaram um movimento em defesa das comunidades ameaçadas.

Entretanto, o Governo de 2008-2016 iniciou um modelo de intervenção urbanística que reforçou o mecanismo de controle do crescimento das favelas e trouxe à tona o auspício das remoções (MAGALHAES e GONÇALVES, 2011). Até então foram mais 65 mil pessoas removidas de suas casas, ultrapassando o número de remoções do governo de Carlos Lacerda (que removeu 31 mil pessoas nos anos 1960). Sem procurar alternativas que minimizem o transtorno e trauma do deslocamento sem necessidade real. “Tais orientações políticas tomaram contornos mais graves com as chuvas de Abril de 2010 e as inúmeras intervenções urbanísticas para preparar a cidade para os grandes eventos internacionais” (MAGALHAES e GONÇALVES, 2011, p. 160).

Passando atualmente, o discurso das remoções, do campo da política habitacional para a política ambiental.

Para Compans (2007, p.3)

“a delimitação administrativa das unidades de conservação ambiental soma-se a percepção de que a favela constitui um risco para a coletividade, seja pela possibilidade de ocorrência de desastres naturais, seja pelas características próprias da ocupação – como a falta de saneamento e elevada densidade populacional etc. – enquanto fatores de degradação do meio ambiente urbano”.

Sendo assim diversas semelhanças podem ser identificadas entre a questão urbana do período atual e a de períodos anteriores. Antes a crise urbana se dava por questões sanitárias hoje por questões ambientais. Antes os cortiços, hoje os assentamentos subnormais. E para sanar essas crises são criadas soluções técnicas, mas não democrática.

Apesar do princípio da não remoção de favelas ter sido consagrado nas legislações urbanísticas, como é o caso do Plano Diretor do Rio de Janeiro e Lei orgânica que serão mostrados no subitem que se segue, admite-se a exceção no caso de se encontrarem em “unidades de conservação ambiental” ou “áreas de risco” o que faz dar margem aos deslocamentos.

## ***2.2. Legislação urbana e Segregação Espacial da pobreza***

Desde anos remotos a favela é considerada como elemento ilegal e marginal na paisagem urbana, sendo logicamente incapaz de integrá-las ao restante da cidade, visto que este fato impedia o investimento público nestes espaços. Entretanto, foram promulgados leis e decretos que asseguravam as primeiras iniciativas de urbanização (SOARES, 2014).

Segundo o documento elaborado pelo Ministério das Cidades<sup>110</sup> o Brasil passou por um processo acelerado de urbanização nos últimos 50 anos e hoje, cerca de 85% da população brasileira vive em áreas urbanas, onde se concentram, também, a pobreza e a precariedade. Sendo desta forma inevitável a criação de políticas públicas urbanas para o enfrentamento dessas desigualdades.

E em meio a esse contexto o Brasil passou por processos de reformas constitucionais e legais para conseguir criar programas sociais, urbanos e habitacionais. O primeiro passo, segundo descrito no documento, foi o reconhecimento da função social da propriedade e da cidade a partir de uma nova ordem urbanística mais justa, includente e democrática. Iniciado com a incorporação da questão urbana na Constituição Federal de 1988 que ensejou a inclusão, nas constituições estaduais e nas leis orgânicas municipais. Com isso, o texto constitucional afirma o papel protagonista dos municípios enquanto principais atores da política de desenvolvimento e gestão urbana e elege o Plano Diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

No ano de 2000, o direito à moradia digna foi reconhecido por uma emenda constitucional, tornando-se uma referência para as políticas urbanas e habitacionais. Em 2001, a Lei nº 10.257, conhecida como o Estatuto da Cidade, regulamentou os artigos constitucionais sobre desenvolvimento urbano e introduziu uma nova ótica de planejamento construída sob uma perspectiva de gestão participativa e controle social. Este definiu o Plano Diretor do município. Em 2003, foram criados o Ministério das Cidades e o Conselho Nacional das Cidades com o compromisso de desenvolver e implementar a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Em 2005, o Ministério das Cidades com o apoio do Conselho das Cidades lançou a Campanha Nacional "Plano Diretor Participativo - Cidade de Todos".

---

<sup>110</sup> Disponível em: < <http://www.un.org/en/ecosoc/integration/pdf/brazil.pdf> > Acesso em: Jan. 2015.

A partir daí foram estruturadas políticas e programas voltados à habitação, ao saneamento básico, ao transporte público coletivo e à mobilidade urbana, à regularização fundiária, à prevenção de riscos, dentre outros, de modo a reverter o passivo de desigualdade social das cidades brasileiras. Criadas as condições jurídicas e institucionais foi criado o programa nacional de investimentos em infraestrutura urbana e de habitação de interesse social: o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

O PAC representou um avanço, pois ampliou o acesso a bens e serviços urbanos, representando a retomada dos investimentos na política urbana, contudo pontos negativos também foram encontrados, principalmente referentes à participação popular, do Conselho e Ministério das Cidades, quanto à transparência de suas ações, visto que retirou a centralidade das decisões dos órgãos citados.

Para, Santos (2011), a lógica da implementação das obras tem sido mais importante do que a lógica do planejamento e da participação popular, como previsto inicialmente pelo Ministério das Cidades, dessa forma, interrompendo ou bloqueando ampla participação no desenho das políticas e programas de desenvolvimento urbano e investimentos futuros. Segundo ele, os projetos aprovados pelo PAC não foram objeto de debate e deliberação no Conselho Nacional das Cidades.

Um estudo realizado pelo Observatório das Metrópoles intitulado Monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)<sup>111</sup>, apresentou seus resultados parciais.

Alegando que houve impactos positivos em termos da ampliação do acesso a bens e equipamentos urbanos vinculados à habitação, saneamento ambiental e mobilidade urbana. Porém constataram diversas insuficiências relativas à participação, à transparência e ao controle social, notadamente associados à precariedade dos espaços de participação da sociedade, à dificuldade de acesso a detalhes das obras, falta de transparência referente aos gastos dos recursos públicos e inúmeros procedimentos que expressam desrespeito às condições de vida dos moradores da região.

Completando, Rolnik (2015) diz que quando altas quantidades financeiras são disponibilizadas para investimentos na urbanização das favelas do país – como o PAC das favelas - o que se observa é a desconstituição dos processos e fóruns participativos e diversos

---

<sup>111</sup> Disponível em: <[http://www.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com\\_k2&view=item&id=111:monitoramento-do-pac&Itemid=164&lang=pt](http://www.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=111:monitoramento-do-pac&Itemid=164&lang=pt)> Acesso em: Out. 2013.

processos massivos de remoção em decorrência da implementação de projetos e obras, muitas vezes com uso da violência.

Segundo Cavallieri e Vidal (2012) a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro está há mais de 20 anos intensificando os programas de melhoramentos de favelas. Com o intuito de implantar todos os serviços de infraestrutura sanitária, sistemas de circulação, equipamentos sociais, educacionais, de lazer e de esportes, além de projetos de desenvolvimento social, de adoção de normas urbanísticas e edifícias e de controle do uso do solo. No entanto, há controvérsias quanto ao “melhoramento das favelas” no contexto atual do Município do Rio de Janeiro, principalmente quando mostrado as contradições realizadas durante a implantação das obras do PAC.

A urbanização de favelas pode até melhorar as condições de moradia e segurança, os problemas de saneamento ambiental e atribuir endereço legal aos moradores, entretanto, não melhora os níveis de escolaridade, não organiza um padrão de vida melhor (MARICATO, 2013) que são pontos importantes para se minimizar os problemas sociais da cidade, como a pobreza.

Mesmo com todos esses instrumentos urbanísticos citados Rolnik (2015) afirma que por mais que existam tais que garantam a plena segurança da posse, o sistema oficial de financiamento do desenvolvimento urbano jamais os reconheceu, tendo como base apenas as escrituradas em cartório. E Maricato (2000a), completa dizendo que não é por falta de planos e nem legislação específica que as cidades brasileiras crescem de modo predatório. O que acontece é a forma discriminatória da aplicação desses instrumentos urbanos, favorecendo pequenos interesses corporativos. Em outro texto, Maricato (2013) escreve que as conquistas formais nunca serão suficientes, pois tudo depende dos interesses em jogo. Ou seja, aprovar a lei no Congresso Nacional é um desafio, aplica-la, em nível municipal, é outro, porque depende do enfrentamento dos proprietários fundiários e imobiliários que estão longe de ser um setor frágil na sociedade brasileira.

Em outro texto, Maricato (2015, p.4) afirma que os “padrões modernistas detalhados de construção e ocupação do solo, presentes nas leis de zoneamento, código de obras, leis de parcelamento do solo, convivem com a gigantesca cidade ilegal onde a contravenção é regra”.

Para Compans (2007) o tema do direito à cidade surgiu a partir do processo constituinte através do Movimento Nacional pela Reforma Urbana, sendo consagrado tanto na Constituição Federal de 1988, quanto nas constituições estaduais, nas leis orgânicas e Planos Diretores municipais. O direito à cidade se traduziu no reconhecimento dos espaços ocupados irregularmente pela população pobre e na extensão a estes de todos os benefícios advindos da urbanização.

Inicialmente serão demonstrados alguns dos princípios que constam no Plano Diretor da Cidade, aprovado em 1992. Em seu artigo 44 que dispõe sobre o uso e ocupação do solo urbano versa que respeitaram a não remoção de favelas e sua inserção no planejamento da Cidade com vista à sua transformação em bairros ou integração com os bairros em que se situam.

Entretanto estão sujeitos a relocalização as áreas de favelas e assentamentos irregulares que ocupem: I – áreas de risco; II – faixas marginais de proteção de águas superficiais; III – faixa de proteção de adutoras e de redes elétricas de alta tensão; IV – faixa de domínio de estradas federais, estaduais e municipais; V – áreas de especial interesse ambiental ou unidades de conservação ambiental; VI – vãos e pilares de viadutos, pontes e passarelas e áreas a estes adjacentes, quando oferecerem riscos à segurança individual e coletiva e inviabilizarem a implantação de serviços urbanos básicos; VII – áreas que possam ser dotadas de condições mínimas de urbanização e saneamento básico.

Compans (2007) alega que consideradas as características de relevo e hidrografia da cidade do Rio de Janeiro, somadas ao processo histórico de ocupação pelos pobres das áreas impróprias à urbanização (encostas ou nas margens de rios, canais, córregos e lagoas) tal dispositivo resulta na anulação do princípio da não remoção para grande parte das favelas cariocas.

No mesmo documento, o artigo 138, que versa sobre a política habitacional do Município visa assegurar o direito social de moradia e reduzir o déficit habitacional, pela realização de relocalização prioritária das populações assentadas em áreas de risco, com sua recuperação e utilização imediata e adequada, entretanto a ordem de preferência dos deslocamentos devem seguir: I – reassentamento em terrenos na própria área; II – reassentamento em locais próximos; III – reassentamento em locais dotados de infraestrutura sanitária e transporte coletivo; IV – inserção em outros programas que contemplem a solução

da questão habitacional. Como mostrado anteriormente, tais preferências não foram respeitadas quando deslocaram a comunidade de Vila das Torres para o PMCMV-Realengo.

Maricato (2013) afirma que é preciso mudar a concepção do Plano Diretor, porque há décadas o mesmo tem cumprido mais um papel ideológico do que instrumento de orientação da gestão e dos investimentos nas cidades brasileiras.

A Lei Complementar nº111 de 1 de Fevereiro de 2011 que dispõe sobre a Política Urbana e Ambiental do Município, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências no capítulo da Política de Habitação descreve as mesmas providências que o documento anterior sobre o reassentamento de populações de baixa renda oriundas de áreas de risco.

No momento far-se-á o uso da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro (LOMRJ), visto que a mesma é bem avançada e tem diversas salvaguardas, ou seja, instrumentos no município que amparam os removidos.

A LOMRJ em seu Artigo 429 que trata da Política de desenvolvimento urbano versa que deverão ser respeitados os preceitos da urbanização, regularização fundiária e titulação das áreas faveladas e de baixa renda, **sem remoção dos moradores**, salvo quando as condições físicas da área ocupada imponham risco de vida aos seus habitantes, no entanto caso a localidade ofereça riscos o procedimento deve ser seguido do laudo técnico do órgão responsável; da participação da comunidade interessada e das entidades representativas na análise e definição das soluções; e do **assentamento em localidades próximas dos locais da moradia ou do trabalho**, se necessário o remanejamento (Grifos nossos).

Ou seja, o processo de remoção das famílias para localidades próximas só se dará quando detectado a existência de risco de morte insanável, que não possa ser solucionado por intermédio de obras de urbanização ou estabilizantes, assegurada a participação da comunidade ou de seus representantes em todo o processo.

Quanto ao laudo técnico, Compans (2007), afirma que a avaliação dos riscos geológicos, bem como a análise da possibilidade de realização de obras estabilizantes compete a um único órgão, integrante da administração local: a GEO-Rio. E a detenção de um

conhecimento altamente especializado dificulta a contestação de seus pareceres pelas comunidades afetadas, convertendo-se em algo irrefutável e inquestionável.

Mesmo o Brasil apresentando diversos instrumentos legais que garantem os direitos da população carente quanto à moradia, como mostrados no início desse subitem, eles estão sendo violados com ações rígidas e impositivas por parte da Prefeitura, sem mecanismos de participação e de mediação e resolução de conflitos.

Nos dias atuais, a política urbana passa a centralizar-se na atração de médios e megaeventos e na realização de investimentos de renovação de áreas urbanas degradadas. O que faz, segundo Santos Junior e Ribeiro (2011), gerar prioridades que permitam legitimar elites e construir alianças com os interesses do complexo internacional empreendedorista. Assim como promover o desenvolvimento para os desenvolvimentistas. Quanto a isso Maricato (2013, p.48) afirma que “planejamento é competência do Estado e este é a expressão das classes dominantes, daí a impossibilidade do planejamento democrático e igualitário”. Além disso, os planos estratégicos voltados para o desenvolvimento das cidades “elege apenas as centralidades globalizantes, plenas de significados e altamente visíveis” (MARICATO, 2013, p.68). Fugindo das realidades locais, pois geralmente são simplesmente exportados e não adaptados à realidade das cidades brasileiras.

Completando o exposto, Rolnik (2015) revela que por mais que exista legislação implementada no país quanto urbanização de favelas, a luta cotidiana dos assentamentos informais e ocupações no país para resistirem às remoções e expulsões violentas e se integrarem definitivamente a cidade é bem mais complexa e contraditória. O problema das remoções não é a falta de instrumento e sim o não cumprimento dos existentes. Visto que as estruturas administrativas urbanas estão viciadas de procedimentos baseado no privilégio e na troca de favores (MARICATO, 2013) sendo essa uma situação corriqueira na esfera pública quando dominada por interesses privados, que mantém com padrões satisfatórios apenas uma parte das cidades.

No mesmo artigo, no inciso V, está descrito que se deve realizar a integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais. Mas realizar o que a LOMRJ propõem no atual contexto em que se encontra o Município do Rio de Janeiro (Copa do Mundo, Jogos Olímpicos, alta especulação imobiliária, intervenções urbanísticas preocupantes) não pode ser considerada uma tarefa fácil de alcançar.

A realidade contemporânea mostra que as cidades brasileiras estão desafiadas a unir as realidades urbanas às rurais de forma a minimizar gastos com os circuitos curtos, não podendo mais ser consideradas como dicotômicas e antepostas, como, a cidade, o local onde se desenvolvem atividades industriais e de serviços, em contraposição ao campo onde se desenvolvem atividades agrícolas. Essa não dicotomia ficava claro quando víamos quilômetros e quilômetros de hortas em pleno centro urbano carioca, em Madureira.

O autor Souza (2011) escreveu em seu livro que essa determinação da cidade, a partir do uso do solo, como um local de produção não agrícola e de comércios e serviços não é tão simples, pois diversas vezes são encontradas “como minúsculas ilhotas em meio a um oceano de espaços construídos” produção agrícolas, desenvolvidas sob a faixa de transmissão de energia elétrica, espaço este que não pode apresentar muitos outros aproveitamentos econômicos. E segundo o próprio autor esse tipo de situação “se vê ainda hoje, em alguns subúrbios do Rio de Janeiro, cidade onde moro e trabalho, e com o qual estou familiarizado”, no entanto, o livro foi escrito antes do deslocamento das famílias, hoje já não se pode mais encontrar tais práticas no local.

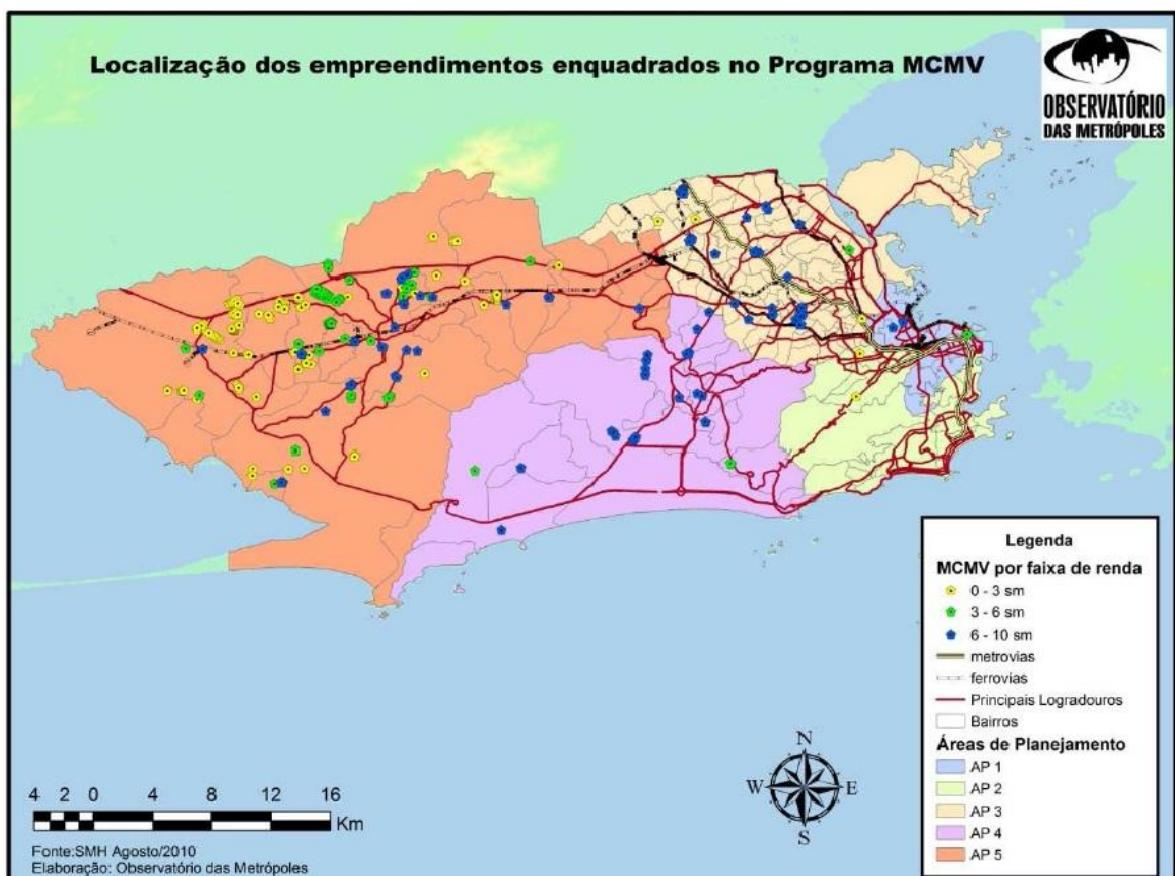
Peixoto (2013) afirma que é vedado o isolamento de favelas como se fosse um local à parte da cidade formal. Da mesma forma como o inciso IV, do Art. 30º da mesma lei, descreve que deve haver a urbanização das áreas faveladas e loteamentos irregulares, integrando-os aos bairros onde estão situados. Ou seja, integra-los e não isola-los.

Entretanto, ao contrário disso, nota-se que moradores da comunidade de Vila das Torres e outras tantas espalhadas pelo Brasil, foram removidos de suas moradias e deslocados para prédios – do Programa Minha Casa Minha Vida – que não oferecem os serviços essenciais como escolas, hospitais, trabalho e nem comércio próximo, ou seja, também fora das normas urbanas estipuladas legalmente, segundo os próprios moradores removidos. Quanto a isso Abramo (2003) diz que ter acesso a serviços urbanos é uma variável importante na qualificação da moradia popular.

É possível pensar a partir do exposto, na “periferização” da população pobre, como Silva (2012) afirma a partir do reassentamento habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida, o que faz diminuir as possibilidades das famílias removidas em obter emprego e ascender socialmente. Concordando com a importância da localização residencial dos moradores pobres, Abramo (2003) diz ser um fator que potencializa ou reduz os níveis de

bem estar familiar, pois podem causar acesso ou exclusão as redes de serviços e equipamentos urbanos.

Concordando com Silva, Amorim (2015) afirma que no caso específico do PMCMV no município do Rio de Janeiro percebe-se essa periferização sim da população de baixa renda, da faixa de 0 a 3 salários mínimos, pois seus empreendimentos são construídos em locais distantes e sem infraestrutura, por serem mais econômicos para as construtoras que tem o interesse em maximizar seus lucros. Como mostra a figura 9.



**Figura 12. Periferização da população pobre.**  
Fonte: Cardoso, 2011.

De acordo com Cardoso (2011), a constatação da periferização da moradia social é perceptível ao se visualizar a figura 12, na qual fica claro que a maioria dos empreendimentos da faixa de 0 a 3 salários mínimos está localizada a AP 5 (Área de Planejamento 5), que cobre boa parte da zona oeste da cidade. A zona oeste é a área da cidade menos urbanizada, possui diversos problemas de integração com a cidade e problemas de infraestrutura básica como

falta de saneamento básico. A comunidade estudada na pesquisa foi realocada para a AP 3, na zona norte da cidade. Essa zona é intensamente ocupada e vem sofrendo, através de um processo de especulação imobiliária, uma valorização de seus imóveis.

Para Santos (1988) tal isolamento só favorece a morte do bom relacionamento entre as pessoas. Separar os pobres em bairros distantes é impedi-los de ficarem juntos as melhores oportunidades de trabalho.

Maricato (2013) alega “a produção da moradia exige um pedaço de cidade e não de terra nua”. Ou seja, não basta disponibilizar a moradia em lugares sem estrutura para absorver a população. Para a autora, nas políticas de habitação de interesse social deve-se realizar um “mix” de apartamentos para diversas faixas de renda em um mesmo empreendimento, para talvez minimizar essa exclusão.

Para Peixoto (2013) o projeto de urbanização não pode ser imposto à comunidade, ele deve ser levado à discussão, com construção de soluções que respeitem as necessidades e escolhas da população do local. No entanto, as comunidades como um todo, geralmente, são agentes passivos<sup>112</sup> das remoções que estão ocorrendo.

Diante dos questionamentos que contrapõem a legislação em relação às ações realizadas pela instância governamental nas comunidades removidas, tem importância ímpar mostrar os trabalhos e pesquisas do site RioOnWatch<sup>113</sup>, que trabalha fazendo relatos sobre as favelas cariocas, principalmente as remoções. Pois já foi dito que uma intervenção na área foi pensada e elaborada antes do Rio de Janeiro ser escolhido para sediar os jogos mundiais, o que faz com que o empreendimento não tenha relação direta com os Megaeventos e sua efetivação pós esse período tenha sido mera coincidência.

Entretanto, o Parque Madureira pode não estar diretamente ligado aos Megaeventos que ocorreram (Copa do mundo, 2014) e vão ocorrer (Olimpíadas, 2016) no Rio de Janeiro, mas faz, com certeza, parte desse conjunto de eventos que participam da dinâmica de acumulação capitalista nas grandes cidades/capitais.

Para Vieira e Bagnatori (2013) a reestruturação dos recursos relacionados às obras da Copa do Mundo e das Olimpíadas tem gerado um significativo número de desalojamentos de

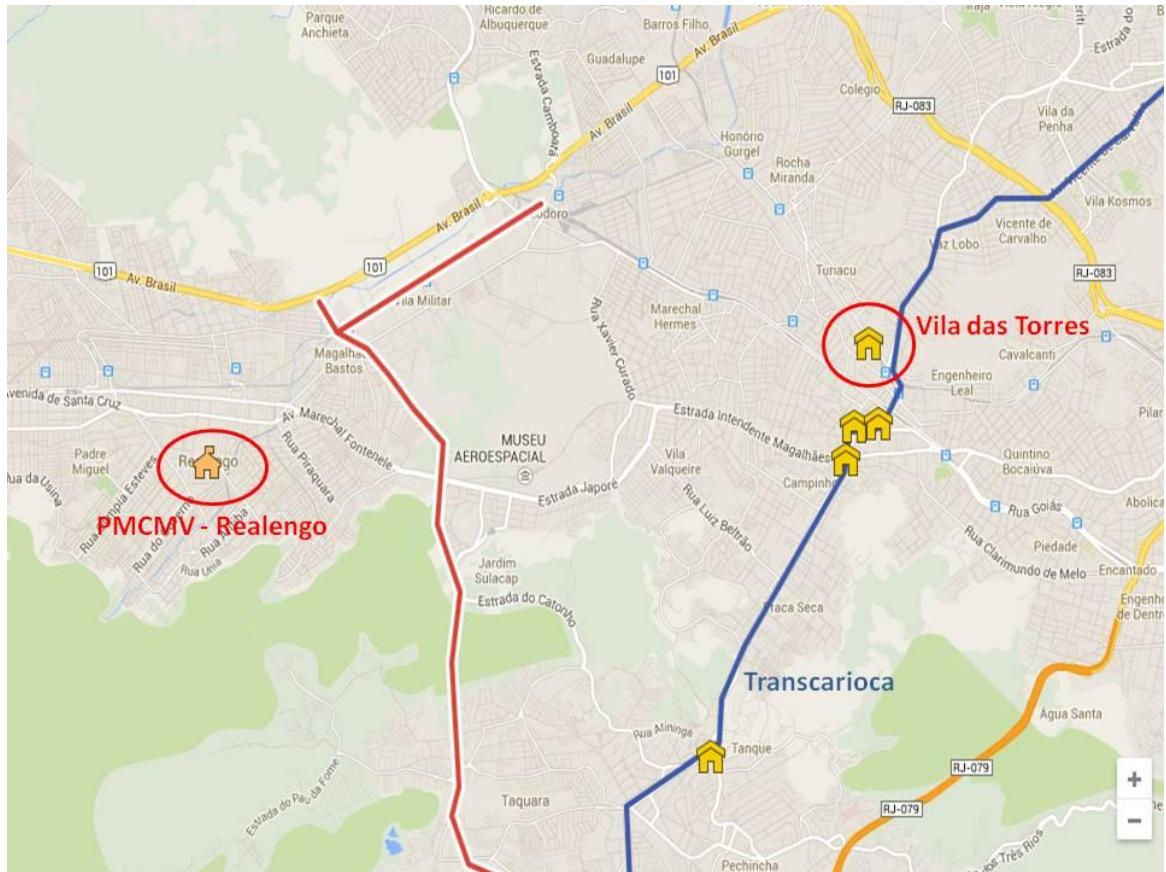
---

<sup>112</sup> Passivos porque sofre ou recebe uma ação sem reagir contra ela.

<sup>113</sup> Disponível em: < <http://rioonwatch.org.br/?s=favelas> > Acesso em: Nov. 2013.

moradores em áreas de favela, visto que os mesmos moram sem segurança da posse, contudo o arcabouço legal de propriedade não tem garantido o direito fundamental à moradia.

Um dos fatos que nos fazem refletir sobre esse conjunto de eventos é que as ações governamentais para realizar a desapropriação na comunidade de Vila das Torres seguiram o mesmo “roteiro” que as realizadas em comunidades que precisaram ser desapropriadas por conta das obras de adequação.



**Figura 13. Localização espacial do conjunto habitacional do PMCMV – Realengo (à esquerda), da comunidade de Vila das Torres (à direita) e a proximidade da última com a Transcarioca (parte inferior). Alterado pela autora.**

**Fonte:** <https://mapsengine.google.com/map/u/1/edit?mid=zjrzNjpFt5s8.khii5Ammy-Gs&authuser=1>

Além disso, a figura 13 ao mesmo tempo em que mostra onde estava localizada a comunidade de Vila das Torres e para onde algumas pessoas foram realocadas – PMCMV - Realengo, mostra também a proximidade da comunidade com o primeiro corredor de alta

capacidade, a TransCarioca, que liga a Barra da Tijuca até a Ilha do Governador ao longo de 39km de extensão, 47 estações e 27 bairros. Obra esta de mobilidade urbana para receber os Megaeventos.

No artigo “Resumo das Remoções no Rio Olímpico”, na página do site RioOnWatch, está descrito que ao estudar as documentações sobre as remoções de algumas comunidades que estavam sob ameaça de remoção, verificou pontos em comum a todas. Tais como: Falta de notificação aos moradores da pretendida região; Ações violentas e intimidantes, com agentes da Prefeitura, oficiais de justiça, Assistentes sociais, caminhões/tratores e policiais para forçar a saída dos moradores; Indenizações injustas ou sem indenizações; Falta de razão justificável para remoção, alegando que alguns especialistas relatavam que as retiradas em algumas regiões eram desnecessárias, pois não ofereciam riscos, mas mesmo assim foram realizadas.

É importante ressaltar que todos esses pontos, constatados pelo site como comum aos casos de remoção no Rio de Janeiro, foram confirmados pelo ex-presidente da extinta Associação dos Moradores e a partir das falas dos entrevistados.

Silva (2012) escreve em seu trabalho que as mesmas pessoas (moradores da comunidade de Vila das Torres) que construíram sua história há décadas no bairro de Madureira não poderão, em sua maioria, desfrutar dos benefícios da construção de um parque público na região, pois alguns foram realocados para bairros muito distantes (19km), como mostra a figura 10. E que a desocupação do terreno com a retirada dos agricultores/moradores de Madureira, articulava-se com um contexto específico da cidade do Rio de Janeiro, ilustrando tendências da gestão urbana contemporânea – marcadas pela compreensão de certas localizações como estratégias para o capital; pela Parceria Pública Privada estabelecida pela Prefeitura-Light-Delta; e pelo desrespeito e indiferença com relação à população carente.

Quando Costa e Rego (2013) escreveram um artigo falando sobre as hortas de Madureira, alegaram que o governo do Estado do Rio de Janeiro, “ignorando as territorialidades, identidades territoriais e as relações identitárias há décadas ali constituídas e fixadas sobre aquele espaço social pretendia impor seu poder coator, sua ordem superior e findar uma trilha histórica ali materializada espacialmente”.

Outra autora que também confirma o deslocamento das pessoas menos favorecidas por conta das reformas urbanas é Maricato (2013) ao dizer que

As reformas urbanas que foram realizadas entre o final do século XIX e iníciodo século XX, lançaram as bases de um urbanismo moderno "à moda" da periferia, no qual nas obras de saneamento básico e embelezamento paisagístico, implantavam-se as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista, **ao mesmo tempo em que a população excluída desse processo era expulsa para os morros e as franjas da cidade** (Grifos nossos).

Outro relato intrigante da autora que permite a reflexão sobre o que está acontecendo na atual conjuntura urbana no Rio de Janeiro é:

... o desafio proposto no livro estava na requalificação urbana, e para isso precisava dar especial atenção para a ampliação da oferta de moradias novas e reforma das existentes, para atrair a classe média e para manter nesses territórios os moradores dos cortiços que ali residiam. Tratando-se de **contrariar várias tendências dominantes no urbanismo** do final do século XX, **que têm** na cidade do espetáculo, na cidade mercadoria, na cidade empresa **seus nexos centrais, socialmente excludentes** (Grifos nossos).

Santos Junior (2011) considera a cidade como uma arena onde diferentes agentes sociais se confrontam com diversos interesses.

Em relação às favelas, Barreira e Botelho (2013) alegam que se “afastadas dos terrenos mais valorizados da cidade ou, pelo menos, localizadas de forma a não saltar a vista, não são apenas toleradas como até são necessárias”. Corroborando com isso, Fridman (1992) alega em seu trabalho que no contexto de crise habitacional, ao qual passou o Rio de Janeiro em determinados momentos, as favelas não eram o problema, mas sim a solução para a garantia do direito a moradia para a população mais pobre. Essas afirmações ajudam refletir sobre os possíveis motivos da existência da comunidade de Vila das Torres na região durante tanto tempo.

Em relação à aceitação ou não das favelas Brum (2013) afirma que desde o surgimento das mesmas sempre houve setores que tinham a intenção de extinguí-las, mas que por vezes foram toleradas pelo Estado recebendo obras de urbanização de órgãos como Fundação Leão XIII e Cruzada São Sebastião.

Para Fridman (1992) o que estava em jogo para as classes de mais baixa renda era a garantia de ocupar um espaço natural, político e social que possibilitasse sua sobrevivência, sua vida e sua cidadania e não o acesso à propriedade.

Segundo Santos Junior (2011) nossas cidades possuem um modelo de propriedade da terra urbana que impede certos grupos de apropriar-se coletivamente da cidade, ou seja, de ter acesso à moradia e a usufruir do bem-estar proporcionado pelos equipamentos coletivos da cidade. Por mais que os bairros carentes (suburbanos) necessitem de equipamentos de lazer para seus moradores é importante saber quem será o público a utilizar tal empreendimento e quais serão as consequências da implantação do mesmo. Pois como já dito anteriormente, as reformas urbanas são necessárias, entretanto a forma com que as mesmas são realizadas (desrespeitando a legislação vigente) é desnecessária.

Essas ocupações “ilegais”, segundo Maricato (2000a) não são fruto da ação abusiva de lideranças querendo afrontar a lei, mas sim resultado de um processo de urbanização que segregá e exclui. A autora escreve que tal processo tem como características:

- 1) A industrialização com baixos salários versus um mercado residencial restrito – o trabalhador não ganha o suficiente para arcar com as despesas da moradia fixado pelo mercado formal;
- 2) A gestão urbana (Prefeituras e governos estaduais) têm uma tradição de investimento regressivo - as obras de infraestrutura urbana alimentam a especulação fundiária e não a democratização do acesso à terra para moradia, é a valorização das propriedades fundiárias que move e orienta a localização dos investimentos públicos, principalmente a circulação viária; e
- 3) Legislação ambígua – a ocupação de terras urbanas são toleradas em determinadas áreas da cidade, onde não são aplicadas as leis urbanísticas, ou seja, em áreas não valorizadas pelo mercado.

“Não é a norma jurídica, mas a lei de mercado que se impõe, demonstrando que nas áreas desvalorizadas ou inviáveis para o mercado (beira de córregos, áreas de proteção ambiental, por exemplo), a lei pode ser transgredida. O direito à invasão é até admitido, mas não o direito à cidade” (MARICATO, 2000a, p. 161).

## **Minimização dos danos dos deslocamentos involuntários**

Para tentar minimizar os danos causados à população deslocada o Ministério das Cidades emitiu uma portaria (317/2013) que dispõe sobre medidas e procedimentos a serem adotados nos casos de deslocamentos involuntários de famílias de seu local de moradia ou de exercício de suas atividades econômicas, provocados pela execução de programas e ações, sob gestão do Ministério das Cidades, inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

No documento está descrito que o deslocamento de famílias que estejam residindo ou desenvolvendo atividades econômicas nas áreas de intervenção somente deve ser realizado quando imprescindível para:

1. Execução ou complementação de execução de obras voltadas à implantação de infraestrutura;
2. Implantação de intervenções que garantam soluções habitacionais adequadas e urbanização de assentamentos precários.

É permitido o deslocamento com a condição de reposição da moradia para as famílias afetas nos casos necessários para:

1. Eliminação de fatores de risco ou de insalubridade a que estejam submetidas às famílias, tais como inundação, desabamento, deslizamento, tremor de terra, proximidade à rede de energia de alta tensão, ou em solo contaminado, somente quando a eliminação desses fatores não se constituir em alternativa econômica ou socialmente viável;
2. Recuperação de áreas de preservação ambiental ou faixa de amortização, em que não seja possível a consolidação sustentável das ocupações existentes; ou
3. Desocupação de áreas com gravames ou restrições absolutas para fins de ocupação humana, conforme definido em legislação específica.

Mostrando desta forma um avanço na proteção do direito à moradia digna, visto que este é o primeiro ordenamento jurídico brasileiro a regulamentar esse tipo de situação, no

entanto o mesmo necessita ser executado pelos responsáveis por tal procedimento para que a população deslocada obtenha o mínimo de perdas possível.

Como exposto no texto em tela, mesmo com todos os instrumentos urbanísticos criados, em alguns locais da cidade é permitido o não cumprimento dos mesmos, pois são áreas sem valor para o mercado imobiliário. Entretanto, caso esse mesmo local passe a ser interessante aos desenvolvimentistas, devido aos investimentos públicos realizados, iniciasse um processo de renovação “forçada” da população com o aumento do preço dos imóveis e serviços, ou por intervenções diretas – obras de infraestrutura – com a necessidade de remoções. E para que tal empreendimento se legitime, surgem os discursos, dentre eles se destacam, os de ser em prol do progresso da cidade e os de fornecimento da “oportunidade” dos moradores se integrarem à cidade. Contudo, essa integração, que se resume em ser proprietário de um imóvel, só ocorre em regiões periféricas da cidade que não oferecem os serviços que estão sendo criados por tais intervenções.

No subitem que se segue será mostrado como ocorre, em alguns casos, a valorização do solo de lugares antes sem valor para o mercado imobiliário, a partir de investimentos do Poder Público ou privado.

### **2.3. Valorização do solo a partir de grandes empreendimentos**

É notável a elevação do custo de vida em determinada região que recebe algum tipo de investimento urbanístico, seja ele de serviços – hospital – ou comércio – Shopping Center. E essa elevação causa uma alteração da população residente. Atraindo os mais favorecidos economicamente e afastando para áreas mais periféricas da cidade os menos favorecidos.

A atividade produtiva imobiliária não contém as atividades especulativas e desta forma o mercado não se abre para a maior parte da população que busca moradia nas cidades, ela dá absoluta prioridade às classes médias e altas (MARICATO, 2000b). Em outro texto Maricato (2013) escreve ainda que as cidades brasileiras são produtoras de irregularidades, e o que favorece tal situação é a problemática da valorização fundiária e imobiliária que ajuda a definir quem se apropria dos ganhos imobiliários e a definir quem tem direito à cidade ou a “não cidade”.

A autora alega também que não se trata de remeter para a ilegalidade parte da população que não tem acesso ao mercado formal, pois há uma correlação entre lei urbanística e mercado imobiliário, visto que o financiamento se aplica somente aos imóveis legais, com isso dificultando o financiamento de imóveis populares, pois os mesmos não possuem a documentação exigida pelo banco. O que acaba excluindo grande parte da população do acesso a empréstimos destinados à aquisição ou construção de moradia (MARICATO, 2000b).

Outra correlação citada por Maricato (2000b) é a existente entre mercado e gestão pública urbana, pois o controle urbanístico se dá apenas na cidade legal, em áreas que não interessam ao mercado imobiliário, a fiscalização é precária. Nem mesmo em áreas de proteção ambiental, sobre as quais incidem leis federais, estaduais e municipais, a fiscalização e a aplicação da lei ocorrem com mais rigor do que nas áreas valorizadas pelo mercado (o que não significa que haja o máximo rigor).

Quanto a isso, Maricato (2013) versa que o controle da localização dos investimentos públicos é mais eficaz para a democratização da cidade, porque influencia mais o mercado fundiário e imobiliário, do que a arrecadação dos impostos. Além disso, explica também que os investimentos são regressivos, por alimentarem o mercado imobiliário restrito e especulativo ao invés de ampliar as oportunidades de localizações, condições, dentre outras,

para a democratização do acesso à cidade. Sendo essa a marca de um “desenvolvimento urbano dominado pelos interesses privados rentistas e lucrativos, de um lado, e pela ignorância em relação ao assentamento da maior parte da população, de outro” (MARICATO, 2013, p.134).

Para confirmar que as intervenções urbanas causam aumento vertiginoso do valor do solo, Soares (2014) afirma que durante uma intervenção pública uma classe mais abastada consegue a mais-valia econômica (e social), gerada, entretanto muitos acabaram deixando a favela não mais pela intervenção direta dos poderes públicos, mas sim em consequência da especulação imobiliária, como afirma Marisa<sup>114</sup> “*Hoje em dia comprar uma casa aqui (Madureira) perto está muito difícil, as casas estão muito caras.*”

Os abundantes exemplos de leis e planos urbanos que ficaram no papel e que não são seguidas exigem uma nova atitude em relação ao planejamento urbano, porque atualmente parece que os códigos municipais de posturas contribuem para a ordenação do solo de uma parte da cidade, mas também contribuem, ao mesmo tempo, para a segregação espacial (MARICATO, 2003 e 2013). Visto que, os indivíduos removidos/deslocados iniciam um processo de ocupação de áreas rejeitadas pelo mercado imobiliário privado e nas áreas públicas, situadas em regiões desvalorizadas, como dito anteriormente. E a parcela da população local que consegue manter-se permanece no local que passa a receber novos moradores – de classes mais altas.

Corroborando com o exposto e ampliando o debate, Garnier (2013) afirma que quando um bairro entra na moda, faz com que parte dos moradores sejam ‘descartados’. Pois a região ‘melhora’, mas não para todas as pessoas, principalmente as deslocadas. O autor declara ainda que onde há “reforma urbana”, há primeiro uma “renovação” da população local para que os moradores das zonas centrais dos grandes conglomerados urbanos possam exercer sua vocação: se impor como habitantes de “metrópoles” dinâmicas e atrativas.

Garnier (2013) alega ainda que a especulação financeira e imobiliária significa uma mudança, e a chegada de grupos sociais pertencentes às classes assalariadas de maior poder aquisitivo em bairros operários acelera a expulsão e substituição, dos habitantes originais.

---

<sup>114</sup> Entrevista 13 (Moradora).

Os governos municipais deveriam controlar a ocupação do solo, para Maricato (2013) a legislação urbanística deveria estar voltada para o barateamento dos imóveis sempre que possível. Mas diferente do que acontece, sua tolerância e benevolência com a lógica concentradora da gestão pública urbana fazem aumentar o preço dos imóveis e com isso surgir espaços ilegais quando estes não interferem nos circuitos centrais da realização do lucro imobiliário privado. Isso porque essa lógica não admite a incorporação ao orçamento público da imensa massa, moradora da cidade ilegal, demandatária de serviços públicos, segundo Maricato (2003). A autora afirma ainda que essa situação constitui uma inesgotável fonte para o clientelismo político, devido à execução de ações pontuais.

A ocupação ilegal e desorganizada da terra urbana se dá devido à falta de alternativas habitacionais, seja via mercado privado, seja via políticas públicas. Isso porque a orientação dos investimentos públicos se dá beneficiando os governantes do momento, além de haver, segundo Maricato (2003) uma forte disputa pelos investimentos públicos em uma sociedade profundamente desigual e marcada pelo privilegio e pela privatização da esfera pública.

Maricato (2013, p.83) afirma ainda que a “ilegalidade é tolerada porque é válvula de escape para um mercado fundiário altamente especulativo”.

O desenvolvimento urbano includente exige que se atue em dois eixos: urbanizar e legalizar a cidade informal conferindo-lhe melhor qualidade e o *status* de cidadania e produzir novas moradias para aqueles que, sem outras saídas e recursos técnicos ou financeiros, invadem terras para morar (MARICATO, 2003).

Na capital, o problema tem se agravado com a alta valorização dos imóveis, especialmente em função da elevada especulação imobiliária impulsionada pelos megaeventos esportivos, sob aval do Poder Público local. A alta dos alugueis atinge todas as classes sociais, porque a especulação imobiliária feita pelas empreiteiras está sem qualquer controle.

Para exemplificar a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) anunciou em Janeiro de 2013 que o preço médio dos imóveis na capital carioca foi de R\$ 8.358, contra R\$ 8.143 no Distrito Federal e R\$ 6.806, em São Paulo. Entre os imóveis vendidos, a valorização do metro quadrado foi de 116,60 %, entre os anos de 2010 e 2012. Para os imóveis alugados, a valorização foi de 68,50 % no mesmo período, a maior valorização no país.

O Poder Públco para permitir a implantação dos megaprojetos na cidade, e assim impulsionar a valorização na área de intervenção utiliza-se de vários argumentos e estratégias independente da legislação vigente. Tais argumentos e projetos serão mostrados no capítulo que se segue, assim como a problemática que a Agricultura Urbana sofre devido à expansão urbana e especulação imobiliária.

## Capítulo III

### Conflitos e Resistência em face da ação governamental

*“Ideológica e culturalmente todas as classes sociais anseiam pela propriedade da habitação, daí a possibilidade de cooptação, pelo Estado, a partir de seu acesso”.* Fania Fridman

O capítulo que se segue apresentará alguns argumentos governamentais utilizados durante o processo de remoções das famílias para a construção do Parque Madureira e que geraram conflitos de ideias entre os atores (moradores/agricultores *versus* gestores) envolvidos, seja para apresentar o projeto, seja para convencê-los a deixar a comunidade; as ameaças sofridas pelos moradores/agricultores; demonstrará quais as lembranças que os moradores registraram do processo de saída da comunidade; a falta de orientação jurídica para se articularem em benefício próprio e a tal “ajuda de custo” dada aos comodatários; relatará algumas problemáticas geradas devido à expansão urbana sobre áreas antes agrícolas; e como está a valorização imobiliária no bairro Madureira.

Esse capítulo tem o papel na pesquisa de trazer à tona que os agentes públicos se utilizaram de diversos discursos, independente de qualquer situação, para chegarem aos seus objetivos que estão ligados aos dos grandes empresários, que obtém lucros a partir dos instrumentos públicos implementados em bairros antes sem valor, o que faz gerar aumento do valor do solo urbano e consequentemente mais receita para os mesmos.

### ***3.1. Argumentos governamentais apresentados***

Os argumentos que se destacaram durante a pesquisa de campo foram o tempo anterior de interesse pela área e a necessidade de incorporar os moradores à cidade, para isso necessitou convencê-los, dentre outras estratégias a partir de ameaças, que tal atitude era a melhor solução para todos. Como será mostrado.

#### **3.1.1. Tempo anterior de interesse pela área**

Já foi demonstrado nas páginas anteriores que a prática agrícola era parte do modo de vida dos agricultores da comunidade de Vila das Torres, contudo a forma com que as mudanças aconteceram na vida deles em curtíssimo espaço de tempo demonstra a clara invisibilidade desta prática como modo de vida.

A Agricultura Urbana quando praticada para dar subsistência, seja a partir da renda direta – venda, seja da renda indireta – economia gerada por não comprar os gêneros, geralmente é realizada por pessoas pobres, o que faz com que tal prática fique muito mais vulnerável, visto que sua reprodução está permanentemente sob pressão da expansão urbana e especulação imobiliária, como será mostrado mais adiante. E essa vulnerabilidade pode ser notada quando, no caso em questão, o Governo apresentou o interesse pela área, usou de seu poder para legitimar suas ações, que se coadunam com os desejos da especulação imobiliária, e retirou às famílias da região e junto com elas suas hortas.

Habermas (1980) versa que a cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante, alegando que “a cultura que une é também a cultura que separa e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante”.

Não são apenas os indivíduos pobres que realizam AU, logo quando me refiro a ela ligada à pobreza, deixo claro, que é específico do grupo estudado e de alguns indivíduos pertencentes ao mesmo, visto que com o passar do tempo alguns conseguiram se estabilizar economicamente mantendo uma renda que supria todas as suas necessidades essenciais. Isso foi constatado quando O senhor Agripino<sup>115</sup> disse que tudo que conseguiu na vida foi a partir

---

<sup>115</sup> Entrevista 7 (Apenas Agricultor).

da renda obtida com a horta, dentre essas coisas estavam sua casa própria fora da comunidade, a criação e o estudo de suas duas filhas, ambas com ensino superior “...*tudo que eu tive na minha vida, tudo que eu construí foi através disso, da horta*”.

Mesmo a área sendo produtiva e tal atividade fazendo parte do modo de vida dos agricultores, sempre houve por parte do Governo e alguns empresários de Madureira uma demanda pela região. E isso ficou explícito em diversas conversas, nas quais os gestores entrevistados alegaram que sempre houve interesse pela área, entretanto os projetos nunca saiam do papel.

Úrsula<sup>116</sup> disse que a associação comercial de Madureira junto com a *Light* entrou em contato com a Prefeitura para apresentar um projeto de uso do espaço. Já Ana Sofia<sup>117</sup> alegou: “*No início a Light pressionou o Prefeito da época (2004-2008) para tirar as pessoas de lá da horta. E depois veio a construção do Shopping Madureira e as pessoas envolvidas lá também estavam pedindo para tirar a horta dali.*”

Devido esse interesse pela área sempre houve boatos de intervenções, entretanto nenhum projeto era implementado e nenhum órgão chegava junto aos moradores/agricultores para explicações e concretização de alguma obra, por motivos que não foram detectados na presente pesquisa, e isso fazia com que não fossem levados a sério os boatos de saída da comunidade e não renovação do contrato dos agricultores com a *Light*. A comunidade achava que todos os boatos surgidos não passavam de discursos políticos para angariar votos.

Contudo, quando perceberam que verdadeiramente aconteceriam as obras na região, os mesmos não tinham informações sobre o projeto a ser implantado. Não houve uma preocupação por parte das autoridades em esclarecer à comunidade o que de fato ocorreria na região. Então, como os boatos faziam parte da rotina deles, eles não levaram em consideração as informações passadas de um a outro. Foi aí que os moradores começaram a ouvir que nem toda comunidade de Vila das Torres seria removida. Os técnicos responsáveis pela remoção passavam a informação que boa parte das casas continuariam, e que nem toda a horta seria retirada, somente os comodatários dos terrenos de baixo não renovariam os contratos. E essa troca de informações desconectadas da real intenção da Prefeitura em relação à área, fez com que a comunidade fosse dividida e alguns indivíduos acreditassesem que não seriam retirados

---

<sup>116</sup> Entrevista 21 (Gerente de Urbanismo)

<sup>117</sup> Entrevista 20 (Assistente Social).

do local, só percebendo a necessidade da saída no momento das negociações, dentro da sede da Prefeitura, dificultando assim sua adaptação e aceitação da remoção.

Um dos discursos que foram utilizados para a remoção das famílias de Vila das Torres foi a necessidade de desenvolvimento da área, em prol do progresso do bairro e dos moradores, pois o primeiro receberia obras de infraestrutura e melhoramento e os últimos seriam incorporados a cidade a partir da obtenção de uma casa própria e legalizada dentro dos padrões urbanísticos da cidade legal.

### 3.1.2. Integração à cidade

Toda remoção realizada tinha o objetivo de normalizar o espaço urbano, já que a presença dos moradores da comunidade, que enquanto necessária para disponibilização de mão de obra barata era tolerada, passou a não ser mais aceita na localidade. E tal transferência, segundo alguns gestores, era considerada uma nova etapa na vida dos moradores da comunidade e a saída deles se fazia necessário para sua incorporação à cidade.

Para Brum (2013) as remoções serviriam para regenerar os favelados em novos ambientes e localização na cidade que seriam mais adequados a eles. Tendo a questão da ilegalidade da posse da terra, a base de toda argumentação. Assim, a promoção social do favelado deveria passar, necessariamente, pela sua elevação à condição de proprietário.

Tal argumentação foi percebida com Ana Sofia<sup>118</sup>, quando perguntado qual o sucesso do trabalho realizado junto à comunidade, respondeu: “*O sucesso foi a gente ter certeza que o que nós fizemos foi o melhor que a gente tinha para oferecer para salvar as pessoas da condição de risco extremo. Porque você tirar uma família de uma situação complicada e leva-la para uma área formal da cidade, onde as pessoas vão resgatar sua cidadania, na questão de ter endereço, morar numa área formal, ter escritura do imóvel que recebeu, ele vai viver como cidadão comum da cidade, se morrer os pais, os filhos estão amparados legalmente, porque aquilo é herança, é formal, é legal, para seus descendentes. E esse é o maior ganho que a gente pode ter*”.

Deixando claro desta forma que o discurso de retirar o indivíduo favelado do local de moradia e inseri-lo à cidade, ou seja, a favela não faz parte da cidade, continua sendo

---

<sup>118</sup> Entrevista 20 (Assistente Social)

utilizado, disseminado e aceito pela sociedade. Utilizam como argumento o fato de ter um endereço, como se na favela não tivessem serviços de correios, ser uma situação primordial para o bem estar do morador. Entretanto, para o indivíduo se sentir integrado à cidade, ele precisa de muito mais serviços básicos e essenciais (Escola, Hospital, Água, Luz entre outros) que um papel alegando ser proprietário de tal imóvel. Não que tais serviços não sejam oferecidos nas favelas, pois já foi mostrado no capítulo anterior que o governo por diversas vezes reconheceu a presença da mesma disponibilizando serviços essenciais, como água e luz.

Em alguns momentos da conversa foi possível perceber que Parco<sup>119</sup> considerava que os agricultores e moradores da comunidade não estavam acostumados a viver a vida urbana, e para ele viver essa vida incluía o pagamento de taxas residenciais, como mostra em sua fala: “Ali (na vila) você não paga luz, não paga água, não paga IPTU, você vive há 40 anos assim, ai você vem e dá uma casa fora dali para eles pagarem tudo isso, eles não vão querer. Infelizmente o cara não tem essa cultura”.

O problema em questão não é não ter cultura para pagar as taxas “legais”, mas sim a forma como elas são cobradas em desacordo com o salário recebido pelos mesmos, como mostrado no primeiro capítulo do texto. Pois se é uma política habitacional para pessoas de baixa renda, de zero a três salários mínimos, os serviços como água, luz e gás devem ser cobrados com os mesmos inclusos nas tarifas sociais existentes para que não ocorra a inadimplência. Caso contrário, os problemas financeiros vão aumentar drasticamente para os moradores do conjunto habitacional ao invés de melhorar.

### 3.1.3. O convencimento

Para que os moradores aceitassem as negociações a Prefeitura usou alguns argumentos e se aproveitou da situação momentânea para convencer os moradores. A Assistente Social disse que o maior desafio do trabalho deles na comunidade foi convencer os moradores a sair do coração de Madureira para um bairro distante, Realengo e Campo Grande, que não ofereciam os mesmos serviços que o bairro de origem. Ainda mais sabendo que sairiam para construção de um Parque.

Nessa direção, pode ser útil recorrer à Gramsci, como o fez Silva (2012) ao analisar a questão do convencimento, mostrando em seu texto que o mesmo representa um dos

---

<sup>119</sup> Entrevista 19 (Gestor Parque).

instrumentos para que a classe ou grupo dominante da sociedade capitalista exerça seu domínio, sendo este não apenas capaz de impor esse domínio, mas também fazer os demais grupos sociais aceitarem-no como legítimo.

Para convencer os moradores/agricultores a Assistente Social utilizou como argumento o risco de morte, já que tinha ocorrido chuva forte dias antes do início dos trabalhos de cadastramento, chuva esta que fez transbordar o rio e inundar algumas casas. Além das chuvas, usou como argumento o comprometimento do padrão construtivo das casas e a proximidade com a linha do trem. Os moradores que residiam em casas que não ficavam próximas a linha férrea foi mais difícil o convencimento dos moradores, segundo Ana Sofia<sup>120</sup>. Conforme sua fala:

*“calhou da semana que nós entramos na comunidade, ter chovido muito e o rio transbordou e entrou nas casas, ai a situação foi ficando complicada, ai o barranco foi desmoronando, ai existia o risco de cair no rio ou na linha do trem. Esse foi o caminho que nós encontramos para convencer as pessoas a aceitarem... E os que estavam numa situação de menos risco, tinham umas casas boas, ai, ali foi mais complicado convencer as pessoas a sairem, ai, eles receberam indenizações”.*

Além de usar o argumento do risco de morte dos moradores Ana Sofia<sup>121</sup> também se organizou para levar os moradores para conhecer os apartamentos alegando que os mesmos eram grandes, bons, o condomínio era bonito e bem tratado, os custos seriam reduzidos e que seriam proprietários dos imóveis. Mas mesmo com esses argumentos reconheceu que a falta dos serviços públicos como escola, hospital, comércios em geral dificultou o convencimento das pessoas. Como mostra em sua fala: *“nós levamos os moradores para conhecer os apartamentos, nós fizemos esse trabalho de mostrar que lá era tudo bem tratado. Mas o grande desafio foi esse, escola, posto de saúde, comércio e serviços, que não tinham, ai foi difícil para convencê-los”*.

Outra forma de convencer os moradores a sair da comunidade foram as propagandas midiáticas. Entretanto, essa forma já foi usada em outras situações de remoções como conta Brum (2013 p. 185)

---

<sup>120</sup> Entrevista 20 (Assistente Social).

<sup>121</sup> Entrevista 20 (Assistente Social).

“Os governos Federal e Estadual investiam maciçamente na propaganda da casa própria e das vantagens em serviços e urbanização que os conjuntos apresentavam. Um dos pontos mais incisivos para defesa do programa de remoção por parte das autoridades: de que os favelados teriam (e queriam) a casa própria”.



**Figura 14. Propaganda do Programa Minha Casa Minha Vida veiculado pela Caixa Econômica Federal.**

Fonte: <http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx>

A figura 14 mostra que tal estratégia, vantagens e desejo de se ter uma casa própria por parte da população pobre, ainda é utilizada nos meios de divulgação do Programa do Governo. E na atual fase de remoções constantes pelo Brasil.

Não foram apenas essas estratégias utilizadas para convencer os indivíduos, a Prefeitura também tentou fazer com que Prestes<sup>122</sup> convencesse os moradores a saírem o quanto antes da comunidade, mediante uma gratificação como: “*ofereceram dois apartamentos, a sindicância lá de Realengo e mais a indenização da minha casa*”. Tal situação é confirmada quando o gestor do Parque alega que para convencer os moradores primeiramente é necessário descobrir quem é a liderança da comunidade e “conversar” com elas.

<sup>122</sup> Entrevista 18 (Presidente da Associação).

O medo, a falta de tempo hábil para se organizar e desconhecimento da legislação ao seu favor, podem ter sido os motivos que contribuíram para que as pessoas (a grande maioria) não entrassem em conflito com a Prefeitura após o anuncio da implantação do Parque na localidade. Foi notável também que tinham outros motivos para o não conflito, em relação às hortas, vide a fala de Mario Augusto<sup>123</sup>:

*“A tentativa de nos organizarmos não deu certo, porque algumas se beneficiam e outras não, pois alguns que entraram nessa briga viram depois que isso não ia dar certo porque a Light deixou bem claro que se alguém entrasse na justiça contra ela não seria favorecido mais para frente em nada (se referia aos terrenos), então eu não briguei com ela, vi que não seria legal porque eu precisava do terreno dela para trabalhar, e depois com o tempo ela me cedeu outro terreno em Colégio, o que tenho hoje para plantar, toda plantação de horta aqui no Rio de Janeiro se resume a terrenos da Light, toda faixa da Light tem plantação. Hoje no Rio de Janeiro não tem plantação senão nos terrenos cedidos pela Light, por isso precisava dela”.*

Isso revela que os agricultores não entraram em conflito para reivindicar a sua permanência, ou melhor, indenização devido às benfeitorias (plantação, casa, poços entre outros) realizadas no terreno, pois não tinham outro lugar para plantar no município do Rio de Janeiro a não ser os terrenos da empresa. E caso tivessem algum desentendimento com a mesma perderiam a possibilidade de dar continuidade a prática que já é pressionada pela expansão urbana.

Outra forma de convencer as pessoas foi proporcionar uma situação difícil para os moradores, viver nos escombros. E essa foi a situação que mais mexeu com eles, porque as famílias que aceitavam as negociações tinham suas casas imediatamente derrubadas, logo a luz e água eram cortados, e esses cortes e derrubadas sempre implicava nas casas vizinhas que ficavam com suas estruturas, já frágeis, abaladas. Além disso, ocorriam infestações de pragas urbanas (ratos, baratas, moscas entre outros) e invasão para saques as casas por dependentes químicos. Isso fez com que a aceitação do acordo dos que tinham a intenção de resistir para receber melhores indenizações, já que não tinham mais apartamentos disponíveis, se tornasse inevitável.

---

<sup>123</sup> Entrevista 3 (Morador/Agricultor).

Um dos exemplos de imposição de poder por parte do Poder Público para com os moradores foram as ameaças realizadas para que os mesmos aceitassem a quantia – pequena – oferecida pela indenização da casa ou a ida ao apartamento. Como será mostrado.

### 3.1.4. As ameaças

Durante as conversas foi constatado em diversos depoimentos que os moradores foram ameaçados pelos técnicos responsáveis pelo processo de retirada dos moradores.

Marisa<sup>124</sup> disse: “*Eles disseram que já tinham esperado demais e que iam colocar a casa abaixo com nós dentro se não saíssemos. Teve um cara da Prefeitura, o beltrano, disse que eu ia morar embaixo da ponte. Eles não têm ética não, tem estudo, mas são tudo mal educado. Tinha um moço dizia que a gente estava tendo o que merecia. Ele colocava muito terror nas pessoas*”.

Prestes<sup>125</sup> alegou: “*Eles obrigavam as pessoas a aceitarem a indenização e às vezes as pessoas queriam ir para o apartamento. Eles ofereciam um valor baixíssimo pela casa, e dizia que se a pessoa não aceitasse que ia parar um caminhão na porta dela e levar as coisas dela para um depósito público, ela ainda teria que pagar a diária, que ia depositar o dinheiro dela em juízo, e que ia derrubar a casa dela, ai a pessoa se desesperava e aceitava. De dez conversas na secretaria de habitação, as dez não concordam, mas três negociam por medo, porque viam que já estava acontecendo diversos assaltos, invasões e tudo mais, e o restante não*”.

Monalisa<sup>126</sup> informou: “*Quando a gente entrava na Prefeitura para conversar com eles sobre a avaliação da casa, parecia uma lavagem cerebral. Entravamos vestidos e saímos pelados. Eles falavam um monte, ‘ah que vocês têm que sair logo, e de qualquer jeito, porque senão o trator vai chegar lá vai derrubar e vai ser assim mesmo. Querendo ou não é melhor aceitar’. Teve uma vez que eu só saí da Prefeitura dez e pouca da noite com minha filha, porque disse que só sairia de lá quando minha filha ganhasse os direitos dela porque ela tem Déficit de Atenção*”.

---

<sup>124</sup> Entrevista 13 (Moradora).

<sup>125</sup> Entrevista 18 (Presidente da Associação).

<sup>126</sup> Entrevista 6 (Moradora).

Tais depoimentos foram expostos em sequência para que o leitor possa perceber o quanto ruim foi para os moradores passar pelo processo de remoção da comunidade, sem possibilidade acordo ou conversa, restando somente às imposições da Prefeitura para que aceitassem a qualquer custo o oferecido e saíssem do local para dar prosseguimento às obras que precisava ser inaugurada no ano de 2012, eleições municipais, porque o mesmo tinha tomado à implantação do Parque como política de governo.

O conflito para reivindicar melhores indenizações iniciou quando os moradores perceberam que as intervenções prometidas – não retirada de toda comunidade e nem de toda horta, realocação dos moradores no próprio bairro, indenizações compatíveis com o mercado imobiliário do bairro – pela Prefeitura não seriam efetivadas.

### 3.1.5. Alterações no projeto

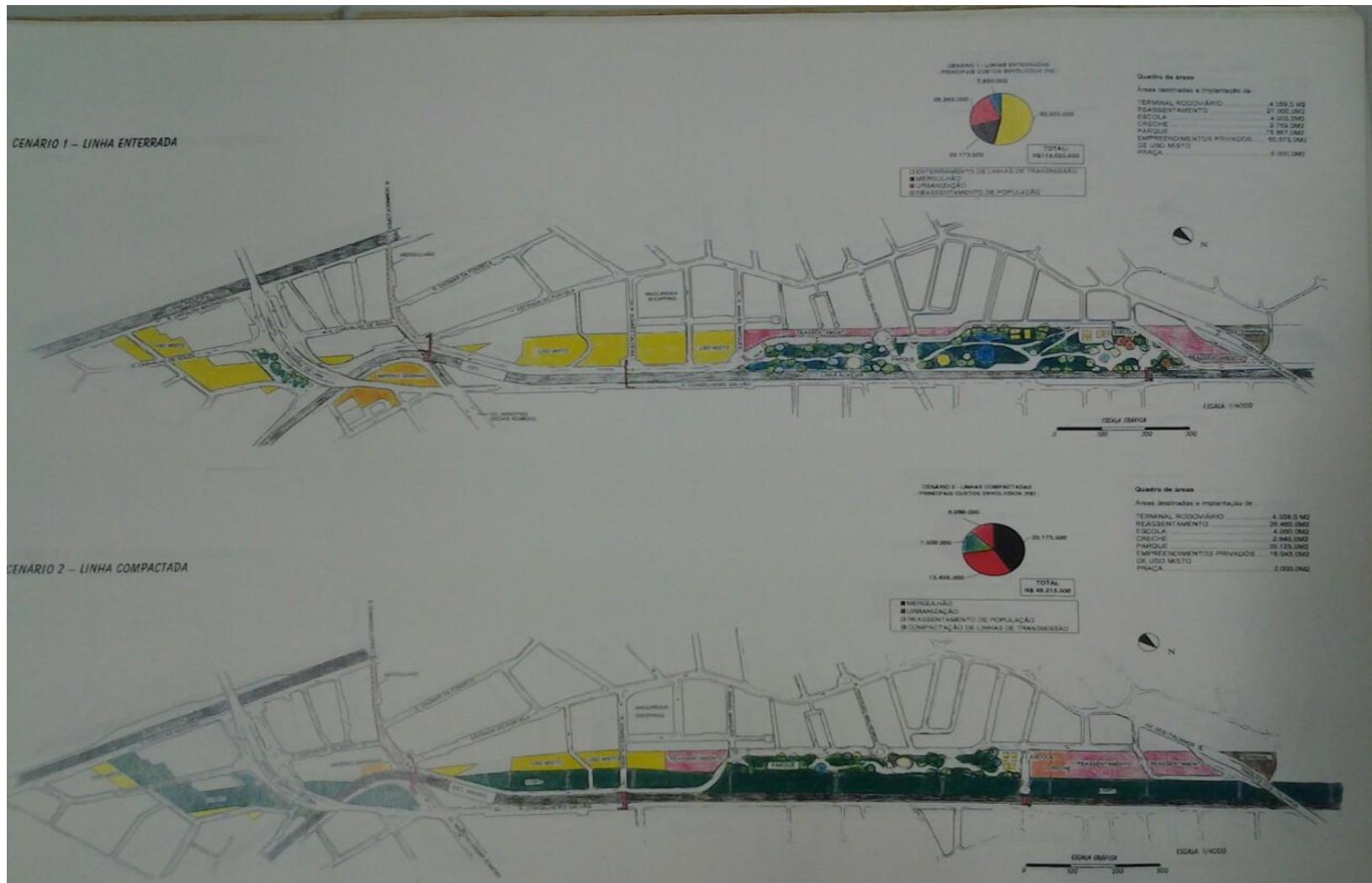
Como mostrado diversas entidades já apresentavam interesse pela área em questão e durante os anos de acordo, entre as esferas governamental e empresarial do bairro, diversos projetos para serem implementados na área foram elaborados. No ano de 2009, um desses projetos elaborados foi apresentado à comunidade, alegando que seriam obras de melhorias para o bairro. No entanto, o projeto apresentado não foi implementado e a partir desse momento os interesses dos atores sociais envolvidos no processo seguiram pontos contrários. Como será mostrado.

Apesar de ter sido mostrado, anteriormente, que a Prefeitura realizou uma pesquisa em 2003 no bairro com o intuito de colher dados qualitativos para construção do Parque Madureira o primeiro contato do Governo Municipal junto à comunidade, a fim de apresentar o projeto de implantação do empreendimento, só ocorreu em 2009. Para isso o mesmo realizou um show, com celebridades musicais, na entrada da comunidade. O então Prefeito da gestão de 2008-2016, o Presidente do Grupo *Light* e alguns representantes da construtora MRV e Gafisa apresentaram o projeto de implantação do Parque e afirmaram que a comunidade não seria retirada do local e que reservariam um espaço para as hortas dentro do Parque. Mas o projeto foi alterado algumas vezes. Na pesquisa conseguiram-se dois projetos anteriores e ambos constavam o espaço reservado para horta e moradias. Como se segue.

O primeiro projeto encontrado, na Secretaria de Urbanismo<sup>127</sup>, para a área durante a pesquisa data do ano de 2000. Na planta, exibida na figura 15, consta que o projeto abrangeia um espaço para um terminal rodoviário, para **reassentamento dos moradores**, para escolas e creches, para um parque, empreendimentos privados de uso misto e uma praça. Nesse uso misto entende-se uso urbano e agrícola.

---

<sup>127</sup> Entrevista 21.



**15. Planta do primeiro projeto para a área em questão.**  
Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU).

Outro projeto de intervenção para a área foi encontrado no Instituto Pereira Passos, sendo ele uma proposta elaborada como resultado da pesquisa realizada em 2003 pelo mesmo Instituto no bairro de Madureira. Revelando mais uma vez que a não manutenção dos moradores na região foi algo novo no projeto.

Como mostra a figura 16, a intervenção urbanística (compactação das torres de transmissão da *Light* em Madureira) para liberação do terreno permitiria a criação de áreas destinadas ao desenvolvimento imobiliário em usos mistos; formação de um Centro Cívico; Parque público com áreas arborizadas; **Programa de habitação social atendendo as ocupações irregulares** (comunidade de Vila das Torres) ao longo da Linha Férrea, com programas de reassentamento; Implantação de um Terminal Rodoviário organizando as linhas de ônibus que fazem ponto final no entorno do Madureira Shopping; e a reestruturação do sistema viário local (IPP/SMU, 2003).



**Figura 16. Planta do segundo projeto para a área em questão.**  
Fonte: Instituto Pereira Passos.

Como dito ambos os projetos permitiriam a construção de moradias para os moradores da comunidade, mas nenhum deles foram implantados, a justificativa para tais decisões surgiu durante a conversa com a Úrsula<sup>128</sup> na qual a mesma alegou que as alterações tiveram como justificativas as demandas de governo: “*foi alterado por conta de diretrizes do governo. Antes se tinha uma premissa que era para fazer metade parque metade horta e área habitacional, escola, creche, reassentamento dos moradores próximos à linha férrea. Mas o prefeito de 2004-2008 mudou o projeto e na atual gestão de 2008-2016 o prefeito também mudou e quis que fosse somente área de lazer e não tivesse área habitacional nenhuma... O prefeito de 2008-2016 trouxe para ele como uma questão de governo implantar o parque, mas sendo somente área de lazer. Porque existe uma demanda muito grande de área de lazer na zona norte*”.

Projeto de reassentar os moradores na área tinha, no entanto foi apresentado para a população, mas não foi implantado por diretrizes de governo do prefeito da gestão de 2008-2016. A falta de área de lazer para a região, também foi utilizada como argumento para iniciar as obras e construir o Parque. O Parco<sup>129</sup> disse: “*O fato de aqui nessa parte da zona norte não ter nada, só as escolas de samba e o clube do Madureira que não são públicos*”.

No entanto, ao longo da pesquisa foi notado que o interesse maior era criar condições para que empreendimentos comerciais fossem iniciados no bairro. Como dito anteriormente, desenvolvimento para os desenvolvimentistas. Pois foi disponibilizada uma parte do terreno que possuíam as hortas para a construção de um prédio comercial financiado pelo bando Bradesco. Como pode ser visto nas fotos da figura 17.

---

<sup>128</sup> Entrevista 21 (Gerente de Urbanismo).

<sup>129</sup> Entrevista 19 (Gestor do Parque).



**Figura 17. Foto A: Salas comerciais sendo construídas no terreno que possuía hortas atrás do Madureira Shopping. Foto B: Placa de identificação da obra.**  
Fonte: pesquisa de campo.

Para mostrar que a proposta apresentada à comunidade não foi a implantada será mostrado um documento de divulgação, na figura 18, elaborado após uma reunião do presidente da extinta associação dos moradores de Vila das Torres com o secretário de habitação da época. Nesse documento consta que seria construído uma via expressa – RJ-081 – vulgarmente conhecida como *Via-Light*, praças e postos médicos e apartamentos para moradores que tivessem suas casas demolidas.



**Figura 18. Documento elaborado após uma reunião da Prefeitura com os moradores da Vila das Torres.**

**Fonte:** Ex-presidente da Associação dos Moradores.

Na época, em 2009, o presidente da associação dos moradores de Vila das Torres alegou que a conversa com os responsáveis pela obra era para saber o que aconteceria na região e não para reivindicar alguma coisa, visto que não foram dadas informações claras sobre o caso. Nota-se que nesse momento outro agente público aparece durante as negociações com os moradores da Vila, nesse caso o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Ao longo de uma das conversas com o Prestes, ele contou que depois dessa reunião na Prefeitura fez outra com os moradores para comunicar o interesse da Prefeitura pela área. Somente depois desse episódio que a Prefeitura chegou à comunidade com um show e informou que seriam realizadas obras de melhorias no bairro e foi durante os acordos já na Secretaria de Habitação que os moradores ficaram sabendo que sairiam de suas casas para dar

lugar a uma área de lazer, como informou Moacir Alaor<sup>130</sup> “*na verdade ninguém imaginou que ia ser aquilo ali não*”

E foi perceptível durante as conversas que essa situação, apresentar um projeto e realizar outro, foi o que mais incomodou e feriu os moradores da comunidade, como revela a fala de Moraes<sup>131</sup> “*Prometeram uma coisa e não fizeram. Isso foi o mais triste, foi o que colocou a gente no chão. Eles disseram que iam montar os prédios lá, ai a gente se abestalhou, acreditou, e ai eles começaram a retirar, mandar a gente lá para Realengo, campo grande ou dar dinheiro*”.

Pode ter sido também este o motivo pelo qual os muitos moradores não conseguiram se organizar em tempo hábil para reivindicar sua permanência no bairro ou uma melhor indenização. E os primeiros a aceitarem as negociações receberam valores baixíssimos, alguns no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais) como foram constatados em alguns documentos analisados na pesquisa de campo, ou foram para o PMCMV-Realengo, como a maioria, contra sua vontade, como mostrado no capítulo anterior.

Os últimos a saírem da comunidade conseguiram receber melhores indenizações, mas mesmo assim algumas não foram suficientes para que conseguissem comprar uma casa no mesmo bairro, visto que o mercado imobiliário estava em alta devido às intervenções, como o corredor expresso BRT-TransCarioca e o próprio Parque Madureira.

Diante do exposto, nota-se que a remoção dos moradores da região não correspondeu à necessidade de implantação do Parque Madureira, visto que os projetos iniciais e apresentados os incluíam. Mas sim, a escolha do bairro como local de estratégia para o capital imobiliário. Como mostrado na figura X que foi disponibilizado uma área, antes ocupada por hortas, para a construção de um prédio comercial financiado pelo bando Bradesco.

No subitem que se segue serão demonstrados alguns relatos sobre as lembranças que restaram do processo; a problemática da falta de orientação jurídica por parte do poder público, o qual é garantido por lei a todos os brasileiros e a tal “ajuda de custo” por deixarem o local de trabalho.

---

<sup>130</sup> Entrevista 14 (Morador/Agricultor).

<sup>131</sup> Entrevista 12 (Morador).

### **3.2. Remoções e inconvenientes**

De todas as lembranças da remoção, a falta de orientação jurídica e a não indenização de alguns comodatários foram situações que mais ficaram na memória dos moradores da comunidade. Como será demonstrado.

#### **3.2.1. Lembranças**

Depois do show na entrada da comunidade para comunicar os moradores sobre o início das obras o Presidente da Associação realizou um encontro dos residentes com o Secretário de Habitação da época para melhores esclarecimentos, somente a partir disso que foi dado início a realização do cadastro social junto à Prefeitura. Como o próprio Prestes<sup>132</sup> disse: “*Só depois que eles disseram que ia ser feito tudo com muita dignidade e respeitando a lei orgânica do município que nós abrimos a comunidade para eles chegarem lá e pichar as casas, que é colocar o número. Eles mediram, tiraram fotos, fizeram o cadastro social e tudo mais*”.

Quanto à realização do cadastro social e medição das casas obtiveram-se diversos depoimentos alegando que apareceram muitas pessoas da Prefeitura de uma vez só para entrar nas casas; alguns moradores não permitiam a entrada dos funcionários da Prefeitura; que o processo ocorreu muito rápido; que muitas pessoas passaram mal naquele momento; que foi nesse período que perceberam que sairiam da comunidade de verdade, ou seja, que não eram mais boatos ou discursos políticos; alguns moradores ficaram tão apreensivos com a situação que não quiseram participar das negociações, deixando por conta dos outros parentes; segundo alguns moradores não eram todos os funcionários que estavam identificados; no fim do processo quando muitas pessoas já tinham aceitado o acordo e saído da comunidade, restando apenas alguns que reivindicavam melhores indenizações a Prefeitura passou a trabalhar com a polícia militar e guarda municipal, entre outros agentes para coagir a população.

A Associação dos Moradores teve uma atuação fundamental durante o processo, a fim de orientar da melhor maneira os moradores. Depois das marcações (sigla da SMH que representava que a pessoa sairia da sua residência, conforme mostrado na figura 19)

---

<sup>132</sup> Entrevista 18 (Presidente da Associação).

realizadas nas residências com os dados das pessoas começaram as convocações para ir à Prefeitura negociar as indenizações ou realocações.

As marcações nas residências eram uma forma de coisificar as pessoas, pois os mesmos não eram identificados por seus nomes e sim por seus números, como contou Moraes<sup>133</sup> “*Quando a gente chega lá (Prefeitura) eles perguntam nossa SMH, eles não perguntam nosso nome diretamente*”.



**Figura 19. Marcações da Secretaria Municipal de Habitação nas casas a serem removidas.**

Fonte: Pesquisa de campo.

Desta forma, pode-se fazer uma associação para mostrar que desde a época do Brasil Colônia os moradores que perdiam suas casas tinham as mesmas marcadas com algumas iniciais. Antigamente tais marcações foram realizadas devido à vinda do Príncipe Regente (PR) para o Brasil. Nas casas as iniciais eram PR que ficou popularmente conhecido como “Ponha-se na Rua” ou “Prédio Roubado”. Hoje em dia, a sigla SMH encontradas nas casas que foram ou serão desapropriadas, como mostrado na figura 19, é popularmente conhecida como “Saia do Morro Hoje”.

Coisificar é reduzir uma pessoa, com todo o seu universo, a uma única coisa, no caso em questão a um número e, tratá-la como se não houvesse mais nada além do número recebido durante a pesquisa social da Prefeitura. Usar esses números é qualificar a pessoa com um todo por uma única característica.

A partir de então, as pessoas foram sendo removidas de acordo com a aceitação ou não da negociação. Os primeiros a aceitarem foram para os apartamentos conforme os documentos eram aceitos pela Caixa Econômica Federal, a mudança era realizada em um caminhão da empresa Comlurb (presta serviço de coleta de resíduos urbanos, lixo em geral), a cada mudança era levado de quatro a cinco famílias dentro de um mesmo caminhão para o PMCMV-Realengo.

---

<sup>133</sup> Entrevista 12 (Morador).

Segundo a própria Ana Sofia<sup>134</sup>, como mostra em sua fala “*Foi assim, a gente ia montando os dossies, e à medida que os dossies foram sendo aprovados na caixa econômica, a gente colocava os caminhões e já começava a fazer a mudança, e ai já vinha uma outra equipe para quebrar as casas. Foi assim, vai para o apartamento a gente faz a mudança, e quebra as casas, foi nesse sistema. Só os casos de indenizações que demorou um pouco mais. Mais não demorou muito porque o PMCMV lá em Realengo já estava pronto, então foi mais rápido*”.

Quebrar as casas vizinhas foi uma maneira de forçar os moradores a sairem o quanto antes da comunidade, pois muitas pessoas não conseguiam ou não podiam viver em meio aos escombros, com diversas pragas urbanas, umas por problemas de saúde outras por idade. Essa situação dava uma ideia para eles de abandono, como revela Micaela<sup>135</sup> “*A gente resistiu. Todo mundo saiu e nós ficamos abandonados lá*”. As invasões das casas por moradores de rua e dependentes químicos geravam desespero informou Prestes<sup>136</sup> “*as pessoas foram levadas pelo desespero, pelo medo, porque depois que começou as desapropriações as casas eram invadidas, então as pessoas não podiam mais ficar lá naquela situação aí era obrigada a aceitar qualquer coisa, tinham muitos idosos também*”.

Todos os entrevistados relataram que enquanto tiravam suas mobílias da casa, uma equipe já estava cortando a luz e a água e, assim que acabavam a mudança um trator da Prefeitura a derrubava. Alguns não tiveram tempo nem para retirar tudo que desejava da casa por conta da pressão com o trator ligado na sua porta. “*Muitas coisas que tinha na casa que dava para aproveitar (ferramenta, porta, torneira, box do banheiro) eu não tive tempo de tirar, pois eu estava tirando meus moveis, minhas coisas ainda para o lado de fora e a máquina já vinha derrubando a minha casa, aquilo foi muito traumatizante, eu fui uma das ultimas a sair de lá, tive que atravessar tudo com a máquina derrubando minha casa.*<sup>137</sup>

Na comunidade, como já dito antes, seu padrão de construção era comprometido, então essa situação de derrubar a casa do morador que aceitou comprometeu mais ainda a estrutura da casa da pessoa que desejava resistir por melhores indenizações. Tiveram vezes que o morador vizinho aceitava a negociação e outro não e, o trator tentava derrubar a casa

---

<sup>134</sup> Entrevista 20 (Assistente Social).

<sup>135</sup> Entrevista 11 (Moradora).

<sup>136</sup> Entrevista 18 (Presidente da Associação).

<sup>137</sup> Entrevista 1 (Moradora/Agricultora).

que tinha aceito só que a acabava derrubando a do morador que não tinha aceito também forçando a pessoa a aceitar. Como mostra a fala da Marisa<sup>138</sup>: “*A casa da minha irmã que era atrás da minha, ela aceitou primeiro que eu, ai eles iam derrubando a casa dela, eu dentro da minha casa, ouvi um barulho minha casa já ia cair, corri para a fora gritando e falei para eles pararem porque iam derrubar minha casa, ai, eles pararam*”. Tiveram relatos alegando que queriam derrubar a casa de cima com morador na casa de baixo e foi necessário juntar um grupo de moradores para fazerem os técnicos pararem.

Os últimos moradores a negociarem com a Prefeitura receberam indenização, uns porque optaram outros porque não tinha mais apartamentos para a Prefeitura disponibilizar. Esses últimos enfrentaram muitos problemas com os guardas municipais e policiais militares. Esses faziam a segurança dos técnicos da Prefeitura durante a derrubada das casas, tentando assim conter os protestos e manifestações. Ou para permitir a entrada dos mesmos nas casas, mediante o uso da força, quando os moradores não deixavam.

Resumidamente a remoção transcorreu da seguinte forma:

1. O prefeito para notificar os moradores da implantação do projeto fez um show na entrada da comunidade.
2. Foi feito uma reunião do presidente da associação com os moradores para informar o que tinha ocorrido e o que a Prefeitura alegou que pretendia na comunidade.
3. O presidente da associação organizou uma reunião dos moradores com o secretário de habitação e seus assessores para melhor esclarecimento aos moradores sobre as obras.
4. Semanas depois os assistentes da Prefeitura foram à comunidade fazer as marcações nas residências e realizar um levantamento socioeconômico da comunidade, para determinar quantos residentes, idade, histórico de doenças, renda familiar entre outras informações.
5. Iniciaram-se as convocações dos moradores para as negociações na Prefeitura.
6. Aos que aceitaram as negociações tendo o apartamento do PMCMV-Realengo ou Campo Grande como acordo foi realizada a mudança sob as custas da Prefeitura. Os que não aceitaram os apartamentos receberam indenização.

---

<sup>138</sup> Entrevista 13 (Moradora).

O deslocamento dos moradores e a retirada total da comunidade fizeram com que a solidariedade que unia a comunidade durante diversas lutas travadas no passado para a constituição da mesma e instalação de serviços essenciais (água, luz e esgoto) fosse desfeita, visto que tal ação dispersou antigos vizinhos de anos de convivência, e até mesmo parentes próximos.

E essa dispersão fez com que os moradores perdessem a reconfiguração identitária conseguida através da reconstrução da sua família, seja por uma dinâmica de fluxos migratórios de familiares que vai ao longo do tempo as recompondo, seja simplesmente pela criação de uma nova família, ou de processos intermediários em que partes das famílias de origem desagregadas se reagrupam em função da formação de novas alianças (MARZULO, 2003).

A Ana Sofia<sup>139</sup> reconhece esse problema e alega que se esforçou para minimizá-lo. Como mostra em sua fala: “*nós da área social, por nossa conta, a gente vai dando um jeitinho, pergunta quem mora perto, filho, neto, cunhado, avó, afilhado e tenta colocar todos juntos ou ao menos próximos. Mas isso é a gente que faz, porque o nosso olhar é mais diferente, de quem defende direito dos cidadãos. Mas é complicado, é um trabalho muito difícil*”.

Todo o desrespeito a legislação vigente que rege sobre o direito à moradia da população de baixa renda ocorreu, pois a Prefeitura como uma expressão abstrata se colocou na posição de representante legal das vontades alheias e realizou a remoção em nome do “benefício” dos demais moradores do bairro.

### 3.2.2. Orientação Jurídica

Durante as conversas foi possível perceber que no início do processo de remoção o grupo de liderança da comunidade de Vila das Torres recebeu orientações jurídicas do Ministério Público, mas os Defensores Públicos foram substituídos e os novos deixaram de dar assistência à comunidade que passou a atuar sozinhos junto à Prefeitura. Entretanto, como estavam ocorrendo diversas outras remoções no Rio de Janeiro as lideranças das comunidades se reuniam para trocarem informações sobre como proceder diante das remoções. A Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ) durante o

---

<sup>139</sup> Entrevista 20 (Assistente Social).

início do processo também orientava a comunidade, mas com o tempo também deixou de atuar junto a mesma, como contou Marisa<sup>140</sup> “*no início foi o pessoal da FAFERJ na associação para conversar com a gente. E teve também outro pessoal lá que apoiava os moradores que tinham problemas com desapropriação, mas eu acho que a coisa estava tão fechada que eles não puderam fazer nada. Porque tinha que acontecer, pronto e acabou*”.

Dentre essas poucas orientações que receberam Maria Ana<sup>141</sup> diz que “*Sempre tinha reunião, a gente ia, às vezes faziam reunião ali na vila, vinha defensor público e tudo mais, sempre diziam que era ilegal o que eles estavam fazendo, mas que no final de tudo, tudo pode. Eles fizeram tudo*”.

A falta de conhecimento dos moradores das comunidades carentes removidas no município do Rio de Janeiro unida a falta de orientação jurídica dos mesmos, por Defensores Públicos, possibilitou que todo o processo ocorresse sem respeito aos instrumentos urbanos – Lei Orgânica e Plano Diretor – criados para assegurar o direito à moradia dessa camada da população. Mais uma vez revelando que o Estado impõe sua própria vontade ao comportamento alheio em uma relação social, mesmo em face de resistência. Ou seja, o poder torna-se a capacidade de dispor sobre meios que permitem influenciar a vontade de outrem, segundo Weber quando analisado por Habermas (1980). E um dos meios adquiridos no caso estudado foi a não permissão da Defensoria Pública em auxiliar os moradores.

Entretanto, para Hannah quando também analisada por Habermas (1980), alega que tal situação se configura em violência e não poder. Para a autora nenhuma liderança política pode substituir impunemente o poder, por meio de violência. Entendendo o “poder como a faculdade de alcançar um acordo quanto à ação comum no contexto da comunicação livre de violência”. E para ela “poder resulta da capacidade humana, não somente de agir ou de fazer algo, como de unir-se a outros e atuar em concordância com eles”. Ou seja, um fim em si mesmo. Nesse caso, o poder significaria o assentimento dos participantes mobilizados para fins coletivos e, portanto, sua disposição de apoiar a liderança política. E violência significaria a faculdade de dispor sobre os recursos e meios de coação, graças a qual uma liderança política toma decisões obrigatórias e as executam, a fim de realizar objetivos coletivos.

---

<sup>140</sup> Entrevista 13 (Moradora).

<sup>141</sup> Entrevista 1 (Moradora/Agricultora).

Pelo exposto, conclui-se haver dois tipos de exercício de poder, a saber, o descrito por Weber como o “poder sobre” (violência), e o tratado por Arendt enquanto o “poder com” (formado coletivamente)<sup>142</sup>. Tais conceitos se empregam no caso estudado, porque em relação ao primeiro, “poder sobre” tem-se a violência implícita, quando o governo decide que os moradores/agricultores devem sair da localidade e assim o faz, a partir da remoção. Em se tratando do segundo, “poder com” tem-se os moradores do bairro de Madureira, que viviam entorno à comunidade de Vila das Torres, que “permitiram” e/ou possibilitaram a retirada dos indivíduos do local apoiando a ação governamental.

Entende-se que o fato de alguns moradores da comunidade de Vila das Torres terem se organizado para requererem uma indenização melhor do que a oferecida pelo governo, não pode ser considerado um poder formado coletivamente. O que ocorreu nessa situação foi um poder exercido sobre eles, o qual alguns resistiram e foram parcialmente melhor indenizados.

Além das baixas indenizações por suas moradias os agricultores também passaram por conturbações para receber a indenização referente às hortas. Alguns perderam suas plantações sem ao menos receber pelas benfeitorias realizadas no espaço. Entretanto, como já foi dito no capítulo anterior, a empresa responsável por tal procedimento em momento nenhum se referiu a indenização e sim ajuda de custo pelo reconhecimento de que os agricultores já estavam na área há muitos anos.

### 3.2.3. Ajuda de custo aos comodatários

Em diversas entrevistas foi constatado a não necessidade de pagamento de uma indenização aos agricultores, todos os gestores alegavam que o contrato não exigia tal medida, mas que mesmo assim foi feito para minimizar os danos ocasionados pela perda da produção. Como mostrado na fala de Ligio<sup>143</sup>:

*“A Light, por cláusulas contratuais, não precisava pagar nada a eles, apenas avisar que em 30 dias quer a área limpa, mas dentro dessa discussão a Light para não fazer uma coisa muito traumática paga a área plantada, a gente compra a plantação que esta lá*

<sup>142</sup> “**Poder sobre**” recursos (físicos, humanos, financeiros) e ideias, crenças, valores e atitudes. “**Poder para**” fazer uma coisa (um poder generativo que cria possibilidades e ações). “**Poder com**” (que envolve um sentido de que o todo é maior que as partes, especialmente quando um grupo enfrenta os problemas de maneira conjunta) e o “**Poder de dentro**”, isto é, a força espiritual que reside em cada um de nós, base da autoaceitação e do autorrespeito, e que significa o respeito e a aceitação dos outros como iguais.

<sup>143</sup> Entrevista 22 (Gestor Light).

(embaixo das linhas de transmissão), *eu tenho um valor estimado do metro quadrado plantado, independente do que esteja plantado, eu chego lá (na área), meço, vejo a plantação e avalio no preço máximo e mínimo, no mínimo 5 reais o m<sup>2</sup> e no máximo 7 reais o m<sup>2</sup>, a gente paga a plantação, mas os produtos ficam para eles fazerem o que quiserem com a produção. A gente só quer a área limpa. Isso é para ser menos traumática, porque a gente podia chegar lá e dizer para a Prefeitura passar a trator em tudo e fim de história*".

Os agricultores, mesmo sendo comodatários, têm direito a indenização pelas benfeitorias feitas no imóvel (plantações, preparo do terreno, obras, etc.), uma vez que eram possuidores de boa-fé e estavam no uso legítimo do terreno, atuando conforme o contrato, usando com horticultura.

Durante as entrevistas os agricultores relataram que foi prometido pelo Prefeito um valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais) para cada agricultor como uma ajuda de custo, entretanto os valores informados pelos mesmos não foi o prometido. Os valores recebidos pelos comodatários foram: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) divididos para cinco familiares que trabalhavam na horta; R\$1.800,00 (mil e oitocentos reais) e R\$2.000,00 (dois mil reais). É importante esclarecer que tais valores apareceram ao longo da conversa sem que tivesse sido perguntado.

Apesar dos poucos depoimentos obtidos relacionados ao quantitativo da ajuda de custo, todos relataram que receberam menos do que achavam que deveriam receber por sua plantação. E outros nem se quer receberam por ocasionar problemas quando lhes foram solicitado à saída, conforme o próprio Ligio<sup>144</sup> informou: "*ele ficou sem indenização da horta, e não vai ter mais outra área da Light para plantar nada porque eu sei que ele é problemático e vai me dá trabalho se eu precisar da área outra vez*". Ou seja, o critério aplicado foi casuístico, o próprio gestor determinava quando e a quem aplicar.

Os mesmos teriam também o direito de retenção, isto é, de permanecer no terreno enquanto não fossem indenizados de maneira justa, entretanto não foi constatado tal fato junto aos agricultores, os relatos giraram apenas entorno da aceitação ou não da indenização e saída do terreno dentro de 30 dias.

---

<sup>144</sup> Entrevista 22 (Gestor Light).

Como visto anteriormente o dono poderia retomar o bem, todavia deveria comunicar a sua intenção ao ocupante, dando-lhe um prazo razoável para desocupação, de modo que eles não fossem prejudicados na atividade agrícola que exercia. Em casos como este, se entende que fazem direito a desocuparem apenas depois da colheita (até a conclusão da safra da cultura a qual se dedicavam).

Nas entrevistas foram encontrados agricultores que foram avisados antecipadamente da não renovação do contrato com a *Light* como também os que não foram avisados dentro de um prazo razoável para se organizarem. Vide a fala do Marcio Alberto<sup>145</sup>: “*A Prefeitura chegava metendo trator, destruindo tudo, sem conversar. Eles chegavam te ofereciam 5 mil no seu terreno, o que é 5 mil numa plantação daquelas? Tu vai viver de que? As pessoas que eram abitoladas naquilo ali, que só conheciam aquilo. Aquela área que era o coração e o pulmão deles e eles destruíram*”.

Mario Augusto<sup>146</sup>: “*Eu fiquei sabendo do parque uns oito meses antes, mais até então ficávamos achando que não daria em nada também, até que de repente ‘pum’, todo mundo foi pego de surpresa e que realmente saiu. Ai foi aquela loucura de como vai ser*”.

A retirada dos agricultores da área, como dito, ocorreu por fazer parte de um modelo de gestão (marcadas pela compreensão de certas localizações como estratégias para o capital; pela Parceria Pública Privada estabelecida pela Prefeitura-Light-Delta; e pelo desrespeito e indiferença com relação à população carente) que sempre foi à finalidade do Governo, abrindo possibilidades para novos empreendimentos urbanos que valorizam e dão força ao mercado imobiliário que não percebem a utilidade das plantações – constituição de circuitos curtos entre produtor-consumidor – realizadas em áreas urbanas. Principalmente a Agricultura Urbana que na maioria das vezes são realizadas por indivíduos marginalizados e sem poder de imposição para reforçar e disseminar as benesses que tal prática proporciona, tanto para quem consome quanto para quem produz.

No subitem que se segue serão expostas algumas problemáticas geradas devido à expansão da cidade sobre áreas agrícolas.

---

<sup>145</sup> Entrevista 9 (Morador/Agricultor).

<sup>146</sup> Entrevista 3 (Morador/Agricultor).

### 3.3. Agricultura Urbana e a Expansão Urbana

Como mostrado ao longo do texto, grande parte da população urbana, principalmente a estudada, saiu de seus locais de origem (êxodo rural) em busca de uma vida melhor prometida pela industrialização, e assim, obter os bens necessários para sua sobrevivência na grande cidade. Entretanto, a mesma não conseguiu retribuir dando a estes indivíduos o que buscavam – melhores condições financeiras. Desta forma, essa população ficou marginalizada, pois não conseguiu ser absorvida pelas redes da cidade, sendo assim, precisou buscar múltiplas alternativas para sua sobrevivência nas cidades. E uma delas foram as práticas que já tinham conhecimento, provenientes do espaço rural. A agricultura. Mesmo que ela tenha sido durante muito tempo entendida como uma negação daquilo que a cidade deveria ser, ou seja, oposto da urbanização.

Isso mostra que a população que migrou do campo para a cidade, estimulada pelo processo de industrialização, não deixou para trás seus costumes, hábitos e trouxe com ela sua história de vida. Ou seja, não aceitaram passivamente, os modelos impostos pela vida urbana.

Corroborando com isso, Machado (2008) relata sobre um estudo nas áreas de transmissão da *Light* que 68% dos comodatários migraram do Norte e Nordeste do país, desses, mais de 80% já eram agricultores na sua cidade natal e nunca desempenharam na metrópole serviços não agrícolas. Sendo assim, os agricultores oriundos do campo influenciam na conformação das cidades, explicitando seus modos de vida agrícola. Visto que as cidades demandam determinados produtos para seu abastecimento, oriundos dessa prática.

Recriando práticas e tradições rurais, como a produção de alimentos, não apenas nos espaços de periferia, mas internamente nas cidades, os agricultores urbanos se estabeleceram. Sendo essa segundo Lovo (2011, p.36) “uma prática constante nas cidades, porém ainda pouco reconhecida ou estimulada pela visão hegemônica que prima por um urbano apenas consumista”.

Lovo (2011, p.37) propõe que seja feito uma reflexão quanto às possibilidades da cidade,

reconhecendo a existência de práticas, implantadas pelos cidadãos em condições desfavorecidas ou não, que demonstram possibilidades de gerar movimentos no sentido de maior equilíbrio para o ambiente

urbano, incluindo nessas práticas a produção de alimentos em espaços urbanos, mesmo sendo essa atividade estigmatizada como rural...

Lovo (2011) descreve ainda que a Agricultura Urbana (para produção de alimentos) incluída ou não nos planejamentos é uma realidade, independentemente da época e do apoio que essa atividade tenha recebido dos governantes.

A Agricultura Urbana é entendida como toda prática agrícola (cultivo, produção, criação, processamento e distribuição) exercida em espaços urbanos ou periurbanos que interagem com o sistema ecológico e econômico urbano. Diante disso, Mougeot (2015) afirma que se a Agricultura Urbana pode e interage com diversas facetas do desenvolvimento urbano, também é fato que ela pode ajudar a diversificar e fortalecer as estratégias de gerenciamento urbano. Sendo essa uma oportunidade que não deve ser desprezada.

Completando a discussão, Santana Filho et. al (2015), escreve que a Agricultura Urbana é composta, na maioria das vezes, por mão de obra local e/ou familiar, por indivíduos que normalmente estão dissociados das relações típicas capitalistas (assalariadas), gerando a partir disso novas estratégias rentáveis e empregatícias. Por isso a importância de ser estimulada, já que gera ocupação e minimiza os problemas intrínsecos do ambiente urbano – pobreza e violência.

Entretanto, a complementaridade das atividades urbanas as rurais está se esgotando, devido aos intensos processos de urbanização que tem originado intensas transformações no espaço urbano, expondo áreas antes predominantemente agrícolas ao impacto da urbanização (MACHADO, 2008), ou seja, o campo está se perdendo no seio da cidade.

Balbo (2015) alega em seu trabalho que a principal fragilidade da Agricultura Urbana é a competição pelo uso do solo urbano. Para ele o uso agrícola dos espaços livres não são competitivos com o uso industrial, residencial ou atividades terciárias e nem mesmo para o uso de atividades desportivas e de lazer, que são cada vez mais demandadas devido à correria da vida moderna.

Amarchey (2015) quando trabalha o tema de pressões urbanas sobre terras agrícolas em Gana relata que as mudanças ocorreram devido à pressão econômica, padrões de consumo e estilos de vida. E por conta disso, o valor da terra mudou do critério de fertilidade e outras características biofísicas, para o critério de suas funções urbanas, o que resulta na aquisição de

terrenos agrícolas, aos quais foi dada outra função, para o uso geralmente residencial ou de lazer, particularmente nas zonas mais centrais. Fazendo com isso reduzir a área cultivada e um acesso cada vez mais limitado aos recursos naturais, dos quais a sobrevivência dos mais pobres depende significativamente.

Conceição e Noda (2012) corroboram com o exposto ao escreverem que a agricultura praticada em áreas próximas a cidade enfrentam problemas quanto a sua continuidade, devido às pressões visando sua ocupação, apesar de a Agricultura Urbana ser vista como uma alternativa para o desenvolvimento local nos países pobres. As autoras alegam também que tal situação ocorre pela falta de planejamento governamental para a manutenção desses espaços na cidade.

Para as autoras, Conceição e Noda (2012), o futuro da agricultura praticada em áreas urbanas pode chegar ao desaparecimento pela substituição por outros tipos de atividades peculiares à vida urbana; pode passar por uma transformação que a deixe plenamente voltada para a lógica capitalista; ou teria relação direta com o setor industrial no objetivo de tornar-se altamente competitiva – situação praticamente inviável diante das circunstâncias que envolvem a realização da agricultura na cidade.

Conceição e Noda (2012, p.18) afirmam que o “Estado que teria o papel de provedor da sociedade está aliado ao capitalismo e, por isso, incentiva apenas as ações que beneficiam o sistema de produção vigente”.

Dificultando, com isso, as práticas agrícolas na cidade, visto que os projetos desenvolvidos atualmente na cidade do Rio de Janeiro apresentam como objetivo atender a lógica do capital, dando com isso pouca ou nenhuma importância para as peculiaridades dos grupos sociais que trabalham com agricultura e do ambiente no qual estão inseridos. As ações governamentais não estão voltadas a dar incentivo às práticas agrícolas devido à valorização das atividades típicas do urbano.

O bairro de Madureira era predominantemente agrícola, em tempos remotos foi considerada uma região de grande produção, como dito anteriormente, entretanto os serviços urbanos foram sendo implantados ao longo do tempo, ocupando tais propriedades, tornando-se um bairro urbano, reconhecido como um subcentro comercial e o maior do subúrbio carioca, mas o espaço ocupado pelos agricultores/comodatários, por ser privado, resistiu

longas datas até que a escolha do bairro Madureira como estratégia para o capital conseguiu interromper a prática eliminando-as do bairro, visto que os agricultores pararam com suas produções passando a comprar para revender. A Agricultura Urbana permanece como desafio e oportunidade no cenário de um mundo em crescente urbanização. Desafio de se manter viva e oportuna para criar novos modos de vida que reduz as mazelas urbanas, principalmente a fome.

Os grandes empreendimentos urbanos, que seguem as regras do mercado imobiliário, aumentam o valor do solo ocasionando uma alta nos preços dos imóveis reformulando radicalmente os ambientes metropolitanos. O que faz criar diferenças geográficas muito visíveis proporcionalmente à intensidade dos investimentos de capital, garantindo que regiões com abundância de capital fiquem mais ricas enquanto as carentes fiquem mais pobres. Esses processos são tão ecológicos e sociais, quanto econômicos, segundo Harvey (2012).

E foi um grande empreendimento urbano instalado no bairro de Madureira que ocasionou o aumento do valor dos imóveis, gerando a saída da população de Vila das Torres que viveu ali durante anos. Gerações de famílias estavam instaladas na comunidade que foi desfeita, como mostrado anteriormente. Revelando desta forma a construção das diferenças geográficas nos ambientes urbanos. No subitem que se segue será demonstrada a valorização que ocorreu em Madureira.

### 3.4. Valorização imobiliária em Madureira

Como todo empreendimento e intervenções urbanísticas na cidade causam um aumento no preço do solo, em Madureira não foi diferente. Ao longo das conversas foi possível constatar que os próprios moradores perceberam a elevação do preço da terra, o que levou aos deslocamentos dos mesmos para bairros mais periféricos, visto que não possuíam condições financeiras de se manterem no local. Pois “a ocupação do solo obedece a uma estrutura informal de poder: a lei de mercado precede a lei/norma jurídica, que é aplicada de forma arbitaria” (MARICATO, 2013).

Sob o mesmo contexto econômico e político a política habitacional atualmente é concebida e praticada como elemento de dinamização econômica para enfrentar uma possível crise e gerar empregos, colocando-se de forma desarticulada com uma política de ordenamento territorial e fundiária destinada a disponibilizar terra para moradia popular. O resultado é um extraordinário aumento no preço de terras e imóveis (ROLNIK, 2015):

Moraes<sup>147</sup> disse: “*Tem muita gente morando de aluguel, porque as casas aqui em Madureira tinham um preço razoável, mas depois os imóveis subiram de preço de tal forma. Teve um cara que me ia me vender umas kitnetes num valor, ai depois que ele soube que eu era da comunidade que tava sendo indenizada pela Prefeitura, ele triplicou o valor. Os valores aqui subiram demais.*” Mostrando desta forma que a própria indenização oferecida aos moradores pela Prefeitura colaborou no efeito da valorização do solo no bairro.

Isso se confirma quando Silva (2012) revela a partir de anúncios de jornal que no bairro de Madureira houve aumento no valor dos imóveis, entorno de 20 a 30%, o que implica diretamente na continuidade das classes sociais mais baixas e grandes disputas pelo uso do solo.

Em 2011 a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, através da Secretaria Municipal de Urbanismo, apresentou a sociedade civil organizada um novo Plano de Estruturação Urbana – PEU<sup>148</sup>, que auxiliou na valorização urbana do bairro. Tal plano teve como objetivos redefinir as áreas destinadas ao uso industrial, aos complexos comerciais e de serviços; Diversificar o

---

<sup>147</sup> Entrevista 12 (Morador).

<sup>148</sup> Lei complementar 86 de 2014. Disponível em: <<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1316.nsf/5d30a86363c9945c0325775900523a3d/eb8a4cdf71af73ba83257d410070c9c7?OpenDocument>> Acesso em: Maio de 2015.

uso e atividades diminuindo os deslocamentos e contribuindo com o processo de descentralização das atividades econômicas e definir parâmetros urbanísticos que garantam a preservação do modo de vida e as peculiaridades dos bairros.

Esses novos empreendimentos fizeram subir os preços no bairro. Entre 2010 e 2013, segundo a Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário – ADEMI, o valor do metro quadrado em Madureira passou de R\$ 2.734 para R\$ 5.590, uma variação de 104%. Segundo a própria Associação os investimentos do Poder Público coincidiram com a construção dos novos prédios na região. Revelando desta forma a união dos agentes públicos e privados na nova reorganização da cidade do Rio de Janeiro em áreas de passíveis de intervenção, principalmente na Zona Norte.

Complementando o exposto, Daniel (2014) revela que no Rio de Janeiro, principalmente na Zona Norte, o processo de especulação imobiliária tem elevado muito o valor fundiário, motivados pela natureza do mercado que por estar aquecido e com grande demanda por novas moradias, provoca elevação do preço do metro quadrado; a expectativa de grandes eventos internacionais; e o processo de instalação das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) nas comunidades que coincidiam com uma forte territorialidade do tráfico de drogas.

Esses novos desenhos do desenvolvimento urbano da cidade fazem com que se aumente o valor do solo na região em que se instalaram os projetos, ocasionando uma segregação socioespacial. Porque o valor da propriedade fica tão alto que pessoas sem recursos financeiros não conseguem comprá-las ou continuar vivendo na região e, logo, precisam se deslocar a procura de terrenos mais baratos e distantes do local de origem que podem, na maioria das vezes, não atender às necessidades fundamentais de moradia do indivíduo. Terrenos de valor mais acessível à população pobre, geralmente, estão localizados em lugares de risco, entendendo-se como áreas de risco regiões com alto índice de tráfico de drogas, encostas de morro, margens de rios, entre outros.

Maricato (2013) completa escrevendo que a ocupação indiscriminada dessas áreas ocorre pela falta de alternativa de moradias no mercado legal, para a maioria da população das grandes metrópoles.

É importante o entendimento de que a moradia e o solo urbano são bens necessários para existência do indivíduo, ou seja, são bens fundamentais para sua reprodução social e que a especulação, realizada por alguns grupos, de terrenos e imóveis, dificulta o acesso às melhores condições de moradia, por parte dos mais debilitados financeiramente, devido ao encarecimento do custo de vida na região. Encarecimento esse ocorrido, dentre outros motivos, por conta do recebimento de investimentos urbanísticos e pela baixa oferta dos bens imóveis na área.

Outro autor que também versa sobre esse aumento devido à execução de projetos urbanos é Amorim (2015) que concluiu em seu trabalho, sobre os conjuntos habitacionais, que existe um processo de valorização imobiliária no bairro de Madureira, promovido pelo setor público e que é aproveitado pelo setor privado (empresários). Ou seja, um processo de especulação imobiliária da região, no qual a população vulnerável socioeconomicamente não consta como elemento constituinte em seus planos e projetos da cidade enquanto mercadoria de reapropriação, requalificação e revalorização do uso da área.

Os investimentos de renovação de áreas urbanas degradadas, na maioria das vezes, se sobrepõem ao interesse individual, principalmente das pessoas que são retiradas da sua moradia para implementação de tais projetos. De uma forma geral, ocorrem sem levar em consideração o direito à moradia digna (SANTOS, 2011). O objetivo privado ultrapassa a legislação.

Isso prova que a falta de regulamentação do uso e ocupação do solo e os acordos firmados entre o Poder Público e as empresas privadas valorizam áreas antes sem valor de mercado, ou seja, as elitizam, fazendo com que ocorra uma exclusão da população residente, pois o custo de vida na região aumenta a tal ponto que os moradores de menor renda deslocaram-se para lugares em que a moradia seja mais econômica (morros, encostas etc.), aumentando as disparidades intraurbanas e a segregação socioespacial.

Complementando, Amorim (2015) também afirma que o que se percebe hoje é uma associação do Estado às empresas privadas, onde o Estado garante melhorias urbanas, irregularmente distribuídas no espaço, para que se agregue mais valor as obras e intervenções do capital privado.

Além disso, Daniel (2014) afirma que a chegada de empreendimentos imobiliários em determinada região, no caso estudado a zona norte do Rio de Janeiro, depende de acordos e ações do poder executivo direcionando diversos investimentos, como obras de infraestrutura urbana, benefícios fiscais aos empreendedores, implantação de equipamentos urbanos, como a instalação de clínicas da família, mudança na legislação entre outros. Ou seja, os incorporadores imobiliários realizam seus investimentos em locais selecionados por eles e contam com o “apoio” do Poder Público para desenvolvimento e sucesso de tais.

Nesse capítulo realizou-se a retomada do tema – Agricultura Urbana – para mostrar como a expansão urbana e a especulação imobiliária, atividades tão acentuadas nas grandes cidades, promoveram, simultaneamente, o deslocamento de uma população e o fim da atividade agrícola cuja existência dependia dela. Mesmo que tal atividade tivesse importância para quem produzia enquanto produziam, como mostrado ao longo do texto, e até mesmo para os consumidores de tais produtos. Além disso, mostrou a dificuldade que as atividades agrícolas possuem, nas grandes cidades, de competir com outras funções urbanas, principalmente as de lazer, devido aos acordos estabelecidos entre empresários e poder público, sendo que o último se utiliza de diversos argumentos para convencer os deslocados e a comunidade do entorno de que a remoção ocorreria em prol de um bem maior, beneficiando diversos outros indivíduos.

## ***CONSIDERAÇÕES FINAIS***

Essa dissertação foi, inicialmente, formulada com a perspectiva de estudar um grupo de pessoas que realizavam Agricultura Urbana no subúrbio carioca – Comunidade de Vila das Torres, Madureira (Rio de Janeiro), mas que teve sua atividade interrompida por conta da implantação de um megaprojeto por iniciativa da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. Mas ao realizar um trabalho de campo exploratório, a perspectiva se converteu, conforme mostrado, em tentar entender como manter e incentivar tal prática no contexto atual em que se insere o Município do Rio de Janeiro, com reformas urbanas, megaeventos e megaprojetos.

Com isso, nota-se que o trabalho em questão envolveu dois processos em curso diretamente relacionados. O reassentamento/remoção dos moradores e a realocação da Agricultura Urbana, tendo como agentes envolvidos a *Light*, a Prefeitura, os moradores e os agricultores de Vila das Torres. Logo a pesquisa passou a se desenvolver na direção de analisar e descrever como se deu o processo de remoção de moradores e agricultores da comunidade. Ou seja, o antes, durante e depois do processo de remoção. O que fez com que a Agricultura Urbana passasse para um qualitativo do grupo, visto que a mesma não poderia deixar de ser analisada.

Ao longo do trabalho procurou-se descrever as relações sociais e econômicas estabelecidas pelos moradores na área em que desenvolviam a atividade agrícola, mostrar que a Agricultura Urbana tinha importância tanto para as famílias que a praticavam como para os consumidores, e que os atores sociais envolvidos, gestores e moradores, tinham diferentes visões em relação à remoção. Os primeiros consideravam que tinham se esforçado ao máximo para realizar a melhor ação junto aos moradores, enquanto que os últimos acharam que poderiam ter sido melhores as ações da Prefeitura, pois não lhes foram dada a opção e muito menos tempo hábil para se organizarem a enfrentar e superar as novas mudanças.

Em relação à instalação do empreendimento objeto de nossa atenção – o Parque Madureira – procurou-se mostrar que ele se coaduna com a gestão da cidade baseada em reformas e renovações urbanas a partir das Parcerias Público-Privadas, atualmente com Megaprojetos para adequações aos Megaeventos, implicando, sempre que necessário, o deslocamento involuntário das famílias carentes, que estão instaladas nos locais por onde

ocorram as obras. Fenômeno que de contemporâneo só possui os Megaeventos, pois os deslocamentos são crônicos na sociedade brasileira. Ou seja, o presente trabalho não mostrou um fato novo ocorrido no município do Rio de Janeiro, mas sim, mais um dos diversos que já ocorreram e continuam acontecendo.

Sendo esta apenas a demonstração da forma atualizada e contemporânea de realizar as remoções que sempre houveram da população de baixa renda. Retirar a população desrespeitando a legislação que rege sobre o caso sempre foi o modelo de gestão dos Governos Remocionistas. A diferença é que atualmente as ações estão mais desrespeitosas, mais opressivas, mais agressivas. Com isso, pode-se concluir que a aceitação da permanência de moradores irregulares em determinado local da cidade tem o propósito de realizar um estoque de terras, a qual será usada no momento em que o Governo achar conveniente e para isso basta retira-los.

Ao estudar a comunidade de Vila das Torres foi possível perceber, primeiramente, que ela possuía um histórico de formação a partir da agricultura estabelecida nas faixas de transmissão da empresa *Light* numa área que não era reconhecida pelas autoridades governamentais. Segundo que ela apresenta questões que são percebidas tanto na literatura quanto na fala dos entrevistados. A saber: A situação fundiária da comunidade era conflitiva; Desenvolveu-se a partir da autoconstrução; Os moradores não se consideravam residentes de uma favela, apesar dos órgãos oficiais os considerarem assim; Além disso, os moradores da Vila apresentavam um sentimento de fazer parte de uma grande família e de pertencimento ao local muito forte, pois até os dias atuais se consideravam moradores da vila ao identificarem as benfeitorias realizadas pelos próprios (como poste de luz, medidor de luz, árvores plantadas, muros e etc.) e carregam o ressentimento de terem saído.

A adaptação em outra residência foi muito traumática para alguns, mas muito bem resolvida para outros; A maioria dos indivíduos entrevistados considerava que a estrutura física da casa em que moram hoje é melhor do que a que residiam antes na Vila, entretanto, tal fato não era o suficiente para não terem apresentado arrependimento ao sair da comunidade, alegando que preferiam morar na Vila a qualquer outro lugar; Suas perdas giraram entorno de laços familiares, pela distância ou por morte, a saúde debilitada e emprego.

A comunidade ainda apresenta moradores remanescentes que não possuem o interesse em sair de sua comunidade; A Agricultura Urbana tinha uma importância para quem praticava, mas tal importância desapareceu devido ao evento, instalação do Parque Madureira; Os trabalhadores da horta possuíam um contrato de comodato com a empresa *Light* e a disponibilização do terreno para horticultura se deu há muitos anos atrás aos portugueses, devido a uma política de imigração implantada pelo Governo da época.

A maioria dos agricultores possuía histórico agrícola familiar, ou seja, sempre trabalharam com agricultura e apresentavam um grau de escolaridade baixo e os comodatários mais antigos iniciaram as atividades produzindo legumes e verduras, mas com a construção da CEASA e o clima do Rio de Janeiro, necessitaram migrar de produtos, como ervas por serem mais rústicas e de cultivo barato.

Tanto o projeto urbanístico implantado em Madureira como o mapeamento de áreas de risco na Comunidade – proximidade com a linha férrea, com um córrego e com as torres de alta tensão - eram tecnicamente questionáveis, poderiam ser modificados para se adequarem de modo que não houvesse quaisquer remoções/deslocamento dos moradores do bairro, visto que os primeiros projetos já tinham sido elaborados com este fim. Com isso, conclui-se que as famílias foram removidas a troco de nada, que na verdade o que estava em jogo era a possibilidade de dar forças à especulação imobiliária que os agentes públicos e privados buscavam no bairro, ao racismo e ao elitismo da classe média que queria ver longe seus vizinhos favelados, negros e pobres.

No caso em questão a área ocupada para a agricultura era privada, mas incerta e instável aos produtores que conviviam com a constante pressão devido aos conflitos pelo uso do espaço por diversas entidades públicas ou privadas. O que gerava receios por parte dos agricultores em fazer melhorias no espaço pelo medo de perderem, como perderam o espaço, mas mesmo assim muitos deles tinham diversas benfeitorias necessárias para a continuidade da prática no espaço, como poço, cisternas entre outras.

Alguns dos agricultores conseguiram dar continuidade a prática em outros locais, da empresa *Light* ou próprio, outros ainda, passaram a comprar da CEASA para revender em seus pontos fixos de venda – barracas ou feiras – mas outros não tiveram a mesma oportunidade, e passaram a trabalhar como assalariados ou até mesmo, no pior dos casos, viraram moradores de rua, pedinte, fazendo com isso aumentar os problemas sociais urbanos.

Caso os gestores envolvidos no processo tivessem planejado alguma estratégia que incorporassem os agricultores a nova lógica local, como estava no projeto inicial, esses e outros problemas sociais não seriam tão visíveis, visto que a Agricultura Urbana complementa as práticas agrícolas realizadas em meio rural, para com isso enfrentar, segundo Mugeot (2015) os desafios do desenvolvimento, dentre eles a pobreza urbana. Essa complementaridade se dá em termos de autoconsumo, fluxos de comercialização e fluxos de abastecimento do mercado.

Com isso, fica clara a importância de se pontuar a maneira surpreendente e desrespeitosa que a Prefeitura e o Governo do Estado conduziram o processo de remoção/deslocamento dos moradores. Como visto, eles ameaçaram, mentiram, enganaram, passaram informações desencontradas, permitiram que a empresa *Light* pressionasse os agricultores, enfim usaram diversos artifícios para oprimir a população residente no local. Dando um exemplo de como o Poder Público não deve agir, visto que é papel do Estado proteger o cidadão.

Criar um parque público (área de lazer) em uma região carente de tal instrumento urbano é de suma importância, visto que o mesmo beneficia milhares de famílias de diversos lugares. O problema foi a forma desrespeitosa com que os agricultores e moradores foram retirados de suas casas e perderam sua fonte de renda (a agricultura). Ou seja, a Prefeitura “entregou” Madureira ao capital imobiliário quando permitiu que se construíssem propostas de rearticulação urbanística no bairro partindo da compactação das Linhas de Transmissão da empresa *Light*, onde existiam indivíduos residindo e mantendo suas famílias, sem que buscassem estratégias viáveis e palpáveis aos moradores/agricultores.

Cabe então avaliar, a quem o Parque beneficia, porque os moradores e agricultores que sempre moraram em Madureira não frequentam o espaço público, por traumas do processo de saída de suas residências, mas os moradores ao entorno e de bairros adjacentes gostam muito devido às facilidades que encontram no Parque que antes não tinham no bairro.

É notável que as obras de melhoria da infraestrutura devam ser realizadas para poder se adequar as demandas da cidade, não havendo como evitar às vezes o deslocamento e reassentamento de alguns moradores em prol da coletividade. Entretanto, o processo deve ser aberto, claro e transparente. As alternativas devem ser debatidas, o processo participativo e

não deve haver pesos e medidas diferentes associadas aos que ‘colaboram’ e ‘não colaboram’ respectivamente.

Diante do exposto, foi possível chegar à conclusão que o objetivo da remoção dos moradores/agricultores para a implantação do Parque Madureira era a disponibilização da área, em questão, para usos “mais nobres” e não a manutenção da Agricultura Urbana atrelada a uma comunidade carente, como era. Mesmo que isso viesse causar danos irreparáveis a pequena população de mais de 800 (oitocentas) famílias da Vila.

Balbo (2015) informa que a Agricultura Urbana desenvolvida em áreas marginais da cidade e como uma atividade temporária, está sujeita a ser substituída por outros usos mais proveitosos cada vez que se apresenta a oportunidade ou demanda.

Surgindo a demanda e tendo a oportunidade de realiza-la iniciou-se uma batalha de como retirar os moradores do local. Para isso, os agentes públicos e privados envolvidos no processo usaram diversos argumentos (ameaças, pressões psicológicas, geram conflitos internos, oferecem vantagens posteriores a alguns e etc.) para convencer os indivíduos a saírem de suas casas sem dificultar/conturbar o processo, tudo isso de maneira desrespeitosa – infringindo a legislação que rege à favor da sociedade civil quanto ao direito à moradia. Ou seja, o Poder Público abdica do seu papel de protetor da sociedade civil e passa a ser o agente que permite e garante às remoções, suas ações demonstraram uma postura de poder que não atinge todos os cidadãos brasileiros, mesmo que alguns de seus agentes tenham se esforçado para tal.

Outra constatação foi que a AU tinha de fato uma importância ímpar para a obtenção de renda das famílias que a praticavam enquanto estavam na área, entretanto, durante o momento da não renovação do contrato de comodato, apresentou uma fragilidade que fez com que tal atividade fosse desfeita e sumisse sem gerar muitos conflitos. Alguns comodatários se mostraram até melhores do que estavam antes, mesmo sendo a minoria. Ou seja, num contexto urbano sujeito a intervenções constantes para valorização do espaço urbano, dinâmico, de megaprojetos, a Agricultura Urbana que é desempenhada por famílias pobres é frágil e desaparece junto com o deslocamento da população que a praticava.

Foi mostrado anteriormente que sempre houve demanda pela área ocupada pelos agricultores, entretanto, por motivos desconhecidos durante a pesquisa tais projetos não foram

implementados, mas quando as pressões urbanas, entendidas como oportunidade – capital financeiro – e demanda – da população externa à comunidade, agentes privados e públicos –, fizeram com que fosse interrompida uma atividade tão antiga na região sem que se planejassem a incorporação dos mesmos, gerando apenas o aumento da desigualdade social, visto que muitos não tiveram a oportunidade de se adequar às novas exigências do bairro e muito menos se manter morando nele por conta do aumento do custo de vida.

Observa-se que pelo simples fato da agricultura ser prática em terrenos pertencentes à *Light*, elas são invisíveis e mal vistas, como se não tivesse importância para as pessoas que ali praticavam. Desconsiderando o fato das famílias terem sido as precursoras do processo de urbanização do bairro. A horticultura foi pensada apenas para que a área fosse ocupada por usos permitidos, impedindo sua ocupação voluntária e não para satisfazer a necessidade de uma população de imigrantes que chegava à cidade em busca de melhores condições de trabalho e vida.

A agricultura realizada no espaço da empresa *Light* é resultado de uma estratégia pela qual a empresa incentiva tal atividade, porém, ela foi e está sendo enfraquecida, já que se tem uma cidade com pressões pertencentes à lógica urbana cada vez mais intensa, pois se projeta novas funções para esses espaços, que não a agricultura. E tal enfraquecimento ocorre devido à inexistência de assistência técnica aos produtores durante todos esses anos, porque como foram mostrados os mesmos não recebiam qualquer tipo de apoio de grupos sociais, ONG's ou do Governo para exercer a função, todos os comodatários alegaram que aprenderam o exercício da função com seus descendentes ou sozinhos durante a labuta. Não foi possível perceber durante o curto tempo da pesquisa porque grupos sociais que atuam estimulando e incentivando a AU no município do Rio de Janeiro não chegaram ao local para dar-lhes assistência técnica.

Essas famílias, como dito anteriormente, praticavam tal atividade por serem excluídas do processo social urbano, pela baixa escolaridade ou por gostarem de realiza-la. O que fazia com que a AU cumprisse seu papel social e econômico oferecendo oportunidades de serviço e renda para a população residente. Entretanto, a lógica no caso estudado foi remover para promover novos empreendimentos imobiliários no bairro e adjacências, o Parque Madureira e BRT-TransCarioca, como mostrado.

Além disso, notou-se que os agricultores auxiliaram no desenvolvimento econômico do bairro Madureira, mas devido a essa nova ideia de cidade – a agricultura não pode fazer parte do urbano em determinados locais – os mesmos foram retirados do local sem que suas devidas produções fossem realocadas.

Ficou claro na narrativa de muitos moradores da comunidade que a ida para a nova residência foi um “avanço” em relação à moradia anterior. Para isso deve-se levar em consideração que em Vila das Torres alguns poucos viviam ainda em casa feitas de madeira e outros muitos em casa com poucos cômodos. Mostrando desta forma que o PMCMV de fato teve importância na diminuição do déficit habitacional no Brasil. Entretanto, tal fato não significava a vontade de sair da Vila e muito menos que sua vida hoje está melhor que antes.

O PMCMV é um programa habitacional de suma importância e relevância, pois criou em cinco anos mais de dois milhões de moradias, o maior programa habitacional já criado, para diminuir o déficit habitacional que assombra grande parte da população brasileira, visto que o último levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizado em 2012 apontou um déficit habitacional de cinco milhões e oitocentas mil famílias sem moradia no Brasil, déficit quantitativo, e se nestes números forem incluídas as moradias precárias e indignas de habitar sem atendimento de serviços básicos, déficit qualitativo, esse número saltaria para vinte milhões de famílias, afetadas direta ou indiretamente pelo problema de moradia. No entanto, criar casas não é o suficiente, paralelamente é necessária uma política que combata a especulação imobiliária, porque esta situação é precursora do déficit habitacional, uma política que faça valer o Estatuto das Cidades.

Criar moradia não basta para resolver o problema do déficit habitacional brasileiro, o que é necessário é uma política de desapropriação de imóveis ociosos, sem função social, que combata a especulação imobiliária e que faça valer o Estatuto das Cidades, pois legislação para tal fato existe, o problema é que quando a mesma se encontra com a iniciativa privada (empresários do ramo imobiliário) não é cumprida, devido aos acordos pré-estabelecidos pelos mesmos – Poder Público e Privado.

Ao longo da pesquisa foi possível notar uma dicotomia de discursos. De um lado o poder público, junto aos moradores externos a comunidade e alguns da própria vila, explicitando que o objetivo do trabalho realizado na região foi de melhorar a qualidade de vida dos moradores, por acesso a moradia regular, em locais legais na cidade, retirando-os de

uma área de risco e pela valorização dos seus imóveis no bairro, visto que retiraram uma favela que depreciava a área. E de outro lado os moradores que não se sentiram favorecidos com a realocação em outros bairros, por conta da necessidade de adaptação rápida à nova dinâmica de vida.

O deslocamento dos moradores para um local em que seus custos mensais aumentaram, ao invés de combater os fatores que causam o surgimento de uma favela, os agravou, pois o baixo orçamento, não permite que o indivíduo suporte as despesas extras da nova habitação (taxas condominiais, luz, aluguel do espaço de lazer, gás encanado), mas principalmente as relacionadas ao deslocamento. Por isso é necessário que se leve em conta os custos econômicos e sociais da remoção, tendo em vista que tais moradores estarão longe do antigo emprego e das possibilidades de serviços informais.

Outra percepção importante foi que o argumento utilizado pela Prefeitura, em relação às remoções para a construção do empreendimento, era dar melhores condições à população pobre, e para isso, realocaram os mesmos em um bairro que não possuía boas condições de serviços públicos (lazer, educação, transporte e etc.), sendo alguns inexistentes.

Retirar os moradores de algum local com o discurso de que “precisamos dar dignidade para a pessoa, com uma moradia adequada, por conta de risco de morte” oferecendo um valor irrisório pela moradia para que eles comprem outra casa em outro lugar. Só é possível ter a certeza de que não vão conseguir comprar em um lugar da cidade legal, passando a morar de aluguel ou vão comprar outra residência em outro local de risco, ou seja, deslocam apenas o problema ao invés de solucionar. E como essa situação não é nova e nem segredo, pode-se supor que tal atitude não tinha a intenção mencionada no discurso.

A questão não é simplesmente utilizar os recursos gastos com a implantação do Parque para resolver outros problemas sociais da população suburbana, a questão que tem que ser resolvida é a desconsideração das administrações municipais com a população de baixa renda. Pois, apesar dos instrumentos urbanos formalizados, não é dado à população pobres salários suficientes para cobrir suas necessidades vitais (alimentação, lazer, saúde, educação e moradia).

Desta forma, a intenção deste trabalho foi mostrar a realidade desses processos de remoção, os conflitos e resistências por eles gerados, com vistas a contribuir para um novo

olhar sobre tais processos que inspire procedimentos mais respeitosos e iniciativas de apoio aos moradores removidos. É importante também que se abram novos caminhos em favor da Agricultura Urbana e da situação ecológica/agrícola dos nossos dias.

As reformas urbanas, como ditas, são necessárias e inevitáveis para abranger toda a população que cresce constantemente nas grandes cidades, entretanto, a forma como as mesmas ocorrem estão em desacordo com os instrumentos urbanísticos que defendem o direito à moradia, principalmente quando ocorrem “acordos” entre o Poder Público e a iniciativa privada é inaceitável. Tais acordos existem porque o capital imobiliário junto ao Poder Público percebe a permanência de uma população de camada média no subúrbio com poder de compra de imóveis e comércio.

A problemática que gira entorno de tal assunto se dá, pois instrumentos urbanos que defendem a população deslocada existem, o problema é que tais não são obedecidos, gerando um desconforto muito grande para a população, visto que perder sua moradia, principalmente as que passaram de geração a geração numa mesma família, é traumática, logo as mesmas devem ocorrer de forma mais participativa, como a portaria 317/2013 estabelece.

Cabe propor que se tenha em conta as novas práticas e tendências para a manutenção da Agricultura Urbana, porque a atividade agrícola é essencial para sustentação da população urbano-industrial. O fim da prática agrícola, como no estudo de caso realizado nesse trabalho, assim como se verifica em outras áreas urbanas dos municípios brasileiros, pode muitas vezes ampliar o desemprego, reduzir a renda familiar e até mesmo aumentar a pobreza na cidade. Além disso, a conversão do uso agrícola para um uso estritamente urbano como moradia ou parques nem sempre resulta em melhorias para população diretamente afetada.

Parafraseando Maricato (2013, p. 145) “não é com pouco esforço que se reverterá a tendência histórica de exclusão social que tem raízes na senzala”. Logo, precisa-se de muito esforço para acabar com as injustiças causadas a população negra e de baixa renda.

## 4. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABRAMO, P. **A cidade da informalidade O desafio das cidades Latino-americanas.** Rio de Janeiro, Livraria Sette Letras, FAPERJ, 2003.

ALFONSIN, Betânia de Moraes. **Direito à moradia: instrumentos e experiências de regularização fundiária nas cidades brasileiras.** Rio de Janeiro: IPPUR / FASE, 1997.

AMARCHEY, C. A. **A resposta dos agricultores às pressões urbanas sobre a terra: A experiência de Tamale.** Disponível em: < <http://www.agriculturaurbana.org.br/RAU/AU15/AU15tamale.html> > Acesso em: Jan. 2015.

AMORIM, T. P. **Conjuntos habitacionais ou condomínios fechados? Um estudo de caso sobre os empreendimentos Ipê Amarelo e Ipê Branco em Realengo, Rio de Janeiro.** Disponível em: < <http://conferencias.cies.iscte.pt/index.php/icyurb/sicyurb/paper/view/270/21> > Acesso em: Jan. 2015.

ARMAZEM. **Bairros cariocas.** Disponível em: < [http://portalgeo.rio.rj.gov.br/armazenzinho/web/BairrosCariocas/index2\\_bairro.htm](http://portalgeo.rio.rj.gov.br/armazenzinho/web/BairrosCariocas/index2_bairro.htm) > Acesso em: 09 Out. 2013.

ARRUDA, J. **Agricultura urbana e periurbana em Campinas/SP: Análise do Programa de Hortas Comunitárias como subsídio para políticas públicas.** Dissertação (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

ARRUDA, J. **Agricultura urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: sustentabilidade e repercussões na reprodução das famílias.** Tese Doutorado – (Instituto de Ciências Humanas e Sociais/CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

BALBO, M. **Ciudad y alimentación: alimentarse en la ciudad.** In: BALBO, M.; JORDÁN, R; SIMIONI, D (Compiladores). *La Ciudad Inclusiva*. Santiago de Chile: Naciones Unidas – Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) e Cooperazione Italiana, 2003. p.259-277. (Cuadernos de la CEPAL 88). Disponível em: <[http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/27814/S2003002\\_es.pdf?sequence=1](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/27814/S2003002_es.pdf?sequence=1)> Acesso em: Fev. 2015.

BARREIRA, M. R. A.; BOTELHO, M. L. **Crise urbana e favelização no Rio de Janeiro: para uma crítica da “questão urbana” contemporânea.** Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/marcosrodrigues.pdf>> Acesso em: 02 Out. 2013.

BRUM, M. Favelas e remoção ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos. In: **Revista PUC – O social em questão.** Ano XVI, n° 29, 2013.

CARDOSO, M. S. D. **SÓ VIVO DA PESCA: Estratégias de reprodução de famílias camponesas no meio urbano – entre Alcântara e São Luís, Maranhão.** Dissertação – Mestrado (Centro de Ciências Humanas/Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, 2008.

CARDOSO, A. L.; ARAUJO, F. S.; JAENISCH, S. T.; **Morando no limite: sobre padrões de localização e acessibilidade do programa minha casa minha vida na região metropolitana do Rio de Janeiro.** Disponível em:<<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:8S3QyZsvNfsJ:unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/download/4538/4407+&cd=12&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>> Acesso em: Jan. 2015.

CARDOSO, A.; ARAGÃO, T.; ARAÚJO, F. **Habitação de Interesse Social: Política ou Mercado?** Reflexos sobre a Construção do Espaço Metropolitano. Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <[http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/adauto\\_cardoso.pdf](http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/adauto_cardoso.pdf)> Acesso em: Fev. 2015.

CARLOS, A. F. A.; **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARVALHO, S.; KNAUSS, P. (org.) **Agricultura Urbana: dimensões e experiências do Brasil atual**. Rio de Janeiro: Enda Brasil, 2007.

CASTRO, P. R. **Galo cantou! : a conquista da propriedade pelos moradores do Cantagalo**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

CAVALLIERI, F.; VIDAL, A. **Favelas na cidade do Rio de Janeiro: o quadro populacional com base no Censo 2010**. IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2012.

CENSO DEMOGRÁFICO. **Aglomerados Subnormais Informações Territoriais**. Rio de Janeiro, p.1-251, 2010.

CONCEIÇÃO, S. G.; NODA, S. N. expansão urbana sobre áreas agrícolas em Manaus/AM. In: **Anais do II Seminário Internacional de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade**. Manaus - AM: EDUA. 2012.

COMPANS, R. A cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental. In: **XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. Belém - PA, 2007.

COSTA, V. L.; REGO, L. F. G. **As hortas urbanas de Madureira a Honório Gurgel: uma primeira Aproximação**. Disponível em:<[http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio\\_resumo2008/relatorios/ccs/geo/geo\\_vitor\\_lima\\_costa.pdf](http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2008/relatorios/ccs/geo/geo_vitor_lima_costa.pdf)> Acesso em: 11. Nov. 2013.

CRUZ, A. M.; ANJOS, M. B. **Vigário Geral Outros Olhares: Memória socioambiental**. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2007.

DANIEL, N. G. M. **O subúrbio como alternativa ao crescimento urbano – o exemplo de Del Castilho**. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Política e

Planejamento Urbano) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

DEBORD, G. **A Sociedade do espetáculo.** Paráfrases em português do Brasil: Railton Souza Guedes, eBooks, 2003.

DIONISIO, P. M. F. A construção do sentimento topofílico: o enfoque sobre o sub-bairro de Amovila (Vista-Alegre) – município do Rio de Janeiro. In: **XIII Encuentro de Geógrafos de América Latina.** Universidad de Costa Rica - Universidad Nacional, Costa Rica, 2011.

FRIDMAN, F. Propriedade fundiária, parcelamento da terra e processo de urbanização no Município do Rio de Janeiro. In: **Anais do XVI Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu – MG, 1992.

GAGLIANO, P. S. **Novo curso de direito civil.** Tomo II: Contratos em espécie. São Paulo: Saraiva, Volume 4, 7<sup>a</sup> Edição, 2014.

GARNIER, J. P. **O Futuro das Cidades.** Disponível em:< <http://reformaurbanars.blogspot.com.br/2012/01/o-futuro-das-cidades-por-jean-pierre.html> > Acesso em: 25 Set. 2013.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa Tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas.** São Paulo, v.35, n. 3, p. 20-29. 1995a.

GODOY, A. S. Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas.** São Paulo, v.35, n. 2, p. 57-63. 1995b.

HABERMAS, J. **O conceito de poder de Hannah Arendt** (1976). In: Freitag, B. e Rouanet, S. P. (orgs.). *Habermas*. São Paulo: Ática, 1980, p. 100-118.

HARVEY, D. **Espaços de esperança.** 5<sup>a</sup> edição. Loyola: São Paulo, 2012.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS/SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO.  
**Prestação de serviço para formulação e execução de pesquisa qualitativa e quantitativa a ser realizada junto aos beneficiários diretos e indiretos do projeto de revitalização da área central de Madureira.** Diretoria de projetos especiais. Rio de Janeiro. Dezembro, 2003.

ÍÑIGUEZ, L. **Manual de analise do discurso em Ciências Sociais.** Tradução Vera Lucia Joscelyne. Vozes: Petrópolis – RJ, 2004.

LEVEBVRE, H. **O direito à cidade.** Centauro: São Paulo, 2001.

LOVO, I. C. **Agricultura urbana: um elo entre o ambiente e a cidadania.** Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, 2011.

MACHADO, F. S. **Agricultura Urbana, Mercado de Trabalho, Renda e Família.** In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu- MG – Brasil, 2008.

MADALENO, I. M. **A cidade das mangueiras: agricultura urbana em Belém do Pará.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2002. 193 p.

MAGALHÃES, A. F.; GONÇALVES, R. S. **Regulação jurídico-urbanística das favelas cariocas: entre a 'liberdade' do Direito de Pasárgada e o 'congelamento' do Direito Estatal.** In: José Ribas Vieira (Org.). Desafios da Constituição: Democracia e Estado no século XXI. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011, p. 151-169.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias Planejamento urbano no Brasil. In: **A cidade do pensamento único: Desmangkanando consensos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000a.

MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado. In: **São Paulo em perspectiva.** V. 4, nº 4, São Paulo, 2000b.

MARICATO, E. Metrópole, legislação e desigualdade. In: **Estudos avançados**. V.17, nº 48, São Paulo, 2003.

MARICATO, E. **Brasil, cidades: Alternativas para uma crise urbana**. 6<sup>a</sup>ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MARICATO, E. **Metrópoles desgovernadas**. Disponível em: <  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142011000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000100002) >  
Acesso em: Dezembro 2014.

MARTINS, R. L. **Mercadão de Madureira: Caminhos de Comércio**. Carlos Joaquim. Condomínio do Entreposto Mercado do Rio de Janeiro, 2009.

MARZULO, E. P.; **Da identidade social dos pobres que vivem em favelas. Existe o favelado?** In: XI Congresso Brasileiro de Sociologia, UNICAMP, Campinas-SP, 2003.

MIYASAKA, C. R. **A reforma urbana e o subúrbio carioca na historiografia**. Disponível em:<<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1175.pdf> >  
Acesso em: 02 Out. 2013.

MOUGEOT, L. J. A. **Agricultura Urbana – conceito e definição**. Disponível em:<  
<http://www.ruaf.org/sites/default/files/AU1conceito.pdf> > Acesso em: Jan. 2015

OLIVEIRA, C. L. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. **Revista Travessias**. Disponível em:<[file:///C:/Users/Juliana%20Arruda/Downloads/3122-11555-1-PB%20\(5\).pdf](file:///C:/Users/Juliana%20Arruda/Downloads/3122-11555-1-PB%20(5).pdf) > Acesso em: Abril de 2014.

PEIXOTO, H. M. **A remoção e a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro**. Disponível em:<<http://direitourbanismo.wordpress.com/2013/03/19/a-remocao-e-a-lei-organica-do-municipio-do-rio-de-janeiro/> > Acesso em: 12 Nov. 2013.

PINHO, E. B. Regularização fundiária em favelas. In: FERNANDES, EDÉSIO (org). **Direito urbanístico**. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

PORTALGEO. **Madureira**. Disponível em: <  
[http://portalgeo.rio.rj.gov.br/armazenzinho/web/BairrosCariocas/index2\\_bairro.htm](http://portalgeo.rio.rj.gov.br/armazenzinho/web/BairrosCariocas/index2_bairro.htm) > Acesso em: 09 Out. 2013.

PRADO, B. A **construção de modos de vida sustentáveis em torno da agricultura na cidade do rio de janeiro: agricultores do maciço da pedra branca**. Dissertação (mestrado) (Instituto de Ciências Humanas e Sociais/CPDA) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

ROCHA, O. P. **A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro: 1870 – 1920**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Departamento Geral de Documentos e Informações Cultural - Biblioteca Carioca, v.1, 1986.

ROLNIK, R. (org). **Regularização fundiária plena: referências conceituais**. Brasília: Ministério das Cidades, 2007. 304p.

ROLNIK, R. **10 Anos do Estatuto da Cidade: Das Lutas pela Reforma Urbana às Cidades da Copa do Mundo**. Disponível em: <  
<https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/07/10-anos-do-estatuto-da-cidade.pdf> > Acesso em: Jan. 2015.

SANTANA FILHO, L. S.; LOCATEL, C. D.; SANTANA, G. C. P. **AGRICULTURA URBANA NA ZONA DE EXPANSÃO DE ARACAJU**. Disponível em: < <http://files.gepru.com/200000120-7791e788b1/AGRICULTURA%20%20URBANA%20NA%20ZONA%20DE%20EXPANS%C3%83O%20%20DE%20ARACAJU%20%20Laercio%20Souza.pdf> > Acessado em: Jan. 2015.

SANTOS, C. N. F. **A Cidade como um jogo de cartas**. Universidade federal Fluminense: EDUFF, 1988.

**SANTOS JUNIOR, O. A. A Produção Capitalista do Espaço, os Conflitos Urbanos e o Direito à Cidade.** In: Políticas públicas e direito à cidade: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais e conselheiros municipais. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles: IPPUR/UFRJ, 2011.

\_\_\_\_\_ ; RIBEIRO, L. C. Q. **Desafios da Questão Urbana na Perspectiva do Direito à Cidade.** In: Políticas públicas e direito à cidade: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais e conselheiros municipais. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles: IPPUR/UFRJ, 2011.

**SANTOS, L. S. A desruralização do urbano: a repressão aos usos rurais durante as reformas urbanas no Rio da Belle Époque.** In: Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 103-124, 2009.

**SANTOS, M. R. M. Apontamentos para uma agenda de democratização da política municipal de desenvolvimento urbano.** In: Políticas públicas e direito à cidade: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais e conselheiros municipais. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles: IPPUR/UFRJ, 2011.

**SILVA, L. C. Projeto urbanístico e impactos habitacionais: o caso da implantação do parque de Madureira, Rio de Janeiro.** Monografia - Curso de Especialização em Política e Planejamento Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, 2012.

**SILVA, J. S. (org.) O que é favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

**SOARES, R. G. A política, o direito e as favelas do Rio de Janeiro: um breve olhar histórico.** Disponível em: < <http://www.soma.org.br/arquivos/FavelasDoRioPoliticaDireitoOlharHistorico.pdf> > Acesso em: Nov. 2014.

**SOUSA, L. S. C. A constitucionalidade do aspecto temporal na regulamentação da concessão de uso especial para fins de moradia (CUEM).** Disponível em: < <http://jus.com.br/artigos/25213/a-constitucionalidade-do-aspecto-temporal-na-regulamentacao-da-concessao-de-uso-especial-para-fins-de-moradia-cuem#ixzz3K6AKyJ14> > Acesso em: Nov. 2014.

**SOUZA, M. L. ABC do desenvolvimento urbano.** 6<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

**TEIXEIRA, A. P; FREITAS, B; OLIVEIRA, V; RÊGO, C.C.A.B. Pesquisa-Ação.** Metodologias Qualitativas de Pesquisa. Salvador: Fast Design, 2008. Cap.6

**VAZ, L. F. Modernidade e moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro, Séculos XIX e XX.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002. p. 25-61.

**VIEIRA, N. P.; BAGNATORI, M. I.** Apontamentos sobre urbanização de favelas, remoções de moradias e trabalho social na cidade de São Paulo. In: **Revista PUC – O social em questão.** Ano XVI, n° 29, 2013.

**WEID, J. M.** Agroecologia: condição para a segurança alimentar. **Agriculturas – Experiências em Agroecologia.** Rio de Janeiro, v. 1, n. 0, p. 4-7, 2004.

## 5. ANEXOS

### 5.1. *Descrição Metodológica*

No presente trabalho utilizou-se a pesquisa científica qualitativa, estudo de caso, para alcançar os objetivos estabelecidos. Esse tipo de pesquisa consiste em interpretar um contexto particular e relatar a complexidade da situação a ser estudada de forma completa e profunda, transformando o empírico em algo documentável, além de representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes na tal situação social.

Esse tipo de pesquisa pode ser dividida em três partes. A primeira etapa considerada por exploratória para delimitação do estudo, a segunda coleta de dados e a terceira análise dos mesmos.

Além da utilização da estratégia de pesquisa citada buscaram-se dados secundários (produzido por pessoas que não estavam presentes na ocasião do fato a ser estudado) e realizou-se uma pesquisa bibliográfica em literaturas que discutem o contexto atual do Município do Rio de Janeiro, uso do solo urbano, especulação imobiliária, acesso a periódicos acadêmicos entre outros.

#### **Fase exploratória**

Segundo Thiollent, citado por Teixeira et. al (2008), a fase exploratória se caracteriza como o momento inicial. Na qual o pesquisador irá “[...] descobrir o campo de pesquisa, os interessados e suas expectativas e estabelecer um primeiro levantamento (ou ‘diagnóstico’) da situação, dos problemas prioritários e de eventuais ações”. De acordo com o autor citado, não se pode apresentar regras precisas para o estudo dessa fase.

Dessa forma, essa fase foi realizada para observar o campo a ser estudado e as possibilidades de dar continuidade na pesquisa, visto que para a mesma ter relevância necessitava da disponibilidade e interesse dos moradores e agricultores da comunidade de Vila das Torres.

A mesma ocorreu no período de Outubro de 2013 a Janeiro de 2014. Nessa ocasião foram realizadas buscas por documentos que retratasse o histórico do bairro de Madureira, o histórico da comunidade de Vila das Torres e o ocorrido durante a remoção, junto a isso uma

procura incessante por contatos, principalmente do presidente da Associação dos Moradores, e no mesmo momento buscava-se por dados do bairro Madureira e da comunidade Vila das Torres.

Após enviar diversas mensagens eletrônicas, solicitando o contato do presidente da extinta associação dos moradores, para pessoas que estiveram ligadas ao processo de desapropriação em Vila das Torres, obteve-se apenas uma resposta com o contato telefônico do mesmo. No entanto, foi o suficiente para realizar o primeiro contato com o próprio e marcar uma primeira conversa.

Após o contato telefônico com o presidente da associação e diversos encontros com longas conversas, o mesmo esclareceu a diversidade que existia no grupo a ser estudado (Comunidade de Vila das Torres, Madureira – RJ), revelando que seus elos com a moradia e horta estavam fortemente unidos. E para melhor compreender o universo pesquisado, o mesmo foi dividido em grupos sociais representativos.

Na descrição do presidente da Associação dos Moradores têm-se sujeitos relacionados à moradia, no qual se encontram indivíduos que foram para o Programa do Governo Minha Casa Minha Vida e outros que receberam uma indenização pelo imóvel que possuíam na comunidade. Do ultimo, alguns compraram uma casa própria e outros passaram a viver de aluguel.

Outros sujeitos foram definidos quanto à atividade agrícola praticada (fonte de renda), no qual se encaixam os indivíduos que foram e não foram indenizados pela *Light* em relação à horta mantida no espaço. Dos que foram indenizados alguns continuam realizando atividades agrícolas para obter renda (comerciantes do setor de ervas do Mercadão de Madureira) e outros se tornaram assalariados. Além desses, ainda existem os que receberam uma indenização pela horta e outro espaço da própria *Light* para continuar a produção.

Entretanto mesmo dividindo os atores da forma apresentada ainda existem pessoas que se encaixam tanto no primeiro quanto no segundo grupo, exemplo agricultores que receberam indenização da *Light* pela horta, mas como eram moradores da comunidade foram realocados nos prédios no bairro de Realengo – PMCMV ou mesmo receberam indenização em dinheiro pela moradia. Logo, para a segmentação desse primeiro grupo não ficar comprometida, ao

aplicar os questionários, optou-se por dividi-los de uma forma bem simplificada em três blocos:

- a) Apenas moradores da comunidade;
- b) Indivíduos que além de moradores também realizava atividade agrícola embaixo das torres e
- c) Somente agricultores (cultivavam, mas não moravam na comunidade).

O segundo grupo estabelecido é o dos gestores do projeto, neste foi considerado quatro blocos:

- a) O funcionário da *Light* (responsável pelas articulações com os agricultores);
- b) Técnicos da subprefeitura da Zona Norte do Rio de Janeiro (responsáveis pelas articulações com os moradores);
- c) O atual gestor do Parque Madureira (atuou junto à Prefeitura na articulação tanto com os moradores quanto com os agricultores) e
- d) O presidente da associação dos moradores (que trabalhou assiduamente durante todo processo das desapropriações).

### **Coleta de dados**

Usou-se uma variedade de fontes – conversas, sítios virtuais, bibliotecas, fotos, literatura, periódicos acadêmicos – para coletar os dados obtidos em vários momentos da pesquisa e em situações diversas, com diferentes tipos de sujeito (OLIVEIRA, 2014).

O universo quantitativo dos moradores e agricultores segundo a Assistente Social da Prefeitura era de 915 famílias cadastradas durante todo o processo. Desses 858 eram residências familiares e 57 eram comércio. Das residências familiares cadastradas 326 foram reassentadas em conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida situadas no bairro de Realengo e Campo Grande e as outras 532 famílias foram indenizadas. Não foi disponibilizado informações quanto as negociações em relação às pessoas que possuíam

comercio na comunidade. Não foi possível obter com exatidão o número de moradores, mas todos os gestores envolvidos estimaram mais de quatro mil pessoas na comunidade.

Dentre os grupos e blocos citados no subitem anterior, foi realizado vinte e duas entrevistas semiestruturadas, pois para Oliveira (2014) esse modelo de entrevista apresenta um conjunto de questões, em que o pesquisador administra a cada sujeito, no entanto, caso haja necessidade o pesquisador pode acrescentar uma questão não prevista, dependendo das respostas dos respondentes, para com isso responder as suas questões. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio, para posterior transcrição e análise.

Esse método segundo Oliveira (2014 p. 13).

permite não somente a realização de perguntas que são necessárias à pesquisa e não podem ser deixadas de lado, mas também a relativização dessas perguntas, dando liberdade ao entrevistado e a possibilidade de surgir novos questionamentos não previstos pelo pesquisador, o que poderá ocasionar uma melhor compreensão do objeto em questão.

Esse modelo de entrevista foi escolhido, após o estabelecimento do objetivo da pesquisa que foi identificar, a partir dos diferentes atores sociais envolvidos no processo (remoção), o antes, durante e depois da implantação do Parque Madureira.

Do primeiro grupo especificado foram entrevistados seis indivíduos que eram apenas moradores da comunidade, oito que além de moradores da Vila tinham como fonte de renda principal o cultivo nas faixas de transmissão da *Light*, um comodatário que não moravam na comunidade, dois moradores remanescentes. Deste ultimo grupo só foi possível entrevistar um indivíduos, pois como os mesmos não moravam mais na Vila e as pessoas entrevistadas não sabiam onde encontrá-los para indicar.

Do segundo grupo, foi entrevistado um funcionário da *Light*, uma Assistente Social da Prefeitura, o atual gestor do Parque Madureira e o Presidente da extinta Associação dos moradores que existia na comunidade de Vila das Torres. Na subprefeitura da zona norte não foi possível realizar uma entrevista devido à burocracia que existe para chegar ao subprefeito.

Sabe-se que o número de entrevista foi reduzido em relação ao universo dos indivíduos envolvidos nesse processo, entretanto devido à necessidade de obedecer ao prazo

do curso e a dificuldade de encontrar-los devido à dispersão após a remoção, os mesmos foram mantidos.

Realizar as entrevistas com os diferentes grupos acima diferenciados se justifica, pois será possível destacar os diferentes pontos de vista, da grande diversidade de atores que se estabelecia no local. Para com isso, verificar como cada ator se via dentro da comunidade, como reagiu a remoção e como estão se mantendo hoje para incorporar as mudanças sofridas com o processo.

Os questionamentos a serem realizados durante a pesquisa encontram-se no anexo 5.2. O qual foi dividido em perguntas direcionadas aos indivíduos que eram moradores e agricultores, para quem era apenas morador e apenas agricultor na comunidade de Vila das Torres. Quanto ao grupo dos gestores também é possível ver questões que foram apontadas para o funcionário da *Light*, da Prefeitura, ao gestor do Parque Madureira e o Presidente da Associação.

Os blocos foram divididos para que se possa realizar uma análise mais detalhada de todo contexto do objeto da pesquisa e para se alcançar o objetivo proposto.

### **Minhas Observações de campo**

Minhas observações quando cheguei ao conjunto habitacional Ipê amarelo (PMCMV-Realengo) não foram as melhores. Percebi os blocos bem sujos e com pouco verde (grama, jardim e árvore), mas algumas varandas repletas de plantas. Identifiquei também algumas casas com o varal de roupa dentro de casa (cordas no quarto de dormir ou varal de pé no pátio e/ou dentro de casa também), bicicletas amarradas no corrimão da varanda, geladeiras do lado de fora da casa, objetos não identificados (“entulhos”) pelas escadas e pátio, tapetes estendidos pelas escadas, a água da pia da cozinha muito amarelada. Revelando desta forma a falta de infraestrutura dos prédios junto às necessidades dos moradores.

Quando fui ao conjunto em uma tarde de domingo a maioria das pessoas estavam fazendo churrasco, umas na pequena varanda que tinham, outros na escada do prédio e outros no pátio, todos com uma música muito alta. Algumas pessoas fizeram das suas casas um comércio para vender diversos utensílios e alimentos (bar, bazar, doces e salgados em geral). Dentre todas essas coisas a que mais me incomodou foi a falta de privacidade das pessoas,

pois o caminho da escada era de frente para porta da casa das pessoas e como as mesmas estavam sempre abertas me esforçava para não olhar para dentro da casa dos mesmos. Depois de pensar sobre essas observações, cheguei à conclusão que não foi dado continuidade aos cuidados que deveriam ser tomados com a infraestrutura do conjunto habitacional.

Minhas observações quanto ao mercadão, setor das ervas, foram os mais agradáveis possíveis. Aquele cheiro de mato misturado com o das ervas e das flores era muito marcante. Tudo muito verde, as paredes, as grades e as fotos espalhadas, cada coluna do espaço com uma foto de todos os proprietários dos boxes (lojas). Todos os boxes eram enumerados e com o nome do dono. Um movimento muito intenso de pessoas. Os lojistas compartilham suas vendas, por exemplo, quando um freguês chega procurando um produto que não tem ele busca em outro boxe que tenha e vende.

### **Conversas preliminares**

Para alcançar os resultados preliminares foram realizadas entrevistas não estruturadas, sem planejamento nem controle anterior com comerciantes do Mercadão de Madureira que eram agricultores da comunidade de Vila das Torres, com o presidente da extinta Associação dos Moradores da comunidade e com o atual gestor do Parque Madureira que participou dos processos de remoção da comunidade.

É importante esclarecer que nas primeiras abordagens realizadas junto aos comerciantes do Mercadão de Madureira não se logrou êxito, pois os mesmos evitavam falar sobre tema, sempre indicando outras pessoas para falar e alguns se mostraram até mesmo irritados com a presença de uma pessoa querendo retomar o assunto. Foi possível supor que os motivos dessa reação sejam: que o local escolhido para a conversa era o local de trabalho dos mesmos e isso não os agradou; por não quererem relembrar o que aconteceu; por não gostarem de falar com uma pessoa desconhecida, entre outros que não foi possível perceberem nesse pouco tempo. No entanto, ao entrar em contato com o presidente da extinta Associação dos Moradores e o atual gestor do Parque, ambos, foram bem prestativos e logo marcaram uma conversa.

Os indivíduos entrevistados foram escolhidos para conversar aleatoriamente, sendo cada uma delas por indicação de outros entrevistados, devido à facilidade de encontrar-los. Em momento nenhum foi predeterminada as pessoas a serem entrevistadas, sendo elas

entrevistadas de acordo com a vontade e disponibilidade de cada um. Visto que tiveram diversas pessoas que não quiseram conversar.

Ao longo do texto foi possível perceber que a fala das pessoas que participaram ativamente do processo contra a remoção é diferente dos que passaram por ela como simples agentes passivos.

### **Coleta de dados do bloco 1 (atores sociais envolvidos)**

Minha abordagem junto aos moradores se deu informando-os que eu tinha a pretensão de escrever um trabalho sobre a horta, mas que eu não podia falar da horta sem falar dos moradores que foram retirados juntos e ninguém melhor do que eles para contar suas próprias histórias, para que eles não fossem esquecidos pelas pessoas que se favoreciam direta e indiretamente deles. Junto aos agricultores aleguei que fazia o curso de agronomia e tinha interesse em conhecer o trabalho que realizam no espaço que tinham, e aos que ainda tinham como trabalhavam no mesmo. Não podia falar que era uma pesquisa ou outra coisa parecida, pois eles não gostavam e não falavam. Já quando dizia que era um trabalho de escola ficavam bem mais abertos a conversar. Em todas as conversas foi esclarecido que os entrevistados não seriam identificados.

**(Maria Ana)** A entrevista 1 (15/10/2013) trabalha a 20 anos com boxe no mercadão. Possuía casa e horta em Madureira. Conseguiu comprar um terreno bem menor do que tinha antes com algumas reservas financeiras para continuar produzindo e com sua indenização comprou uma casa.

**(Milena Alice)** A entrevista 2 (17/10/2013) foi realizada no mercadão de Madureira. A entrevistada não queria conversar de maneira nenhuma, foi necessário ir diversas vezes ao boxe dela até que um dia resolveu falar, mas de forma bem rápida, logo indicou outra pessoa para conversar. Conseguiu comprar um terreno para continuar plantando e uma casa, não por conta da indenização, mas sim porque tinha uma reserva financeira. Ela estava acompanhada sempre de sua mãe, trabalhando, que foi uma das primeiras moradoras da vila, entretanto não me permitiu conversar sozinha com a mãe dela, pois a mesma apresentava problemas de saúde e não ouvi muito bem. Então foi necessário realizar tal entrevista junto dela e de sua mãe.

**(Mario Augusto)** A entrevista 3 (17/10/2013) com o filho de um agricultor. Dentre todos os entrevistados, foi um dos poucos que fizeram um balanço positivo do processo de remoção. Comprou uma casa, com a indenização, na rua ao lado do Parque Madureira e conseguiu assinar outro contrato de comodatário com a *Light* em um bairro próximo a Madureira.

Tais entrevistas ocorreram de forma preliminar para auxiliar a construção do objetivo da pesquisa, para entender e delimitar os atores sociais que estavam envolvidos no processo.

O questionário teste direcionado para os moradores foi realizado no dia 24/08/2014 e a partir do mesmo foi necessária algumas alterações para obter melhores resultados. O teste do questionário direcionado para os agricultores foi realizado dia 25/08/2014.

**(Morgana)** A entrevista 4 (24/08/2014) foi realizada com uma moradora da extinta comunidade que recebeu indenização e conseguiu comprar uma casa nova. Nossa conversa ocorreu sentada em bancos na porta da casa de uma moradora de PMCMV – Realengo às 14h de um domingo. Três amigas (uma dona da casa e as outras duas eram visitas – amizade construída em Vila das Torres) estavam em uma reunião, bate papo na porta de casa, bebendo cerveja e comendo petiscos e minha tia e eu chegamos e nos juntamos as mesmas, pois uma eram muito amigas da minha tia. Apresentei-me e no mesmo momento elas se interessaram e se dispuseram a me ajudar com a pesquisa. Muitas conversas paralelas surgiam durante a entrevista, pois se lembravam de pessoas que já tinham falecidos, que estava grávida, doente, casada, separada entre outras coisas. Fazendo dessa forma com que a entrevista se estendesse muito, mas mesmo assim quando o questionário elaborado se esgotou elas reclamaram dizendo: “mais já, estava tão bom” e continuaram falando sobre a comunidade, até que fui obrigada a terminar com o assunto, pois precisava ir a outras casas.

**(Mônica)** A entrevista 5 (24/08/2014) foi realizada junto a uma moradora da extinta comunidade que foi realocada no conjunto habitacional do PMCMV – Realengo. Nossa conversa ocorreu na sala da casa da mesma, em Realengo. Ela se propôs a me ajudar, mas ficou extremamente reciosa, falava baixo porque sabia que estava sendo gravada, evitava as respostas sendo elas todas bem curtas, percebendo isso falei para ela não se preocupar porque eu não trabalhava na Prefeitura e muito menos para algum político (estávamos próximo das eleições), apenas estava escrevendo meu trabalho para concluir meu curso. A tal moradora trabalhava na comunidade tomando conta de crianças e até hoje continua com a atividade em

sua residência. Ao chegar havia um menino que ela tomava conta desde quando morava na comunidade e não quis mais morar com a mãe, morando com ela até os dias atuais.

**(Monalisa)** A entrevista 6 (24/08/2014) foi realizada junto a uma moradora da extinta comunidade que foi realocada no conjunto habitacional do PMCMV – Realengo. Nossa conversa ocorreu na escada do prédio do conjunto, em Realengo. Ela me chamou dizendo que gostaria de falar sobre o que aconteceu. Logo, foi a ela para explicar sobre a pesquisa e o porquê estava buscando as informações e logo começamos a entrevista.

**(Agripino)** A entrevista 7 (25/08/2014) só foi possível porque passei pela banca que onde o mesmo vendia suas verduras, minha tia o conhecia, eu me apresentei e perguntei se ele podia me ajudar com a pesquisa. Um dos poucos entrevistados que fizeram um balanço positivo quanto ao processo de remoção. Ele tinha um espaço de horta embaixo das torres (mas não conseguiu outro, pois não teve interesse, entretanto começou a comprar da CEASA para revender), mas não possuía residência na comunidade, morava em Madureira na mesma casa que vive hoje e a agricultura era sua única fonte de renda. A mesma foi realizada na rua Soares Caldeira, em Madureira, local que hoje é um estacionamento de carro e antes era a sua horta, identificada pela árvore de cajá que o entrevistado disse ter plantado para proteger sua horta. Respondeu todas as perguntas, no entanto, também ficou recioso em algumas perguntas e respondeu com poucas palavras.

**(Magno Roberto)** A entrevista 8 (30/08/2014) foi realizada junto a um morador remanescente da comunidade, na banca de frutas e legumes do mesmo, localizada na entrada da comunidade remanescente, em Madureira.

**(Marcio Alberto)** A entrevista 9 (30/08/2014) foi realizada no setor das ervas do Mercadão de Madureira. O entrevistado assim que eu me apresentei se mostrou prestativo e com vontade de ajudar na pesquisa. Conversamos ao lado de seu boxe. Ao fim da conversa ele pediu obrigado e disse que eu estava fazendo um bem para ele por ouvi-lo. O mesmo possuía, além do espaço de horta embaixo das torres, uma residência na comunidade. O mesmo comprou uma nova residência e conseguiu arrendar outro terreno no município de Itaguaí.

**(Marta Aimê)** A entrevista 10 (30/08/2014) foi realizada no setor das ervas do Mercadão de Madureira. Descendente de português por parte de pai. Tivemos uma conversa

longa, pois a mesma foi realizada no boxe de vendas, então por diversas vezes éramos interrompidas por fregueses. Essa senhora era moradora da comunidade, recebeu indenização e comprou uma casa nova, e possuía um espaço de terra para cultivar embaixo das torres da *Light*, quanto a sua fonte de renda a moradora perdeu, pois não conseguiu outro espaço e passou a ter que comprar para revender.

**(Micaela)** A entrevista 11 (10/09/2014) foi realizada com uma moradora que recebeu indenização por sua residência e conseguiu comprar uma casa nova. Nossa conversa se deu na cozinha da casa dela, no bairro de Rocha Miranda. A mesma tinha sido Presidente da Associação dos Moradores da comunidade por seis anos.

**(Moraes)** A entrevista 12 (14/09/2014) ocorreu em um encontro eleitoral organizado pelo ex presidente da associação dos moradores da comunidade de Vila das Torres, em Madureira. Foi uma conversa bem interessante, com informações novas, nunca ditas por outros entrevistados. Ele recebeu indenização por sua residência e conseguiu comprar uma casa nova.

**(Marisa)** A entrevista 13 (15/09/2014) foi realizada na sala da casa da mesma, em Turiaçu um bairro vizinho a Madureira. Ela alegou que até hoje não tinha conseguido se estabilizar novamente. A mesma recebeu indenização por sua residência, mas até então não conseguiu comprar uma casa, vivendo hoje de aluguel com o marido e os filhos. Além disso a mesma possuía um pequeno comércio na sua residência enquanto morava na comunidade, mas não foi indenizada por ele e não conseguiu mantê-lo na nova casa, logo se encontra sem fonte de renda para ajudar o marido nas despesas domésticas. Mais uma que disse que foi bom conversar sobre o assunto, pois desabafava.

**(Moacir Alaor)** A entrevista 14 (19/09/2014) foi realizada no espaço que ele cultiva as hortaliças, embaixo das torres da *Light*, em Madureira. Foi muito boa nossa conversa, longa porque enquanto conversamos ele preparava o canteiro para plantar coentro, porém ótima. Ele era residente da comunidade desapropriada, recebeu indenização e comprou um terreno para construir sua nova casa. O terreno que ele cultiva fica na área remanescente da comunidade, logo não precisou sair, apesar de ter parado o serviço porque informaram que ele precisaria sair do espaço. Mas como as obras não começaram ele pediu junto a *Light* para continuar com o espaço. O mesmo trabalha com barraca de hortaliças em feiras, com a saída

precoce do terreno passou a ter que adquirir os produtos da CEASA para revender, mas hoje em dia ele continua num pequeno espaço trabalhando para obter renda.

**(Moises Abel)** A entrevista 15 (24/09/2014) foi realizada em sua banca de verduras, em Madureira. Cheguei a ele por indicação de outra entrevistada. Inicialmente ele não queria falar disso que não tinha o que dizer, porque o que aconteceu todo mundo já sabia. Ele era agricultor e morador, possuía 21 canteiros de 15 metros cada, o que plantava vendia em sua banca, com a saída da horta ele passou a adquirir seus produtos da CEASA. No meio da conversa também me questionou se eu trabalhava para Prefeitura. Ao sair da comunidade ganhou um apartamento em Realengo do PMCMV.

**(Mozart Afonso)** A entrevista 16 (24/09/2014) foi realizada por acaso, enquanto conversava com um agricultor em sua banca no bairro de Madureira, ele passou, foi apresentada a ele e começamos a conversar. Ele morou e trabalhou nas hortas durante 36 anos. Hoje trabalha na construção civil, recebeu indenização pela sua moradia e conseguiu comprar uma nova residência.

**(Maira Rebeca)** A entrevista 17 (24/09/2014) foi realizada com uma moradora remanescente da comunidade de Vila das Torres, na porta da casa da entrevistada, uma menina jovem. Morava na comunidade durante oito anos. Ela alugava parte da sua moradia (varanda) para uma cabeleireira.

### **Coleta de dados do bloco 2 (gestores do processo)**

Minha abordagem junto aos gestores se deu explicando que era estudante, estava escrevendo um trabalho sobre hortas urbanas e tinha interesse em saber como era a vida dos agricultores e como se deu o processo de remoção/relocação dos moradores/agricultores da comunidade de Vila das Torres.

**(Prestes)** A entrevista 18 (23/09/2014) com o presidente da extinta Associação dos Moradores de Vila das Torres ocorreu no Shopping Madureira, onde tivemos uma longa conversa, com muitos relatos. Apesar desse nosso encontro nos vimos e falamos diversas outras vezes, seja por telefone ou não ao vivo. Uma conversa longa, mas muito agradável, com muitos detalhes e um cuidado, da parte dele, de contar tudo o que aconteceu tanto bom quanto ruim.

**(Parco)** A entrevista 19 (24/09/2014) com o gestor do Parque Madureira o primeiro contato foi realizado por telefone até conseguirmos uma data para marcar uma conversa. Conversamos em sua sala, no Parque Madureira, uma conversa agradável, se mostrou muito solícito. Depois saímos para conhecer o parque e o espaço onde estava sendo realizada a obra para expansão do mesmo, local este que tinha hortas.

O contato com a Secretaria Municipal de Habitação já foi mais complicada, com muita burocracia. Falei algumas vezes, por telefone, com as pessoas que eu estava interessada em conversar, mas para as mesmas me receberem para uma conversa precisei mandar um e-mail para o Secretário de Habitação do Rio de Janeiro para ele permitir nosso encontro. Como não obtive nenhuma resposta resolvi ligar e pedir para falar com outra pessoa que sabia que tinha participado do cadastramento das famílias de Vila das Torres e obtive êxito, nossa conversa foi agendada na mesma hora para o dia seguinte.

**(Ana Sofia)** A entrevista 20 (26/09/2014) foi realizada com a Assistente Social da Secretaria Municipal de Habitação do Rio de Janeiro, em sua sala, no prédio da Prefeitura. Uma conversa muito boa, interessante e surpreendente. A mesma trabalhava a mais de 30 anos na Prefeitura com remanejamento/reassentamento de famílias na cidade.

Enquanto esperava ser chamada pela Assistente Social na Secretaria de Habitação presenciei uma cena triste. Diversas pessoas sentadas nos corredores esperando ser chamada para conversar sobre a indenização de suas casas, pois pelo que conseguia ouvir das pessoas sentadas a minha volta, eles também seriam removidos. E as conversas entre eles eram muito triste, todos muito irritados com os valores oferecidos, outros não sabiam o que fazer, tinha uma senhora chorando muito e outras sendo chamada. Uma frase que ouvi e ficou marcada foi um homem dizer: “ Eu disse para ela lá dentro. Se a senhora acha que com esse dinheiro eu consigo comprar uma casa em outro lugar que não seja uma favela, vamos fazer o seguinte? A senhora compra a casa e me dá, nem me importo com o bairro, basta uma casa para eu morar com minha família. E ai ela ficou me olhando séria. Com esse dinheiro que eles querem da para gente, a gente vai para onde? Eles estão doidos”.

**(Úrsula)** A entrevista 21 (26/09/2014) foi realizada na sala da gerente de Urbanismo, na Secretaria Municipal de Urbanismo do Rio de Janeiro. Uma conversa rápida em que ela me mostrou algumas fotos do primeiro estudo de proposta para fazer o Parque Madureira, documento esse que data de 1999. Contou-me um pouco da história do interesse de alguns

atores sociais, segundo a própria *Light* e associação dos comerciantes de Madureira, pelo uso do espaço.

A visita realizada (26/09/2014) a Secretaria Municipal de Obras, indicada pela gerente de urbanismo, não foi possível obter respostas, pois nenhuma das pessoas que eu conversei sabia informar alguma coisa a respeito ou alguém que pudesse responder sobre. Ficaram me indicando diversas salas e pessoas para falar, mas ninguém se prontificava em responder, alegando não saber nada sobre o Parque. Mandaram-me procurar a subprefeitura, pois era o órgão responsável por ter as informações solicitadas.

Por diversas vezes realizei inúmeras ligações com o intuito de marcar uma conversa com o Subprefeito da Zona Norte do Município do Rio de Janeiro, mas sua secretaria sempre alegava que o mesmo não poderia me atender, principalmente por estar muito ocupado com o período eleitoral, mesmo as eleições não sendo a nível municipal e depois o argumento para não me atender foi estar ocupado com a remoção dos moradores para expansão do Parque.

**(Ligio)** A entrevista 22 (02/09/2014) com o representante da *Light* foi realizada a partir do contato telefônico, contato este que consegui com outros entrevistados. Conversamos em uma sala de reunião, no prédio da *Light* localizado no bairro de Cascadura. Explicou como funcionava o contrato, como era a relação deles com os agricultores. Ele possuía muita experiência, trabalhava na *Light* há 42 anos e era o responsável pela manutenção das linhas de transmissão do Rio de Janeiro fronteira com São Paulo, do Rio de Janeiro fronteira com Minas Gerais, logo ele que tratava diretamente com os agricultores cedendo ou cancelando os contratos de comodatários.

### **Análise das entrevistas**

Após a coleta dos dados a partir de gravações foi realizada a transcrição integral das entrevistas para realizar a análise e posterior utilização no texto. Foi extremamente complicado escrever o trabalho, notando ao longo das entrevistas o quanto ruim tinha sido a desapropriação para a maioria, enquanto outros, que também conheci, estavam sendo removidos para a expansão do Parque. Escrever o trabalho nesse momento foi uma luta, por não ter condições de minimizar os impactos que seriam gerados aos outros agricultores.

Ao utilizar o depoimento dos moradores, houve-se o cuidado de manter fiel as suas falas. As hesitações, gírias e frases que faziam referência ao questionário aplicado foram

mantidas, pois elas são de suma importância para entender o sentimento do entrevistado em relação a sua opinião quanto ao caso. Entretanto, as que não interfeririam no sentido do depoimento foram excluídas, da mesma forma que as repetições demais, vícios de linguagem e problemas na concordância. Tal ação foi realizada para tornar a leitura mais cômoda.

A realidade para as pessoas é aquilo que elas mesmas constroem como sendo real, e elas o fazem na maior parte das vezes a partir da conversação. Daí a necessidade de focar nas falas, como formas de interação social, com suas próprias variáveis, objetivos, interesses, problemas e estratégias para fazer sentido (IÑIGUEZ, 2004).

## 5.2. Bloco de questões atores sociais atingidos

<b>BLOCO 1: ATORES SOCIAIS ATINGIDOS</b>		
MORADOR	AGRICULTOR	MORADOR/AGRICULTOR
<b>Sub-bloco: Histórico comunidade/horta</b>		
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Como e quando você chegou à comunidade?</li> <li>2. Como era fisicamente (quantas pessoas, quantas casas etc.) a comunidade quando você chegou nela?</li> <li>3. Você tinha algum documento quanto a sua residência?</li> <li>4. Você tinha alguma relação com a horta? Qual e como?</li> <li>5. Quais eram suas atividades econômicas e de lazer que você realizava enquanto morava na comunidade?</li> <li>6. Como era a sua relação com a vizinhança enquanto morava na comunidade?</li> <li>7. O que a comunidade significava para você? Que perdas você teve com o fim da convivência?</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Como e quando chegou à região e decidiu trabalhar com a agricultura?</li> <li>2. Como você iniciou a atividade? Tinha contrato com a <i>Light</i>, o terreno estava preparado?</li> <li>3. A agricultura era uma atividade secundária ou primária quanto sua renda? Se secundária, qual era a primária?</li> <li>4. O que você produzia na horta? Que tipo de mão de obra usava, tinha empregados?</li> <li>5. Quais eram as relações estabelecidas a partir da comercialização dos produtos? Para quem vendia, onde vendia? Para comunidade ou fora dela?</li> <li>6. Havia algum tipo de parceira no trabalho entre você e os outros agricultores?</li> <li>7. Você tinha alguma relação de parentesco com a comunidade de Vila das Torres (amigos, parentes etc.)?</li> <li>8. O que a horta significava para você?</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Como e quando chegou à comunidade?</li> <li>2. Como era fisicamente (quantas pessoas, quantas casas etc.) a comunidade quando você chegou nela?</li> <li>3. Como e quando decidiu trabalhar com a agricultura? Como você iniciou a atividade? Tinha contrato com a <i>Light</i>, o terreno estava preparado?</li> <li>4. Você tinha algum documento quanto a sua residência?</li> <li>5. A agricultura era uma atividade secundária ou primária quanto sua renda? Se secundária, qual era a primária?</li> <li>6. O que você produzia na horta? Que tipo de mão de obra usava, tinha empregados?</li> <li>7. Quais eram as relações estabelecidas a partir da comercialização dos produtos? Para quem vendia, onde vendia? Para comunidade ou fora dela? (barraca, loja ou direta)</li> <li>8. Havia algum tipo de parceria no trabalho entre você e os outros agricultores?</li> <li>9. Quais eram as atividades de lazer que você realizava enquanto morava na comunidade?</li> <li>10. Como era sua relação com a vizinhança enquanto morava na comunidade?</li> <li>11. O que a comunidade e a horta significavam para você?</li> <li>12. Na comunidade o que mais interessava para você, a horta (renda) ou a moradia? Por quê?</li> </ol>

BLOCO 1: ATORES SOCIAIS ATINGIDOS		
MORADOR	AGRICULTOR	MORADOR/AGRICULTOR
<b>Sub-bloco: Desapropriação</b>		
<p>8. Quando e como você ouviu falar a primeira vez sobre o Parque Madureira?</p> <p>9. Quando e como ficou sabendo que sairia da comunidade?</p> <p>10. Como foram os procedimentos da Prefeitura para a desapropriação? Eles convocaram alguém para avisar, foi feito reunião? Harmoniosa ou conflituosa?</p> <p>11. Quanto tempo durou o processo? Você sabia para onde iria?</p> <p>12. Você recebeu orientação jurídica durante o processo de desapropriação?</p> <p>13. Você se organizou (frequentou reuniões com a associação dos moradores ou outros órgãos) para enfrentar o conflito com o governo tentando evitar a desapropriação? Como?</p> <p>14. Você recebeu indenização, uma casa, aluguel social ou algo do tipo?</p>	<p>9. Quando e como você ouviu falar a primeira vez sobre o Parque Madureira? Você já sabia da possibilidade de perder o terreno?</p> <p>10. Quando e como ficou sabendo que sairia do terreno?</p> <p>11. Como foi sua relação com os gestores durante o processo de desapropriação? Eles convocaram alguém para avisar, foi feito reunião? Harmoniosa ou conflituosa?</p> <p>12. Quanto tempo durou o processo? Você recebeu orientação jurídica?</p> <p>13. Você se organizou (frequentou reuniões com a associação dos moradores ou outros órgãos) para enfrentar o conflito com o governo tentando evitar a desapropriação? Como?</p> <p>14. Você recebeu indenização ou outro terreno?</p> <p>15. Quais foram os impactos gerados pela perda da sua produção (econômico, alimentar)?</p> <p>16. Você continua com a prática agrícola em outra região no Rio de Janeiro? Onde, como e por quê?</p>	<p>13. Quando e como você ouviu falar a primeira vez sobre o Parque Madureira? Você já sabia da possibilidade de perder o terreno?</p> <p>14. Quando e como ficou sabendo que sairia da comunidade e do terreno?</p> <p>15. Como foram os procedimentos dos gestores (<i>Light</i> e Prefeitura) para a desapropriação? Eles convocaram alguém para avisar, foi feito reunião? Harmoniosa ou conflituosa?</p> <p>16. Quanto tempo durou o processo? Você sabia para onde iria?</p> <p>17. Você recebeu orientação jurídica durante o processo de desapropriação?</p> <p>18. Você se organizou (frequentou reuniões com a associação dos moradores ou outros órgãos) para enfrentar o conflito com o governo tentando evitar a desapropriação? Como?</p> <p>19. Você recebeu indenização, uma casa, aluguel social, outro terreno ou algo do tipo?</p> <p>20. Você continua com a prática agrícola em outra região no Rio de Janeiro? Onde, como e por quê?</p>

BLOCO 1: ATORES SOCIAIS ATINGIDOS		
MORADOR	AGRICULTOR	MORADOR/AGRICULTOR
<b>Sub-bloco: Atualmente</b>		
<p>15. E após a desapropriação, como foi o estabelecimento na nova residência?</p> <p>16. Quais são suas atividades econômicas e de lazer que você realiza hoje?</p> <p>17. Como é sua relação com a vizinhança aqui nos prédios hoje?</p> <p>18. Como estão hoje seus laços de amizade com as pessoas que eram moradoras de Vila das Torres?</p> <p>19. Como você classifica sua vida hoje em 2014, após todas essas mudanças, melhor ou pior? Porque?</p> <p>20. Você frequenta o Parque Madureira?</p> <p>21. Você acha que o PM é uma obra importante para o bairro e para a cidade? Por quê?</p> <p>22. Os gastos aumentaram? Tem documento da casa?</p> <p>23. Como são os serviços (transporte, escola, hospital, farmácia, mercado, sacolão)?</p> <p><b>24. O que ganhou/perdeu aqui que não tinha na comunidade?</b></p>	<p>17. E após a saída do terreno, como foi?</p> <p>18. Qual sua principal fonte de renda hoje?</p> <p>19. Quais foram os impactos gerados pela perda da horta?</p> <p>20. Como você classifica sua vida hoje em 2014, após todas essas mudanças, melhor ou pior?</p> <p>21. Você frequenta o Parque Madureira?</p> <p>22. Você acha que o PM é uma obra importante para o bairro e para a cidade? Por quê?</p> <p>23. Você tinha relações com entidades que apoiam a manutenção de hortas urbanas?</p> <p>24. Você acha importante a existência de práticas agrícola na cidade do RJ. Se sim, quais os fatores que contribuem ou dificultam essa possibilidade?</p>	<p>21. E após a desapropriação, como foi o estabelecimento na nova residência? E quanto a horta?</p> <p>22. Quais são suas atividades econômicas e de lazer que você realiza hoje?</p> <p>23. Como é sua relação com a vizinhança aqui na nova casa?</p> <p>24. Como estão hoje seus laços de amizade com as pessoas que eram moradoras de Vila das Torres?</p> <p>25. Quais foram os impactos gerados pela perda da sua moradia e pela perda da horta?</p> <p>26. Como você classifica sua vida hoje em 2014, após todas essas mudanças, melhor ou pior?</p> <p>27. Você frequenta o Parque Madureira?</p> <p>28. Você acha que o PM é uma obra importante para o bairro e para a cidade? Por quê?</p> <p>29. Você tinha relações com entidades que apoiam a manutenção de hortas urbanas? Ou conhece algum?</p> <p><b>30. Você acha importante a existência de práticas agrícola na cidade do RJ. Se sim, quais os fatores que contribuem ou dificultam essa possibilidade?</b></p>

### 5.3. Bloco de questões gestores do processo

#### Gestores (Light, Subprefeitura, Presidente da Associação dos Moradores e Parque Madureira)

BLOCO 2: GESTORES			
LIGHT	SUBPREFEITURA	PRES. ASS. MORADORES	PARQUE
<b>Sub-bloco: Histórico</b>			
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Como se deu a origem das hortas? Como e quando foi esse processo inicial de disponibilização do terreno? E por quê?</li> <li>2. De quem era o terreno ocupado pelas hortas e o espaço ocupado pelas residências?</li> <li>3. Se existia, quais foram os outros motivos que mantiveram os agricultores no local, até 2011 (período da desapropriação), além do espaço ser privado cedido para os mesmos pela <i>Light</i> em forma de comodato?</li> <li>4. Quando e como você ficou sabendo sobre o projeto Parque Madureira?</li> <li>5. Quais eram as pessoas que estavam envolvidas na elaboração e implantação do projeto Parque Madureira? Como foi a discussão em relação à parceria firmada entre as empresas?</li> <li>6. Como a <i>Light</i> se posicionou com respeito à implantação do Parque Madureira?</li> <li>7. Quais foram os desafios e sucessos encontrados durante a implantação do Parque?</li> <li>8. Quais foram os critérios para escolha do espaço a ser implantado o Parque Madureira?</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Como se deu o surgimento da comunidade de Vila das Torres? Qual seu histórico?</li> <li>2. De quem era o terreno ocupado pelas hortas e o espaço ocupado pelas residências?</li> <li>3. Em que circunstância surgiu o Projeto do Parque de Madureira? Tanto o primeiro quanto o atual.</li> <li>4. Como era o projeto inicial do PM? O que se pensava com este projeto? Por que e como foi alterado?</li> <li>5. Se existia, quais foram os outros motivos que mantiveram os agricultores no local, até 2011 (período da desapropriação), além do espaço ser privado cedido para os mesmos pela <i>Light</i> em forma de comodato?</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Como você chegou à presidência da Associação dos Moradores da comunidade?</li> <li>2. Quando e como você ficou sabendo sobre o projeto Parque Madureira?</li> <li>3. Quando, como e quem foi falar com você sobre a desapropriação da comunidade? Entraram em contato, marcaram reunião? Contato direto ou indireto?</li> <li>4. Quais eram as pessoas que estavam envolvidas na elaboração e implantação do projeto Parque Madureira?</li> <li>5. Qual sua relação com a horta? Como você a classificaria (boa, ruim, importante, precária)?</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Em que circunstância surgiu o Projeto do Parque de Madureira? Tanto o primeiro quanto o atual.</li> <li>2. Como era o projeto inicial do PM? O que se pensava com este projeto? Por que e como foi alterado?</li> <li>3. De quem era o terreno ocupado pelas hortas e o espaço ocupado pelas residências?</li> <li>4. Se existia, quais foram os outros motivos que mantiveram os agricultores no local, até 2011 (período da desapropriação), além do espaço ser privado cedido para os mesmos pela <i>Light</i> em forma de comodato?</li> <li>5. Quando e como você ficou sabendo sobre o projeto Parque Madureira?</li> <li>6. Quais eram as pessoas que estavam envolvidas na elaboração e implantação do projeto Parque Madureira? Como foi a discussão em relação à parceria firmada entre as empresas?</li> </ol>

<b>BLOCO 2: GESTORES</b>			
<b>LIGHT</b>	<b>SUBPREFEITURA</b>	<b>PRES. ASS. MORADORES</b>	<b>PARQUE</b>
<b>Sub-bloco: Desapropriação</b>			
<p>9. A agricultura (fonte de renda) teve algum papel na decisão de tirar as famílias ou não da região para a implantação do Parque?</p> <p>10. Durante as articulações para elaboração do projeto do Parque, quais foram as estratégias pensadas quanto à horta?</p> <p>11. Quando e como foi realizada a articulação com os agricultores/moradores? Pacífica ou conflituosa? Por que você acha que isso aconteceu?</p> <p>12. Quais as análises foram feitas no terreno para pagamento da indenização? Quais critérios?</p> <p>13. Como os moradores/agricultores reagiram a seu ver?</p>	<p>6. Quando e como você ficou sabendo sobre o projeto Parque Madureira?</p> <p>7. Quais eram as pessoas que estavam envolvidas na elaboração e implantação do projeto Parque Madureira? Como foi a discussão em relação à parceria firmada entre as empresas?</p> <p>8. Quais foram os critérios para escolha do espaço a ser implantado o Parque Madureira?</p> <p>9. Quais foram os desafios e sucessos encontrados durante a implantação do Parque?</p> <p>10. Quando e como foi realizada a articulação com os agricultores/moradores? Pacífica ou conflituosa? Por que você acha que isso aconteceu?</p> <p>11. Qual foi a posição da Prefeitura em relação à horta? Como você classificaria a horta lá existente (boa, ruim, importante, precária)?</p> <p>12. A agricultura teve algum papel na decisão de tirar as famílias ou não da região para a implantação do Parque?</p> <p>13. Quais foram os critérios para o deslocamento dos moradores (PMCMV – Realengo, Indenização, entre outros)?</p>	<p>6. Quais foram os critérios para escolha, por parte dos gestores, do espaço a ser implantado o Parque Madureira?</p> <p>7. Você acha que os gestores levaram em consideração a existência da agricultura para tomar a decisão de tirar as famílias ou não da região para a implantação do Parque?</p> <p>8. Se existia, quais foram os outros motivos que mantiveram os agricultores no local, até 2011 (período da desapropriação), além do espaço ser privado cedido para os mesmos pela <i>Light</i> em forma de comodato? E os moradores naquele espaço?</p> <p>9. Como foi realizada sua articulação com os agricultores/moradores? Pacífica ou conflituosa? Por que você acha que isso aconteceu? E com os gestores (Prefeitura e <i>Light</i>)?</p> <p>10. Você recebeu algum tipo de apoio (jurídico, financeiro, entre outros)?</p> <p>11. A seu ver, como os moradores/agricultores reagiram ao processo?</p>	<p>7. Quais foram os critérios para escolha do espaço a ser implantado o Parque Madureira?</p> <p>8. Quais foram os desafios e sucessos encontrados durante a implantação do Parque?</p> <p>9. Quando e como foi realizada a articulação com os agricultores/moradores? Pacífica ou conflituosa? Por que você acha que isso aconteceu?</p> <p>10. Como você classificaria a horta lá existente (boa, ruim, importante, precária)?</p> <p>11. A agricultura teve algum papel na decisão de tirar as famílias ou não da região para a implantação do Parque?</p> <p>12. Como os moradores/agricultores reagiram a seu ver?</p>

<b>BLOCO 2: GESTORES</b>			
<i>LIGHT</i>	SUBPREFEITURA	PRES. ASS. MORADORES	PARQUE
<b>Sub-bloco: Dados</b>			
<p>14. Qual era o tamanho da horta? Qual era o volume de produção?</p> <p>15. Quantos lotes existiam? Quantas pessoas ocupavam o espaço?</p> <p>16. Quantos agricultores foram indenizados? Quantos receberam outro terreno? E por que ganharam? Que critérios utilizaram?</p> <p>17. Como você classificaria a horta lá existente (boa, ruim, importante, precária)?</p>	<p>14. Quantos domicílios tinham na comunidade? Quantas pessoas foram removidas? Qual a metragem da comunidade?</p> <p>15. Quantas receberam aluguel social, indenização e foram alocadas no PMCMV-Realengo?</p> <p>16. Quais são os dados socioeconômicos da comunidade? Quantos adultos, crianças, domicílios, moradores, homens, mulheres etc.?</p> <p>17. De quem recebeu recurso financeiro? Quanto custou a obra?</p> <p>18. Por que optaram por essa empresa privada?PPP.</p>	<p>12. Quantas pessoas trabalhavam na horta e moravam na comunidade?</p> <p>13. Você possui dados socioeconômicos da comunidade? Quantos adultos, crianças, domicílios, moradores, homens, mulheres etc.?</p> <p>14. Quantas receberam indenização, aluguel social ou apartamento?</p>	<p>13. Por que a manutenção dos remanescentes de Vila das Torres? Quais as providências serão tomadas em relação a eles?</p> <p>14. De onde obteve o recurso financeiro? Quanto custou a obra?</p> <p>15. Como é a gestão do Parque?</p>

<b>BLOCO 2: GESTORES</b>			
<b>LIGHT</b>	<b>SUBPREFEITURA</b>	<b>PRES. ASS. MORADORES</b>	<b>PARQUE</b>
<b>Sub-bloco: Atualmente</b>			
<p>18. Qual a relação que existe entre a remoção da comunidade e a TransCarioca?</p> <p>19. Você acha importante a existência de práticas agrícola na cidade do RJ. Se sim, quais os fatores que contribuem ou dificultam essa possibilidade?</p>	<p>19. Por que a manutenção dos remanescentes de Vila das Torres? Quais as providências serão tomadas em relação a eles?</p> <p>20. Como está a discussão para ampliação do parque?</p> <p>21. Quais serão os procedimentos para a remoção dos outros agricultores devido à expansão do PM?</p> <p>22. Quantas pessoas serão removidas? Quantos domicílios? Dados socioeconômicos dos mesmos?</p> <p>23. Qual a relação que existe entre a remoção da comunidade e a TransCarioca?</p> <p>24. Você acha importante a existência de práticas agrícola na cidade do RJ. Se sim, quais os fatores que contribuem ou dificultam essa possibilidade?</p>	<p>17. Qual sua opinião em relação aos remanescentes da comunidade?</p> <p>18. Qual a relação que existe entre a remoção da comunidade e a TransCarioca?</p> <p>19. Você acha importante a existência de práticas agrícola na cidade do RJ. Se sim, quais os fatores que contribuem ou dificultam essa possibilidade?</p>	<p>16. Como está a discussão para ampliação do parque?</p> <p>17. Quais serão os procedimentos para a remoção dos outros agricultores devido à expansão do PM?</p> <p>18. Quantas pessoas serão removidas? Quantos domicílios? Dados socioeconômicos dos mesmos?</p> <p>19. Qual a relação que existe entre a remoção da comunidade e a TransCarioca?</p> <p>20. Você acha importante a existência de práticas agrícola na cidade do RJ. Se sim, quais os fatores que contribuem ou dificultam essa possibilidade?</p>

#### **5.4. Tabela de Classificação da SAE**

Utilizou-se essa classificação para as classes sociais, pois é o novo critério para a definição das classes sociais no Brasil que será adotado a partir de 2014 pela Associação Brasileira de Empresas e Pesquisas (Abep).

**Classificação da SAE Novo critério a ser adotado pela Abep em 2014.**

<b>Grupo</b>	<b>Renda per capita</b>	<b>Renda familiar</b>	<b>Grupo</b>	<b>Renda média familiar</b>
Extremamente pobre	Até R\$ 81	Até R\$ 324	1	R\$ 854
Pobre, mas não extremamente pobre	Até R\$ 162	Até R\$ 648	2	R\$ 1.113
Vulnerável	Até R\$ 291	Até R\$ 1.164	3	R\$ 1.484
Baixa classe média	Até R\$ 441	Até R\$ 1.764	4	R\$ 2.674
Média classe média	Até R\$ 641	Até R\$ 2.564	5	R\$ 4.681
Alta classe média	Até R\$ 1.019	Até R\$ 4.076	6	R\$ 9.897
Baixa classe alta	Até R\$ 2.480	Até R\$ 9.920	7	R\$ 17.434
Alta classe alta	Acima de 2.480	Acima de R\$ 9.920		

Fonte: <http://www.sae.gov.br/site/?p=17821#ixzz2zd02B9s1>